



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

SARAH BONFIM MATOS NUNES

**O PAPEL DA RAZÃO NA EMANCIPAÇÃO FEMININA: MARY
WOLLSTONECRAFT E SUA REIVINDICAÇÃO**

CAMPINAS
2021

SARAH BONFIM MATOS NUNES

**O PAPEL DA RAZÃO NA EMANCIPAÇÃO FEMININA: MARY
WOLLSTONECRAFT E SUA REIVINDICAÇÃO**

Dissertação apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas
como parte dos requisitos exigidos para
a obtenção do título de Mestra em
Filosofia

Orientadora: Prof^ª. Dra. Monique Hulshof

*ESTE TRABALHO
CORRESPONDE À VERSÃO
FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA ALUNA
SARAH BONFIM MATOS NUNES,
E ORIENTADA PELA PROFA.
DRA. MONIQUE HULSHOF*

CAMPINAS
2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

N922p Nunes, Sarah Bonfim Matos, 1995-
O papel da razão na emancipação feminina : Mary Wollstonecraft e sua Reivindicação / Sarah Bonfim Matos Nunes. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Monique Hulshof.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Wollstonecraft, Mary, 1759-1797. 2. Razão. 3. Educação. 4. Virtude. I. Hulshof, Monique, 1982-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The role of reason in female emancipation : Mary Wollstonecraft and her Rights of Woman

Palavras-chave em inglês:

Reason

Education

Virtue

Área de concentração: Filosofia

Titulação: Mestra em Filosofia

Banca examinadora:

Monique Hulshof [Orientador]

Nathalie de Almeida Bressiani

Yara Adario Frateschi

Data de defesa: 01-03-2021

Programa de Pós-Graduação: Filosofia

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-9135-9040>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/0117787962602105>



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelas Professoras Doutoradas a seguir descritas, em sessão pública realizada em 01 de Março de 2021, considerou a candidata Sarah Bonfim Matos Nunes aprovada.

Prof. Dr^a. Monique Hulshof
Prof. Dr^a. Nathalie de Almeida Bressiani
Prof. Dr^a. Yara Adario Frateschi

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas das membras encontra-se no SIGA e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

*À minha mãe e à minha avó, duas mulheres que
me ensinam sobre coragem e fortaleza*

A todas as mulheres que foram impedidas de realizarem-se intelectualmente

AGRADECIMENTOS

À Capes e à FAPESP, pela possibilidade de dedicação exclusiva a esta pesquisa. Em especial à FAPESP, pela bolsa de mestrado (processo nº 2019/02493-0) e pela bolsa de estágio em pesquisa no exterior (processo nº 2019/20144-3) que realizei na Universidade de Notre Dame (EUA).

À Professora Monique Hulshof, por ter acreditado que seria possível desenvolver esse projeto.

À Professora Nathalie de Almeida Bressiani e ao grupo de estudos feministas e teoria crítica da UFABC, que possibilitaram as discussões e amadurecimentos que permeiam esta pesquisa. Agradeço, em especial, às colegas Amanda Melo e Michele Bonote, que contribuíram com leituras e críticas aos meus textos.

À Professora Yara Frateschi e ao grupo de estudo de filosofia política da Unicamp. Aos colegas Laíssa Ferreira, Otávio Vasconcelos, Nádia Junqueira Ribeiro, Nathalia Rodrigues, Bruna Melo, Renata Remolo e Leonardo Rennó, pela leitura crítica e propositiva dos textos. Em especial, agradeço à colega Laíssa Ferreira, que em tantos momentos me acolheu e me ajudou a encontrar caminhos e soluções. Desejo-lhe toda a sorte do mundo!

À Professora Eileen Hunt Botting, por ter me acolhido durante a minha BEPE na Universidade de Notre Dame e por ter me incentivado, com toda a sua energia, a amar ainda mais os escritos de Wollstonecraft.

À Daniela Grigolletto, por ser sempre tão gentil e prestativa. Obrigada pelos e-mails divertidos e carinhosos, mesmo quando o assunto era sério e os prazos, curtos.

Às minhas queridas colegas Julia Secaf Bistane e Laís Lima, por terem oferecido seu tempo e apoio em tantos momentos difíceis durante esse percurso. A amizade de vocês permanece como um presente durante esse caminho tão árduo e difícil.

À minha querida Isabelle Merlini. Obrigada por contribuir com o seu tempo para ler e discutir textos e me oferecer o carinho da amizade filosófica. A sua dedicação em me ouvir e espantar o desânimo me faz acreditar no poder da amizade.

Aos meus queridos colegas de South Bend (Indiana), Márcio Bahia, Adriana Albanus e Jean Custódio, que me acolheram durante a BEPE, fazendo a minha estadia muito mais *friendly* e animada no frio do meio-oeste norte-americano. Vocês foram cruciais nos momentos mais gelados!

Ao grupo de bordado “Fio que nos Une”, em especial à Nilda Bastos, Natame Diniz e Isabela Vasconcelos, que me acolheram em ninhos de fios, agulhas e tramas, nunca deixando que eu me abalasse pelas dificuldades no caminho e me mostrando a poesia em cada detalhe. E a importância dessa dissertação.

Aos meus queridos parceiros da vida, que se mostraram essenciais para que essa dissertação fosse possível. Gleyce Borges, Jéssica Nascimento e Harrison Oliveira que me acolheram com palavras afetuosas e me encorajam a seguir adiante, sempre acreditando em mim e no meu trabalho. O afeto de vocês aquece o meu coração.

Aos meus parceiros de quarentena, que desde sempre me acolhem e me ensinam sobre doação e generosidade. Geane Botarelli, Adalberto Botarelli, Vitor Botarelli e Meg, por fazerem as noites de sábado mais divertidas com os campeonatos de Perfil! Obrigada por cada refeição, em que o afeto e a paciência tomavam lugar na mesa, seja para aconselhar ou oferecer uma palavra amiga.

Ao meu irmão de coração, Nathan Nascimento. O seu amor e humor ácido, preenchem meu coração com um afeto fraterno e revigorante. Sou extremamente grata pelo nosso encontro.

À minha mãe, Carmen, que desde sempre acreditou em mim, incentivando-me sempre para que eu pudesse realizar meus sonhos. Agradeço por ter me feito uma mulher que pudesse ser forte, sem jamais perder a doçura.

Ao Artur, que sempre me preenche de amor e gentileza, capaz de deixar tudo mais leve e divertido. Que segura as pontas e não me deixa nunca cair. Que sorte a minha ter você ao meu lado.

RESUMO

Na introdução da obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher*, publicada em 1792, Mary Wollstonecraft (1759-1797) levanta as seguintes suposições: “ou a natureza estabeleceu grande diferença entre um homem e outro, ou a civilização que até agora conhecemos tem sido muito parcial.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 25). Essas suposições referem-se à condição em que se encontra a mulher, isto é, de total dependência de seus pares masculinos. Para a filósofa, a primeira suposição só pode estar errada, pois Wollstonecraft argumenta que a natureza não faria um ser humano menor que outro, visto que a menoridade não pode ser definida pelo sexo biológico. Assim, a filósofa parte da segunda suposição, atribuindo à sociedade a exclusão das mulheres não só do âmbito público, mas também da possibilidade de aperfeiçoamento da faculdade racional. Ao identificar a submissão feminina como um problema social, a filósofa lança luz para os efeitos desse problema que impera na sociedade, que fazem a manutenção das mulheres nesse lugar de dependência. Com efeito, Wollstonecraft constrói críticas para os teóricos, em especial, aos que se dedicam à educação. Um desses teóricos ganha destaque. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) e o seu *Emílio ou da Educação* (1762) é tema central para o que Wollstonecraft chama de injustiça contra as mulheres. Conforme a argumentação da filósofa, ao atribuir ao sexo feminino uma razão que não abstrai e nem generaliza, Rousseau estaria contribuindo para a manutenção das mulheres em um lugar de dependência, potencializando a desigualdade entre os sexos. Assim, ao identificar a razão como um elemento central para a emancipação feminina, Wollstonecraft tem a educação como tema de seus escritos. Com o intuito de fornecer argumentos filosóficos que possam desconstruir estruturas artificiais de preconceitos, Wollstonecraft apresenta os princípios básicos que partem de três concepções: razão, virtude e conhecimento. Esses princípios permitem que Wollstonecraft não só reivindique um lugar na humanidade para as mulheres, como também, pleiteie que elas sejam incluídas nos sistemas públicos de educação. Essa dissertação tem como objetivo se debruçar sobre o problema de desenvolvimento da razão feminina e as suas consequências. Partindo dos princípios básicos e investigando as questões políticas implicadas na *Reivindicação*, a questão da razão como elemento essencial para a emancipação feminina torna-se central para a compreensão do que Wollstonecraft considera como ideal para a formação humana e consequente aprimoramento da espécie.

Palavras-chave: Razão; Educação; Virtude; Conhecimento; Rousseau

ABSTRACT

In the introduction to *Vindication of the Rights of Woman*, published in 1792, Mary Wollstonecraft (1759-1797) raises the following assumptions: “either nature has made a big difference between one man and another, or the civilization that we have known so far has been very partial .” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 25). These assumptions refer to the condition of the woman, that is, total dependence on her male peers. Wollstonecraft assumes that the first assumption can only be wrong, since she argues that nature would not make a human being smaller than another, since minority cannot be defined by the biological sex. Thus, Wollstonecraft starts from the second assumption, attributing to society the exclusion of women not only from the public sphere, but also from the possibility of improving the rational faculty. By identifying female submission as a social problem, the philosopher sheds light on the effects of this problem that prevails in society, which keep women in this place of dependence. Indeed, Wollstonecraft builds criticism for theorists, in particular, those engaged in education. One of these theorists is highlighted. Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) and his *Emile or on Education* (1762) is a central theme for what Wollstonecraft calls injustice against women. According to Wollstonecraft's argument, by attributing to the female sex a reason that does not abstract or generalize, Rousseau is contributing to the maintenance of women in a place of dependence, potentiating inequality between the sexes. Thus, in identifying reason as a central element for female emancipation, Wollstonecraft has education as the subject of her writings. In order to provide philosophical arguments that can deconstruct artificial structures of prejudice, Wollstonecraft presents the basic principles that start from three conceptions: reason, virtue and knowledge. These principles allow Wollstonecraft to not only claim a place in humanity for women, but also to demand that they be included in public education systems. This dissertation aims to address the problem of the development of female reason and its consequences. Starting from the basic principles and investigating the political issues involved in the *Rights of Women*, the question of reason as an essential element for female emancipation becomes central to the understanding of what Wollstonecraft considered as ideal for human formation and the consequent improvement of the species.

Key-Words: Reason; Education; Virtue; Knowledge; Rousseau

SUMÁRIO

Introdução	11
Capítulo 1 - Os fundamentos filosóficos da emancipação: razão, virtude e conhecimento	19
1.1. Razão, alma e aperfeiçoamento: perspectiva e crítica	22
1.2. Virtude, dever e afeto: uma relação necessária	30
1.3. Conhecimento: uma associação de ideias adequada e livre de preconceitos	41
Capítulo 2 – Educar para aperfeiçoar e emancipar	45
2.1. A formação das meninas	49
2.1.1. <i>Thoughts on the Education</i> : e o novo modelo de “Proper Lady”	50
2.1.2. <i>Original Stories</i> : a virtude ensinada através de exemplos	55
2.2. Corpo e mente: o princípio da interdependência e os princípios básicos	61
2.2.1. O princípio da interdependência de Rousseau	63
2.2.2. O corpo e a importância na formação das jovens	66
2.2.3. A mente, os princípios básicos e a interdependência	70
Capítulo 3 – O projeto político na <i>Reivindicação</i>	77
3.1. A dedicatória à Talleyrand-Périgord e os problemas políticos identificados	79
3.2. Uma educação nacional para todos	84
3.3. “Reformar a si para reformar o mundo”	93
Conclusão	97
Bibliografia	100

Introdução

Na introdução da obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher*¹, publicada em 1792, Mary Wollstonecraft (1759-1797) escreve: “ou a natureza estabeleceu grande diferença entre um homem e outro, ou a civilização que até agora conhecemos tem sido muito parcial.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 25). Diante dessas duas suposições, Wollstonecraft se refere à situação da formação do entendimento das mulheres na sociedade. Por estarem afastadas do âmbito público e confinadas apenas ao âmbito doméstico, em uma comparação na hierarquia social, é como se as mulheres fossem intermediárias na escala entre os animais e os homens. Conforme argumenta a filósofa, na sociedade há a difusão de preconceitos em relação às mulheres, que versam sobre uma suposta incapacidade delas em desenvolverem a própria racionalidade nessa vida, ficando sujeitadas a permanecer “durante toda a eternidade atrás do homem” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 90).

Tendo como tema a constatação de Wollstonecraft sobre o tratamento diferenciado que a faculdade racional das mulheres recebe, tanto por parte da sociedade quanto dos teóricos da educação, essa dissertação debruça-se sobre esse assunto e as consequências da exclusão das mulheres da educação. O principal objeto dessa pesquisa é analisar a obra *Reivindicação dos Direitos da Mulher*. Nessa obra, do ponto de vista metafísico, Wollstonecraft apresenta os princípios básicos, isto é, concepções acerca de razão, virtude e conhecimento que serão as bases de seu projeto filosófico. Do ponto de vista político, ela dedica essa obra a um legislador com o intuito de que a *Reivindicação* possa contribuir para que a educação feminina aconteça, também, na esfera pública. Assim, Wollstonecraft vincula metafísica e política a fim de pleitear que as mulheres sejam incluídas nos planos de educação, de modo a integrarem o processo de aperfeiçoamento da razão.

A questão da impossibilidade de desenvolvimento da faculdade racional nas mulheres, para Wollstonecraft, implica em duas coisas: a primeira delas está em negar à mulher o mesmo *status* de ser humano que pertence aos homens. Fazer parte da humanidade, de acordo com a filósofa, consiste em ser dotado de deveres e direitos e, o maior desses deveres consiste em aperfeiçoar a si mesmo, permitindo o progresso

¹ De agora em diante, vou referir à *Reivindicação dos Direitos da Mulher* apenas como *Reivindicação*

social. A segunda implicação, na verdade, é uma consequência da primeira implicação. Por não serem consideradas indivíduos com o mesmo *status* do que os homens, as mulheres são afastadas do âmbito público, o que resulta em receberem uma educação doméstica, ou privada, como Wollstonecraft se refere à educação que é realizada integralmente em casa. Esse tipo de educação não permite que as mulheres desenvolvam sua faculdade racional adequadamente, e o resultado é que elas se tornam presas fáceis do preconceito. Desse modo, elas acabam por comprometer as virtudes privadas e públicas, o que, conseqüentemente, afetam todos os integrantes da sociedade. Ademais, isso também implica na interrupção do progresso social.

A fim de oferecer argumentos tanto do ponto de vista metafísico quanto político, Wollstonecraft apresenta a sua *Reivindicação* como um tratado dos direitos e dos costumes das mulheres. Nessa obra, ela concebe argumentos metafísicos e políticos que têm como objetivo restaurar a imagem feminina na sociedade e integrá-la à humanidade. Isso significa que as mulheres deveriam ser agregadas ao processo de aperfeiçoamento racional e serem passíveis de viver as consequências desse processo.

Antes de introduzir as questões políticas, apresentarei o quadro metafísico de Wollstonecraft, com o objetivo de reconstruir a estratégia argumentativa da filósofa. Os princípios básicos funcionam como norteadores para a reivindicação de direitos de Wollstonecraft, cujo intuito é o de garantir às mulheres os mesmos direitos que os homens, e consistem em: razão, virtude e conhecimento. Para Wollstonecraft, esses princípios são os responsáveis por afastar os seres humanos dos preconceitos porque mostram a eles as “verdades mais simples” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 31). A começar pela razão, que é o que diferencia os seres humanos dos animais, garantindo a predominância de homens e mulheres na criação. Segue-se que a virtude é o que distingue um ser humano de outro, e é o que permite, ao lado da razão, o aperfeiçoamento tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Por fim, a filósofa apresenta o conhecimento como um dos princípios. Esse último seria alimentado pelas paixões e governado pela razão e o seu intuito é o de permitir o acúmulo de experiência pelos seres humanos – o que contribui largamente para o aprimoramento individual e da espécie.

Ao apresentar esses princípios básicos, Wollstonecraft busca evidenciar que as mulheres não são incapazes de adquirir conhecimentos abstratos e organizá-los propriamente, como argumentado por tantos teóricos da educação. Para ela, é de

fundamental importância solapar esses preconceitos da época sobre as mulheres, apresentando argumentos que partam de princípios que possam respaldar a sua argumentação. Assim, ela espera se contrapor ao debate público acerca dos motivos que afastam as mulheres de sua própria razão. Embora haja uma estrutura político-social que mantenha as mulheres na dependência e Wollstonecraft as reconheça, a sua atenção se volta, principalmente, para os efeitos dessa estrutura. Seja na literatura, nas artes ou na religião, Wollstonecraft identifica que vários escritores fazem a manutenção da mulher no lugar de subordinação.

Um desses teóricos ganha atenção especial. É a Jean-Jacques Rousseau (1712-1768) que Wollstonecraft direciona a maior parte da sua crítica. Rousseau escrevera, em *Emílio ou da Educação* (1762), que a “dependência é um estado natural nas mulheres” (ROUSSEAU, 2014, p. 535); que a opinião alheia, principalmente a masculina, deve ser o guia delas (cf. ROUSSEAU, 2014, p. 559) e, ainda que “uma mulher intelectual é o flagelo de seu marido, de seus filhos, de seus amigos, de seus empregados, de todo mundo” (ROUSSEAU, 2014, p. 600). Ao se deparar com essas afirmações, Wollstonecraft busca atuar em duas frentes: fornecer argumentos metafísicos e políticos, como já mencionei e, também, dirigir-se à Rousseau, com o objetivo de pontuar as passagens que ela considera problemáticas diretamente na obra dele.

É importante destacar que a relevância que Rousseau adquire na obra de Wollstonecraft se justifica por duas razões: a primeira, se dá por questões institucionais. *Emílio* serviria de inspiração para a educação pública implementada por Talleyrand-Périgord² na França. A segunda razão se dá pela importância do genebrino na formação autodidata de Wollstonecraft. O contato dela com as obras dele, permitiu que ela consolidasse seu arcabouço teórico e aprendesse sobre igualdade e, sobretudo, a questionar a origem e os fundamentos das desigualdades, assunto interpelado pelo próprio filósofo. Ainda que Rousseau pautasse as questões da desigualdade em suas obras, ele não questiona a situação das mulheres, apenas reforça a mentalidade vigente. Wollstonecraft assinala que o filósofo espalha preconceitos e visões distorcidas, que

² Sobre esse assunto, Gunther-Canada afirma que: “Wollstonecraft estava preocupada com o fato de o plano de Talleyrand para a educação nacional ser baseado em um modelo rousseauiano, que eleva os homens à cidadania enquanto relega as mulheres ao status civil de esposas.” (GUNTHER-CANADA, W. *Cultivating Virtue: Catharine Macaulay and Mary Wollstonecraft on Civic Education. Women and Politics*, v. 25, n. 3, 2003, p. 58)

vigoravam na sociedade, acerca da condição feminina e sobre a suposta incapacidade das mulheres em abstrair e generalizar.

Diferente de Rousseau, que ecoa os preconceitos da época, a filósofa considera que seria pouco provável que as mulheres tenham sido criadas pela Providência para serem menores do que os homens, uma vez que elas compartilham com eles das mesmas faculdades (cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 46). A filósofa reitera, ainda, que “há apenas um caminho conduzindo a *humanidade* à virtude e à felicidade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 39).

A *perfectibilidade* se evidencia como um elemento que permite compreender um dos cerne da divergência entre Wollstonecraft e Rousseau, para além da questão do sexo. Para o genebrino, a perfectibilidade era a capacidade humana de variação, na qual os seres humanos seriam capazes de criar condições muito além das dispostas pela natureza. Uma das consequências do progresso humano, para Rousseau, é a vida em sociedade, que levaria à decadência moral. Por outro lado, para Wollstonecraft, a capacidade humana de aperfeiçoamento possuía outro teor. Para a inglesa, a perfectibilidade é o “estame da imortalidade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 77), o fio que sustenta o tecido da vida, conduzindo os seres humanos até uma promessa metafísica de encontro com a divindade. A posição wollstonecraftiana mais positiva e esperançosa sobre a perfectibilidade, isto é, de que o aperfeiçoamento e a consequente vida em sociedade poderiam abrir um horizonte de oportunidades para homens e mulheres, fomenta na teoria de Wollstonecraft a certeza de implicação no progresso social. Esse quadro que a filósofa pinta, porém, só seria possível em um mundo no qual o acesso à educação e ao desenvolvimento apropriado da razão fosse igualmente estabelecido não só entre os sexos, mas também, entre as classes sociais³. Consoante com o contexto histórico em que é escrita, *Reivindicação* associa largamente a relação entre acesso à educação ao acesso à política, de forma a ter como central a ideia de que uma sociedade só funcionaria perfeitamente se fosse firmada sobre pilares racionais.

Estabelecidas as questões metafísicas, as questões políticas ganham tons mais acentuados. De acordo com Wendy Gunther-Canada (2003), foi a historiadora

³ Sobre a educação pública, a filósofa afirma que: “o governo deve instituir escolas diurnas para idades específicas, nas quais meninos e meninas sejam educados juntos. Para as crianças menores, dos cinco aos nove anos, a escola deve ser completamente gratuita e aberta a todas as classes” (WOLLSTONECRAFT, M. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 216-7).

Catharine Macaulay (1731-1791) quem evidenciou, para Wollstonecraft, as questões no tocante ao sexo, que faziam com que homens e mulheres fossem tratados diferentes. Semelhante aos princípios básicos de Wollstonecraft, Macaulay também parte de argumentos metafísicos para questionar a disparidade entre homens e mulheres na sociedade. Ambas recorrem a uma ideia criacionista, na qual homens e mulheres seriam dotados das mesmas faculdades e seriam igualmente capazes de alcançar a virtude. Para as duas pensadoras, o desenvolvimento da razão não seria apenas um direito, mas também um dever de todo ser humano.

Sandrine Bergès (2013) atribui como influência de Macaulay à Wollstonecraft o fato de a filósofa inglesa defender a prioridade em educar as mulheres antes de pleitear a contribuição feminina ativa para a política (BERGES, 2013, p. 31). Sendo assim, para Wollstonecraft só quando os direitos naturais estivessem assegurados, isto é, começando pelo desenvolvimento da razão, todos os outros direitos – políticos e civis, por exemplo –, viriam na sequência. Mais importante do que garantir tais direitos, é indispensável que as mulheres os compreendam, bem como tenham em mente que direitos implicam em deveres. Melhor dizendo, só assim, com a racionalidade desenvolvida e, portanto, direitos assegurados, é que as mulheres poderiam ser cidadãs em seus Estados.

É importante ressaltar que Macaulay oferece inquietações filosóficas para que Wollstonecraft sistematize sua crítica sobre o modo com o que a educação das meninas é tratada. No entanto, antes de ler a obra da historiadora, Wollstonecraft já depositava na educação a possibilidade de mudança da condição da mulher na sociedade. Nesse sentido, destaca-se que, para Wollstonecraft, a educação é o vínculo entre os seus argumentos metafísicos e o seu projeto político, tal como desenhado na *Reivindicação*. Em outras palavras, com o objetivo de garantir a emancipação das mulheres, Wollstonecraft lança mão de argumentos metafísicos que permitem que ela direcione suas críticas ao sistema educacional vigente e ofereça alternativas para a inclusão das meninas na educação pública.

Ainda tendo a educação como prioridade, outro ponto que merece destaque é o percurso teórico de Wollstonecraft. Antes de escrever a sua *Reivindicação*, ela publicou obras nas quais o conteúdo era voltado para a educação das meninas. Em especial, ressalto *Thoughts on the Education of Daughters* (1787) e *Original Stories from Real Life* (1788). Essas obras não possuem a mesma ambição ou estatuto que a

filósofa atribui à *Reivindicação*. Diferente da obra de 1792, *Thoughts* e *Original Stories* consistem em obras voltadas para um público mais amplo, ou seja, jovens e crianças, respectivamente. A importância dessas obras para essa dissertação está em oferecer pistas de como Wollstonecraft elabora os seus princípios básicos, isto é, entender o processo de formulação desses princípios. Essa análise permite compreender que ela parte da prática para a teoria, amadurecendo concepções a ponto de sistematizá-las filosoficamente.

Ademais, o exame de partes das obras de Wollstonecraft que são dedicadas à educação e anteriores à *Reivindicação* permite notar como a filósofa pretendia que os princípios básicos fossem aplicados na educação – e quais seriam as consequências sociais disso. Por exemplo, em *Original Stories*, há a história de uma moça chamada Anna Lofty que é a professora de um condado. Vindo de uma família com inúmeros problemas financeiros, a senhora Lofty aprende a ter autonomia, de modo a ganhar a sua própria subsistência. Além de ter desenvolvido a sua razão, Lofty é uma moça virtuosa, pois cumpre com os seus deveres. Com a história dessa personagem, Wollstonecraft exemplifica como seriam as mulheres que exercitam a mente: capazes de lidar com a própria vida, garantindo que sejam independentes e virtuosas.

Em suma, Wollstonecraft arquiteta a sua reivindicação em dois planos: um metafísico, apresentando argumentos de que as mulheres não seriam diferentes dos homens e outro político, cuja função é integrar a questão das mulheres ao debate público. Igualando os sexos na escala racional e moral, a filósofa coloca homens e mulheres na mesma posição, isto é, o de seres passíveis de aperfeiçoamento, com direitos e deveres a cumprir. O segundo plano é o político que consiste em apresentar os seus argumentos metafísicos para se contrapor às outras vozes do debate público acerca da educação feminina. Por isso, o estudo de outras obras educacionais de Wollstonecraft se mostram importantes: elas demonstram como a filósofa imaginaria uma educação que promovesse, de fato, a razão das mulheres.

Tendo como fio condutor a questão do desenvolvimento da razão nas mulheres e as implicações disso, esta dissertação é dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “Os fundamentos filosóficos da emancipação: razão, virtude e conhecimento”, examinarei minuciosamente os princípios básicos como apresentados na *Reivindicação*. A investigação de razão, virtude e conhecimento seguem o mesmo padrão: primeiro, apresento a definição e o que Wollstonecraft quer

dizer com cada um deles. Depois, apresento as implicações de cada um. No caso da razão, a possibilidade de aperfeiçoamento; já para a virtude, a relação entre dever e afeto e, no tocante ao conhecimento e a necessidade de uma associação de ideias que proteja a mente dos preconceitos. Após o exame de cada um dos princípios, apresento as implicações para as mulheres. Por exemplo, na seção da razão, apresento a diferença da noção de perfectibilidade entre Wollstonecraft e Rousseau, a fim de compreender a diferença de posição de ambos os filósofos sobre a concepção, o que contribui para o entendimento das críticas que a filósofa faz ao genebrino. Com relação à virtude, apresento a tese de que não existem hábitos de virtude exclusivos do sexo. Já no caso do conhecimento, exponho como para Wollstonecraft as mulheres são presas fáceis do preconceito por não aprenderem a associar e combinar ideias adequadamente.

No segundo capítulo, intitulado “Educação para emancipar e aperfeiçoar”, introduzo a questão da educação das meninas e como isso é um tópico central para o quadro filosófico de Wollstonecraft. É importante para a argumentação da filósofa, porque a análise que empenho de alguns pontos das obras *Thoughts on the Education and Original Stories* demonstram como Wollstonecraft vislumbrava os princípios básicos na prática. Embora essas obras tenham uma proposta diferente de *Reivindicação* e não possuam um estatuto filosófico, elas funcionam como um laboratório teórico de Wollstonecraft. Tais obras demonstram o caminho percorrido pela filósofa, no qual ela parte da prática para a teoria, da observação de meninas à sistematização em um tratado dos direitos e dos costumes. Após o exame dessas obras, apresento o princípio de interdependência de Rousseau, que é tema central para as críticas de Wollstonecraft. A seguir, dedico-me a apresentar as críticas que Wollstonecraft faz à Rousseau, em especial, ao que o genebrino escreveu sobre a educação das meninas no livro V do *Emílio*. Divido essas críticas em dois eixos: corpo e mente. No primeiro eixo, que trata do corpo, Wollstonecraft destaca trechos do *Emílio* em que Rousseau justifica que as mulheres tenham uma educação diferenciada em virtude de sua biologia. O segundo eixo, a mente, trata das questões relacionadas ao desenvolvimento da faculdade da razão nas mulheres.

No terceiro capítulo, intitulado “O projeto político na *Reivindicação*”, faço uma análise de um recorte dos aspectos políticos presentes na *Reivindicação*. Ancorados pelos princípios básicos, nesse capítulo examino a dedicatória da obra de 1792 à Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord, importante legislador responsável pelo projeto

de educação pública francesa. Em seguida, apresento as críticas que Wollstonecraft dirige à educação da época, em especial àquelas que estão nos extremos, isto é, ou totalmente em casa ou realizadas em internatos. Ao destacar o que a filósofa acredita ser mais escolas do vício do que da virtude, apresento as alternativas que Wollstonecraft vislumbra para que as meninas possam ser incluídas na educação pública. Após essas duas discussões, busco responder se Wollstonecraft seria uma reformista ou revolucionária. De antemão, afirmo que ela é uma *reformista*, em virtude do que ela defende na *Reivindicação*.

CAPÍTULO 1 - Os fundamentos filosóficos da emancipação: razão, virtude e conhecimento

Wollstonecraft e a sua relação com o aperfeiçoamento da razão pode ser traçada a partir de alguns aspectos de sua biografia. Sua única educação formal foi precária, realizada em uma escola para meninas, em Beverley, pequeno condado de Yorkshire, norte da Inglaterra. Nessa escola, Wollstonecraft aprendeu um pouco de aritmética, geografia, um pouco de francês, música e dança (BRODY, 2000, p. 17). Na verdade, o autodidatismo de Wollstonecraft, de acordo com Miriam Brody (2000), dá-se em virtude das relações que a filósofa desenvolveu ao longo da vida, com escritores, intelectuais e figuras religiosas que lhe permitiram acesso às bibliotecas e aos debates intelectuais (BRODY, 2000, p. 17).

A partir da leitura de teóricos como John Milton (1608-1674), Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), e Dr. John Gregory (1724-1773), Wollstonecraft se depara com modelos femininos que eram caracterizados pela incapacidade de pensarem por si mesmos ou de estabelecerem algum tipo de raciocínio abstrato. Em virtude de sua própria experiência e observação das circunstâncias das mulheres ao seu redor, Wollstonecraft percebe que o problema não estava no sexo feminino em si, mas sim, na situação que a sociedade impunha às mulheres e na concepção errônea de feminilidade que esses escritores reiteravam.

No decorrer dos escritos de Wollstonecraft, a questão do aperfeiçoamento da razão ganha nuances teológicas e políticas. Desde suas obras iniciais até a *Reivindicação*, Wollstonecraft defende que a faculdade humana de se aperfeiçoar, chamada de perfectibilidade, não é apenas o “estame da imortalidade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 77) que conecta o homem à divindade, mas é também o que permite que os indivíduos tenham autonomia, ou seja, possuam a capacidade de se regularem por si mesmos. O acesso às condições de desenvolvimento da razão não consiste apenas em uma questão política para cumprimento de deveres civis, mas também em uma questão de justiça com metade do gênero humano. É uma questão política, pois as mulheres não possuem uma existência civil, em virtude dos preconceitos difundidos sobre elas; é uma questão de justiça, pois “metade da raça humana” tem sua razão ignorada (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 21).

Com o objetivo de demonstrar que as mulheres sofrem uma injustiça, Wollstonecraft propõe uma investigação em torno dos princípios que ela chama de básicos, gloriosos e primeiros⁴. Esses princípios guiam a argumentação da filósofa ao longo de toda a *Reivindicação*. Ela os enuncia no primeiro capítulo como essenciais na busca das verdades mais simples. São eles: razão, virtude e experiência. Wollstonecraft os elenca do seguinte modo:

Em que consiste a preeminência do homem sobre a criação animal? A resposta é tão clara quanto a noção de que metade é menos do que o todo; na Razão.

Qual habilidade eleva um ser acima de outro? A virtude, respondemos espontaneamente.

Com que propósito as paixões foram implantadas? Para que o homem, ao lutar contra elas, pudesse obter um grau de conhecimento negado aos animais, sussurra a Experiência (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 31).

Ao estabelecer esses princípios, Wollstonecraft afirma que o conhecimento diferencia o tipo de desenvolvimento que os seres humanos têm em relação aos animais, bem como a virtude diferencia alguns homens de seus pares. Estes dois elementos, conhecimento e virtude, são fundados na razão. Sem essa faculdade, não é possível que ambos façam parte da vida humana. A partir do refinamento do conhecimento, a virtude pode ser alcançada, tendo impactos físicos e morais, tanto do ponto de vista social, quanto individual (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 178).

Com o intuito de compreender cada um desses princípios, esta seção investiga e analisa cada um deles. Primeiro, apresento a definição da concepção de **razão** como pensada por Wollstonecraft, destacando que a razão é um traço distintivo da espécie humana e reflete o Ser supremo. Para Wollstonecraft, a faculdade da razão não é diferente em homens e mulheres, sendo intrínseca à espécie humana.

Filósofos como Jean-Jacques Rousseau, por exemplo, argumentam que existe uma diferença entre homens e mulheres quanto ao uso da razão. No caso dos homens a razão é completa, isto é, concebe elementos teóricos e práticos. No caso das mulheres, consistiria apenas em uma razão voltada para a prática doméstica, sem capacidade de abstração ou generalização. Essa presumida “razão feminina” teria apenas o propósito de analisar a finalidade das ações e seria supostamente ditada pela natureza. Wollstonecraft procura demonstrar que a razão é uma característica inerente à

⁴ Wollstonecraft fundamenta sua argumentação em torno destes princípios (WOLLSTONECRAFT, op. cit., 2016, p. 18, p. 18, p. 31, respectivamente). A partir de agora, me referirei a eles apenas como *princípios básicos*.

natureza humana e independe do sexo. Como recurso argumentativo, a filósofa se apropria de argumentos teológicos, apontando para a unicidade da razão e a sua perfectibilidade, cuja atribuição provém de um ser poderoso e onipotente.

Na segunda parte do capítulo, apresento uma investigação sobre a **virtude**, destacando sua importância no processo de aperfeiçoamento geral e individual. Assim como é o caso da razão, Wollstonecraft estabelece que não existem virtudes sexuais, embora a filósofa reconheça que há incumbências femininas e que ser virtuoso depende do cumprimento desses deveres. O que Wollstonecraft reivindica nesse ponto é que haja um equilíbrio de virtudes, tanto em homens quanto em mulheres, permitindo que a relação entre ambos seja intermediada pelas virtudes da modéstia e castidade. Além disso, para um indivíduo ser virtuoso é imprescindível que este seja livre. Nesse ponto da argumentação, destaco o papel dos deveres e de como o cumprimento desses é essencial para que um indivíduo seja considerado virtuoso. Wollstonecraft divide os deveres em obrigação natural e obrigação contingente. O primeiro é a obrigação que flui naturalmente e possui boa intenção, tal como um pai que cria o seu filho para ser autônomo e racional. A obrigação contingente nada tem a ver com a virtude e é o que fomenta a vaidade, pois são vínculos efêmeros que se baseiam em interesses materiais.

Por fim, na última parte do capítulo, examino como o **conhecimento** é exposto ao longo da *Reivindicação*. Mais uma vez, pretendo enfatizar como para Wollstonecraft conhecimento e virtude não são só dependentes como necessários e ambos têm a razão como seu alicerce. O conhecimento cumpre a função de fazer as mulheres conhecerem seus deveres, além de respeitá-los e ter afeto por eles. Para Wollstonecraft, o conhecimento é adquirido através das associações de ideias, as quais ela divide em três tipos: instantânea, habitual e costumeira. Cada uma dessas associações cumpre o papel de combinar ideias de maneira racional, sem que se deixem levar pelos preconceitos.

O que Wollstonecraft constantemente busca ressaltar é que quando o conhecimento é bem desenvolvido, isto é, a associação de ideias é feita de uma maneira que passe pelo crivo da razão e não se torna um mero preconceito, o conhecimento se torna o regulador do comportamento. Desse modo, a filósofa conclui que não é preciso que seja *imposto* às mulheres o que lhes convêm, mas sim, é imprescindível que elas compreendam como devem ser regulados o comportamento, as emoções e os sentimentos.

1.1. Razão, alma e aperfeiçoamento: perspectiva e crítica

A razão é tema recorrente nas seções iniciais da *Reivindicação*. Nos três primeiros capítulos do livro, Wollstonecraft apresenta os efeitos da maneira negligente pela qual a razão das meninas é formada. É apenas no quarto capítulo que ela apresenta a sua definição da razão humana. Com o intuito de compreender a sua concepção de razão, reconstruirei a argumentação de Wollstonecraft no sentido inverso ao da exposição, apresentando inicialmente a sua definição, para depois analisar as suas implicações.

No início do quarto capítulo, intitulado “Observações sobre o estado de degradação a que, por causas diversas, se encontra reduzida a mulher”, Wollstonecraft afirma que a razão consiste no “simples **poder do aperfeiçoamento** ou, para falar com mais propriedade, [n]o **poder de discernir a verdade**” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 78, grifos meus). A partir disso, Wollstonecraft defende que mesmo que a razão seja mais proeminente em uns do que em outros, essa faculdade está presente em toda a espécie humana.

Com “o poder de discernir a verdade”, Wollstonecraft refere-se ao conhecimento dos fatos do mundo tal como são, sem que haja interferências de preconceitos ou opiniões. Embora Wollstonecraft não defina exatamente o que ela toma por “verdade”, ela afirma que esta é única para homens e mulheres (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 73), é dedutível (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 114) e emana de Deus (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 157). Além disso, apesar das verdades especulativas poderem se mostrar obscuras, as verdades morais, são legítimas, pois brilham “com luminosidade porque Deus é a luz” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 197). Ao indicar que o poder de discernir a verdade e de se aperfeiçoar consiste em algo inerente à natureza humana, é importante ressaltar que Wollstonecraft compreende que, independentemente do sexo, a razão é presente em igual medida em todos os seres humanos, os quais têm como dever apurar a sua razão para aperfeiçoarem a si mesmos (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 88).

É importante compreender que Wollstonecraft baseia sua concepção de razão em dois argumentos, que funcionam de maneira interligada. Primeiro, Wollstonecraft apresenta o argumento teológico, cuja função é a de provar que todos os

seres dotados de uma alma podem ser racionais. O segundo é o argumento do aperfeiçoamento, que afirma que todo ser que possui uma alma imortal é capaz de raciocínio e tem um entendimento a aperfeiçoar.

O argumento teológico de Wollstonecraft afirma que a razão possui uma relação direta e estreita com a noção metafísica de alma, pois é Deus quem concede a força mental para buscar o desenvolvimento da razão (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 59), cunhando na alma a “marca da imagem celestial” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 78). A razão também é, de acordo com a filósofa, “o vínculo que une a criatura a seu Criador” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 78).

Wollstonecraft situa a razão na alma, pois afirma que não há na matéria, isto é, no corpo, qualquer “traço da imagem de Deus” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 90), descartando qualquer possibilidade de que a localização do intelecto esteja nos sentidos. Ao assumir tal posição, Wollstonecraft exclui a possibilidade de que a razão sofra influência dos acidentes do corpo, como por exemplo, do sexo biológico (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 57). O argumento teológico estabelece, portanto, que a razão é uma potência, concedida para a espécie humana por Deus. A princípio, não há limitadores externos, ou seja, a razão não é definida por componentes sociais ou biológicos. Em outras palavras, é uma dádiva divina que existe independentemente da interferência social.

Ao argumento teológico que postula a existência de Deus para justificar a existência da razão, Wollstonecraft acrescenta o argumento do aperfeiçoamento: a perfectibilidade atribui um dever para todo ser que possui uma alma imortal, a saber, o de trabalhar para o avanço gradual da alma até a perfeição. Considerados por Wollstonecraft como seres imperfeitos, porque não acabados, os seres humanos, ao longo da vida, desenvolvem sua razão atingindo cada vez mais a possibilidade de uma razão perfeita. Dito de outro modo, a autora sustenta que a razão está em contínuo progresso, partindo de um ponto comum para atingir patamares mais elevados da existência. Em suas palavras:

O estame da imortalidade, se me permitem a expressão, é a perfectibilidade da razão humana; pois se o homem fosse criado perfeito ou se, ao atingir a maturidade, surgisse dele um fluxo de conhecimento que impedisse o erro, eu duvidaria de sua existência após a dissolução do corpo. Mas no estado atual das coisas, cada dificuldade quanto à moral que escapa à discussão humana e desconcerta a investigação do pensamento profundo, assim como a brilhante intuição de gênio, é um argumento sobre o qual construo

minha crença na imortalidade da alma (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 77).

O quadro que pode ser construído sobre o aperfeiçoamento dos seres humanos parte do nível individual em direção ao coletivo, ou seja, da alma para o Estado. Desse modo, o aperfeiçoamento se dá pela razão individual, mas tem, por consequência, o aperfeiçoamento moral e o aperfeiçoamento da espécie. A seguir, explico como Wollstonecraft concebe cada um desses tipos de aperfeiçoamento e de que modo eles acontecem.

O aperfeiçoamento individual, isto é, da alma, se dá por meio da razão que se desenvolve paulatinamente ao decorrer da vida (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 78, p. 88). No aperfeiçoamento individual, a razão não é apenas o meio, como também, a finalidade do aprimoramento, pois à medida que a razão se desenvolve, ela também se eleva. Esse progresso tem a educação como intermediária, cuja função é a de estimular a razão, para que o intelecto possa se desenvolver corretamente. As ciências e as artes, exemplificadas pela história política da humanidade e a ciência da moralidade, permitem observar o progresso do desenvolvimento humano e, assim, a importância de serem difundidas através da educação (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 228).

O aperfeiçoamento da moral e das virtudes acontece através do aprimoramento do corpo em compasso com a alma. Como destacado por Wollstonecraft, nesse processo ocorre uma elevação social que é resultante dos ganhos adquiridos pela razão, expressa pela melhora no relacionamento entre as pessoas. Por ter como palco a sociedade e o Estado, nesse estágio de aperfeiçoamento, a convivência em comunidade é fundamental (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 222). É no interior da discussão sobre aperfeiçoamento da espécie que Wollstonecraft examina o estado de degradação da relação entre os sexos e defende a necessidade de melhorá-la para contribuir no processo de aprimoramento moral. Por fim, há o aperfeiçoamento da humanidade, cujo progresso decorre da totalidade do aperfeiçoamento de todos os indivíduos que a compõem.

Desse modo, é possível identificar como a perfectibilidade está em todos os níveis, desde o particular até o universal. Dessa maneira, destaca-se mais uma vez a importância da sociedade para o aperfeiçoamento, uma vez que se trata de um processo mútuo e dependente, isto é, todos, sem exceção, precisam estar incluídos na marcha de avanço gradual à perfeição (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 62).

Wollstonecraft apresenta uma concepção otimista da perfectibilidade, pois para ela é isso que permite que os seres humanos evoluam de modo a atingirem uma versão cada vez melhor de si mesmos, ou seja, mais virtuosa. De acordo com a filósofa, a perfectibilidade é o que admite que as pessoas renunciem aos vícios e sigam pelo caminho da virtude. A relação que há entre virtude e perfectibilidade se dá por meio da sabedoria, que nada mais é do que a busca pelo aperfeiçoamento e a elevação do coração (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 120). Além disso, a necessidade do aperfeiçoamento mútuo também se faz necessária com relação à virtude. Nesse sentido, Wollstonecraft afirma:

Os dois sexos se corrompem e se aperfeiçoam mutuamente. Acredito que essa seja uma verdade indiscutível, que se estende a qualquer virtude. A castidade, a modéstia, o espírito cívico e todo o nobre séquito das virtudes, sobre o qual se fundamentam a virtude social e a felicidade, devem ser entendidos e cultivados por toda a humanidade; caso contrário, seu efeito será reduzido (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 178).

Em sua discussão sobre o aperfeiçoamento dos seres humanos, Wollstonecraft realiza um embate teórico com um dos principais interlocutores eleitos por ela em seu livro: Jean-Jacques Rousseau. Assim, para compreendermos mais a fundo seu argumento, é importante examinar o que Rousseau entende por aperfeiçoamento ou, ainda, por *perfectibilidade*. Ao apresentar em linhas gerais o conceito tal como cunhado pelo genebrino, comparo as diferenças conceituais entre ele e Wollstonecraft.

No *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens*, Rousseau apresenta a perfectibilidade como uma faculdade de se aperfeiçoar, que, acionada pelas circunstâncias do ambiente, desenvolve todas as outras faculdades. Trata-se de um traço específico da espécie humana. Com efeito, essa faculdade é o que diferencia os seres humanos dos animais: se estes seguem o mesmo padrão durante um

tempo imensurável⁵, os seres humanos evoluem de acordo com as necessidades que lhe são postas. Nas palavras de Rousseau:

a faculdade de se aperfeiçoar, faculdade que, com a ajuda das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e reside, entre nós, tanto na espécie quanto no indivíduo, ao passo que um animal é, após alguns meses, o que será a vida toda, e sua espécie, ao fim de mil anos, o que ela era no primeiro desses mil anos (ROUSSEAU, 2017, p. 46).

Para o filósofo, a perfectibilidade é responsável por promover o progresso da vida humana. À medida que o ambiente externo exige dos homens a adaptação, é a faculdade de se aperfeiçoar que permite que eles sejam flexíveis para se adequarem a uma nova situação que os coloca, paulatinamente, em posição superior à dos animais. Rousseau parte da concepção de um estado de natureza para expor sua teoria, que seria um primeiro estágio da humanidade que antecede a vida em sociedade. Para o filósofo, no estado de natureza não há desigualdade entre as pessoas, uma vez que as faculdades corroboram entre si e são suficientes para o homem selvagem. No entanto, à medida que o ambiente exige o agrupamento dos homens, a consequência é a formação de grupos humanos que se espalham pelos diferentes espaços do globo. Nesses espaços há estímulos distintos, tais como os climas e as estações do ano, as técnicas de pesca, caça, fogo e conservação de alimentos que se tornam elementos centrais para a diferenciação entre os grupos humanos. Essa distinção, pouco a pouco, além do refinamento da vida humana, fomenta também a desigualdade entre os homens. Nas palavras de Rousseau:

Assim, a desigualdade natural se desenvolve insensivelmente com a desigualdade das combinações, e as diferenças entre os homens, desenvolvidas pela diferença das circunstâncias, se tornam mais sensíveis, mais permanentes em seus efeitos e começam a influir na mesma proporção sobre a sorte dos indivíduos (Rousseau, 2017, p. 83).

Para Rousseau, se por um lado a perfectibilidade seria a responsável por promover o refinamento da vida humana, levando os homens a viverem em sociedade, por outro, o agrupamento humano, fomentado por tal faculdade, instaura a desigualdade entre os homens. Assim, o resultado seria não só a ascensão das “luzes” e “virtudes” presentes na vida humana, mas também, dos “seus erros, seus vícios”, fazendo do

⁵ Em relação a isto, Wollstonecraft concorda com Rousseau. Em *Original Stories*, ao explicar para as crianças sobre os animais, Wollstonecraft se utiliza do mesmo exemplo dado por Rousseau no *Discurso* e afirma que “Os pássaros que vocês viram hoje não se aperfeiçoam – ou o aperfeiçoamento deles é apenas voltado para a autopreservação; o primeiro ninho que eles fizeram e o último serão exatamente iguais” (WOLLSTONECRAFT, M. **Original Stories from Real Life; with Conversations Calculated to Regulate the Affections, and Form the Mind to Truth and Goodness**. Altenmuster: Jazzy Bee, 2018b, p. 7). Ela argumenta, assim, que os animais diferem dos seres humanos, que se aperfeiçoam e progridem ao longo da vida.

homem “tirano de si mesmo e da natureza” (ROUSSEAU, 2017, p. 46). Dessa forma, o que diferencia o homem natural do homem sociável é que enquanto o primeiro é autossuficiente, isto é, vivendo em si mesmo, o segundo vive fora de si, quer dizer, extrai o sentido de sua existência dos julgamentos de outros, afastando-se de suas inclinações naturais e corrompendo-se pela vaidade (ROUSSEAU, 2017, p. 105).

O ponto de desacordo de Wollstonecraft com relação a Rousseau se refere às consequências da vida em sociedade. Se para o genebrino a convivência em sociedade é o primeiro passo para um mundo desigual e moralmente decadente, para Wollstonecraft essa convivência torna possível o progresso da moral e da virtude. Diferentemente de Rousseau, a origem da desigualdade encontra-se, para ela, nos vestígios de uma vida pré-civilização, a qual ela adjetiva de barbárie. As honras hereditárias, a monarquia e a riqueza são os elementos que fomentam as mazelas da humanidade e, ao contrário do que foi posto por Rousseau, os malefícios não são frutos da civilização. Nesse sentido, ela afirma:

Desgostoso com a artificialidade dos modos e das virtudes, o cidadão de Genebra, em vez de examinar meticulosamente o assunto, misturou o trigo com o joio, sem indagar se os males que sua alma ardente rechaçava indignada eram consequência da civilização ou vestígios da barbárie. Viu o vício pisoteando a virtude e uma aparente bondade ocupando o lugar da realidade; viu talentos curvados pelo poder em nome de propósitos sinistros e nunca pensou em seguir o rastro do gigantesco dano até o poder arbitrário, até as distinções hereditárias, que se chocam com a superioridade mental que naturalmente eleva um homem acima de seus semelhantes (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 34).

A interpretação de Wollstonecraft sobre o estado de natureza contribui para compreender por que ela defende tão veemente a vida em sociedade. Ao argumentar que as sociedades devem se basear na natureza humana, Wollstonecraft sustenta que estas devem fundar seus direitos não nos costumes, mas sim, na razão (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 32). Ao fazer essa análise, Wollstonecraft afirma que o mal presente no mundo está em ignorar a razão, que é fruto da Providência. Essa rejeição afasta os homens e as mulheres de um plano divino de poder e promove o mal e a miséria. É neste momento que ela afirma que Rousseau errou ao considerar o mal como uma decorrência estritamente humana, pois um Ser perfeito não concede tal iniciativa a sua criação, nas palavras de Wollstonecraft:

Iludido por seu respeito à bondade de Deus, que certamente deu a vida apenas para transmitir a felicidade – pois qual homem de bom senso e sentimento duvidaria disso? -, considera o mal positivo e obra do homem, sem levar em conta que exalta um atributo em detrimento

de outro, igualmente necessário à perfeição divina (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 33).

Ao concluir que Rousseau prefere um estado de natureza à vida em sociedade, pois ele “trabalhou com incomum eloquência para provar que o homem é naturalmente um animal solitário” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 33), Wollstonecraft mais uma vez marca sua posição contrária a do filósofo. Para a filósofa, o aperfeiçoamento só seria possível na vida em coletividade, organizada por leis, e direitos, em que existe a possibilidade de desenvolvimento da razão e das virtudes. Desse modo, Wollstonecraft afirma que os argumentos de Rousseau são infundados, pois se estruturam a partir de uma hipótese falsa, que desacredita da sabedoria suprema:

Construídos sobre uma hipótese falsa, seus argumentos a favor de um estado de natureza são plausíveis, mas infundados. Digo infundados porque afirmar que um estado de natureza é preferível à civilização, em toda sua possível perfeição, é, em outras palavras, pôr em dúvida a sabedoria suprema; e a exclamação paradoxal de que Deus fez todas as coisas certas e de que o erro foi introduzido pela criatura que ele criou, sabendo o que fazia, é tão pouco filosófica quanto ímpia (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 33).

Há outro ponto importante de discordância de Wollstonecraft com relação a Rousseau, que serve de introdução às críticas da filósofa ao modo com que a faculdade da razão nas mulheres é tratada. Embora Rousseau assegure, em um momento inicial do livro V do *Emílio ou da Educação*, que as mulheres possuem as mesmas faculdades que os homens (cf. ROUSSEAU, 2014, p. 515), mais adiante no mesmo livro, ele afirma que a razão das mulheres é apenas de caráter prático (ROUSSEAU, 2014, p. 547). De acordo com Rousseau, a característica dessa razão que não abstrai e nem generaliza nas mulheres é a de que “elas encontrem muito mais habilmente os meios de alcançar um fim conhecido, mas que não as faz descobrir esse fim” (ROUSSEAU, 2014, p. 547). Ao estabelecer que a razão das mulheres é deficiente e vacilante, Rousseau abre precedentes para justificar uma via social que impede que elas acessem a faculdade da razão em plenitude.

Wollstonecraft rebate uma dessas justificativas de Rousseau sobre a razão das mulheres ter um caráter prático voltado apenas para o doméstico. Para o filósofo, a peculiaridade da razão feminina é a base do relacionamento entre os sexos, no qual seria formada uma pessoa moral “cujo olho é a mulher e cujo braço é o homem” (ROUSSEAU, 2014, p. 547). Wollstonecraft afirma que, embora “homens e mulheres foram feitos um para o outro”, eles não foram feitos para serem “um só ser”. Desse

modo, é preciso que os homens atuem em favor do aperfeiçoamento das mulheres, pois, caso contrário, as mulheres depravarão o sexo masculino (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 226).

Wollstonecraft observa que ao assumir essa posição acerca da razão feminina, isto é, ao pressupor que a razão nas mulheres é deficiente, não apenas Rousseau, mas também outros escritores, como John Milton (1608-1674), pretendem privar as mulheres de uma alma. Para Wollstonecraft, o objetivo de tais escritores é o de insinuar que a única função das mulheres seja, além de ser graciosa, a de prestar uma dócil e cega obediência, de modo a “satisfazer os sentidos do homem” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 39), tirando delas a possibilidade de alcançarem patamares mais elevados da existência, isto é, o aperfeiçoamento racional. Para Wollstonecraft, os *homens ilustrados* agem de maneira “pouco filosófica” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 40) ao tratar do desenvolvimento da razão feminina, pois ressaltam apenas o comportamento das moças e não o intelecto delas. Ao negligenciar o entendimento feminino, esses escritores mantêm as mulheres em perpétua infância. Em outras palavras, enquanto os homens possuem livre acesso e uso de sua razão, as mulheres ficam à mercê de seus pares masculinos, ou seja, o homem sempre se coloca entre a mulher e a razão dela (cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 78).

Para Wollstonecraft, tais teses devem ser combatidas e a mulher deve ser tomada como um sujeito inteiro, isto é, sem que seja entendida apenas como parte do homem. Dessa maneira, as mulheres devem ser consideradas tais como são, a saber, como seres racionais em plenitude e não como seres criados apenas para cumprir a função de meros consolos masculinos. Portanto, o caráter sexual não deve minar o caráter humano (cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 78).

Em virtude do modo com que são retratadas pelos escritores, tal como Rousseau, que atuam para dificultar o desenvolvimento da razão nas mulheres, Wollstonecraft defende que as mulheres são agentes morais por si mesmas, e afirma que os homens, em especial os “homens de gênio”, não podem impedir que as mulheres atinjam o aperfeiçoamento da razão (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 57).

Em suma, procurei mostrar até aqui que, para Wollstonecraft o aperfeiçoamento da razão é aquilo que diferencia tanto os homens quanto as mulheres dos animais, permitindo que ambos busquem o aprimoramento de si mesmo e da espécie. A razão é uma característica inerente a toda espécie humana e, mesmo que em

diferente medida, está presente em cada um dos indivíduos. Ao afirmar que a razão está presente na alma e é passível de se aperfeiçoar, Wollstonecraft lança as bases de seu projeto filosófico que procura incluir as mulheres na espécie humana, que até então vinham sendo ignoradas. A posição questionadora que a filósofa estabelece, especialmente com relação a Rousseau, lança as bases para a crítica que ela elabora sobre a condição que é imposta às mulheres ao atribuir-lhes uma razão deficiente, voltada apenas para a prática, e que em nada contribui para que o progresso.

De acordo com os princípios básicos estabelecidos por Wollstonecraft, da mesma maneira que a razão cumpre o papel característico na criação, a virtude é a marca distintiva entre os indivíduos. A razão é o fundamento da virtude, ou seja, é o pressuposto básico para alcançar uma versão cada vez melhor da existência. Na próxima seção, investigo o que é a virtude para Wollstonecraft, bem como analiso as constatações da filósofa sobre os impedimentos das mulheres em se tornarem seres verdadeiramente virtuosos.

1.2. Virtude, dever e afeto: uma relação necessária

Para Wollstonecraft, a única base sólida para a virtude é a razão, uma vez que um ser virtuoso é aquele que faz o exercício de sua própria racionalidade (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 30). Assim, o vínculo que a filósofa estabelece entre razão e virtude não é apenas estreito, como também necessário. A razão é tão importante para se adquirir essa “marca distintiva”, que sem a racionalidade e seu aperfeiçoamento, seria impossível o progresso moral (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 87).

Sendo um dos princípios básicos expostos por Wollstonecraft, a virtude é tema recorrente em todos os capítulos da *Reivindicação*. A fim de esclarecer o que a filósofa compreende por virtude e o sujeito que a possui, apresento o conceito da seguinte maneira: o que significa *virtude* e, mais, o que significa *ser virtuoso* no plano conceitual de Wollstonecraft. Essa análise é importante, pois, para a filósofa, um ser que busca a virtude possui não apenas direitos, mas também deveres que funcionam como meios para se alcançar o aperfeiçoamento moral.

Em seguida, analiso a relação que existe entre deveres e afetos, uma vez que o afeto é o compromisso em determinadas relações. Segundo Wollstonecraft, o afeto

pode ser visto na relação entre um pai e um filho, por exemplo. O afeto seria o que condiciona o progenitor em criar a sua prole com o objetivo de torná-la virtuosa e autônoma. Nesse sentido, o afeto é importante por ser o vínculo de uma criatura virtuosa aos seus deveres. A ilustração da relação entre pais e filhos poderia ser estendida para um nível mais amplo, isto é, para a sociedade. É importante notar que muitos dos deveres são necessários à vida em sociedade, que distingue seus integrantes pelo grau de virtude que possuem. É nesse sentido que Wollstonecraft assinala que há as virtudes privadas e as virtudes públicas que, embora figurem em espaços distintos, operam em confluência para o progresso individual e coletivo.

Além de identificar virtudes privadas e públicas, Wollstonecraft também coloca em pauta a questão da existência ou não de virtudes derivadas do sexo. Pela relevância da concepção de virtude em Wollstonecraft, realizo uma dupla tarefa com o intuito de compreender a questão acerca da virtude e do sexo biológico. A primeira tarefa consiste em sistematizar os argumentos da filósofa que versam sobre a virtude ter apenas um único modelo, isto é, por ser baseada na razão, esta não poderia ser relativa aos acidentes do corpo. A segunda consiste em compreender o que Wollstonecraft chama de “deveres peculiares femininos” que são supostamente designados pela natureza e como esses se relacionam com a maternidade. Assim, a reflexão se volta para a possível incongruência com a análise realizada pela primeira tarefa. Esse questionamento se faz necessário porque, ainda que não haja virtudes sexuais, Wollstonecraft ressalta diversas vezes que uma mãe virtuosa é aquela que cumpre seus deveres. Quais seriam esses deveres? Eles poderiam ser compartilhados com os homens?

Wollstonecraft afirma que a virtude é uma “habilidade que eleva um ser humano acima de outro” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 31). Essa distinção entre os homens é fruto do exercício da razão (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 30). Ao vincular razão e virtude, Wollstonecraft compreende que há um único caminho a ser perseguido (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 39). Isso quer dizer que todo ser humano que possui uma razão deve aperfeiçoá-la e que esse processo ocorre do mesmo modo para todos. Como visto, esse aperfeiçoamento independe de acidentes externos, tais como o sexo biológico, e deve acontecer ao longo da vida.

O aperfeiçoamento racional tem como consequência o aprimoramento individual, que tem o poder de se expandir para os domínios moral e social. É nesse

sentido que a virtude passa a figurar ao lado da razão: a virtude desempenha o papel de impulsionar o progresso moral. Do ponto de vista social, a virtude individual permite à sociedade tornar-se virtuosa, garantindo que as leis e os princípios que a regem sejam baseados unicamente na razão (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 30).

Dado que o aperfeiçoamento deve se dar do mesmo modo em todos os indivíduos, as condições de igualdade entre os seres humanos são fundamentais (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 34). Ao afirmar isso, Wollstonecraft não se refere apenas à questão do sexo, que aparta homens e mulheres, mas também, ao poder e as forças que regem a sociedade. Um exemplo disso é a monarquia, as riquezas e a hereditariedade do poder e das honras que servem como falsos distintivos entre os homens. Para a filósofa, isso não deveria ser o que eleva um homem em relação a outro, mas sim, deveria ser a sua capacidade de virtude, através do cumprimento de seus deveres.

Wollstonecraft afirma que para ser virtuoso é preciso que alguns deveres sejam cumpridos. Entre esses deveres, existem aqueles que são compartilhados por toda a humanidade, como por exemplo, o aperfeiçoamento da razão; mas há, também, deveres pertinentes ao sexo, em especial, peculiares às mães, que consistem em amamentar e educar seus filhos. Com isso, os deveres impactam não apenas um plano individual como também, social.

Justamente pela relevância que os deveres possuem com relação à virtude, é preciso refletir acerca de como sua definição e suas aplicações aparecem na *Reivindicação*. Em um primeiro momento, analisarei os deveres em um plano mais geral, para depois ater-me à questão das mulheres.

Para a filósofa, os deveres são os responsáveis por auxiliar o processo de aperfeiçoamento humano. O aperfeiçoamento da razão acontece através da educação e os hábitos de virtude são adquiridos através da prática e do cumprimento de deveres. Wollstonecraft não especifica exatamente o que são esses deveres, nem como eles se impõem, mas dá pistas do que seriam. Com efeito, na dedicatória, ao endereçar seus questionamentos ao legislador Talleyrand-Périgord acerca do que deveria ser a bússola moral da sociedade, a autora da *Reivindicação* afirma que apenas o dever que é fundado na razão é uma obrigação (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 20). E, mais adiante na obra, ao argumentar sobre os deveres dos pais, tomando como ilustração a relação entre

um pai e um filho, Wollstonecraft divide os deveres em obrigação natural e obrigação contingente.

Para a filósofa, a obrigação natural se distingue da obrigação contingente pelas intenções geradas. A obrigação natural é quando um pai tem a boa intenção de formar o seu filho assegurando que ele percorra um bom caminho, concedendo-lhe autonomia. Esse pai tende a se esforçar para “formar o coração e ampliar o entendimento de seu filho” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 200). Ao fazer isso, o pai não só é um ser virtuoso por cumprir sua tarefa com responsabilidade, como também permite que seu filho desenvolva as próprias virtudes. Wollstonecraft afirma que a obrigação natural é um dever que é fundado na razão, e é respaldada pelas verdades morais. Diferente das verdades especulativas que são obscurecidas por Deus, as obrigações naturais estão claras diante dos olhos (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 201). Ao afirmar isso, Wollstonecraft atribui ao indivíduo a capacidade de percepção de cumprimento de tarefas que o tornarão mais virtuoso.

A obrigação contingente, por outro lado, se baseia muito mais no “respeito egoísta pela propriedade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 200), isto é, o respeito que o pai possui pelo filho não constitui algo genuíno. É uma falsa consideração que tem como cerne a vaidade e é o que fomenta as honras hereditárias, por exemplo. Portanto, é mais da ordem da ambição e da autoridade do que da razão. A obrigação contingente é degradante, pois “o pai que é obedecido cegamente o é por pura fraqueza ou motivos que degradam o caráter humano” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 200). Diferente da obrigação natural, a obrigação contingente não oferece meios de aperfeiçoamento moral. Portanto, para completar o quadro teórico wollstonecraftiano, é preciso notar que a obrigação natural se mostra mais relevante do que a obrigação contingente. Além disso, é preciso ainda compreender que é da recorrência das obrigações naturais que surgem os afetos.

O afeto se refere a “um laço muito tênue” e surge “do exercício habitual de uma afinidade mútua” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 197). Além disso, o afeto é também fundado na razão e suscita nos indivíduos os interesses que os levam a cumprir os deveres. Nesse sentido, a razão tem o importante papel de despertar os afetos nos seres humanos, a partir de sua compreensão.

Os afetos funcionam como um despertar para a necessidade do cumprimento de deveres, que são parte do processo de aperfeiçoamento da virtude.

Essas obrigações funcionam nos âmbitos privado (doméstico) e público. De acordo com Wollstonecraft, o cumprimento dos deveres privados fomenta as virtudes privadas. Ao cumprir os deveres familiares, seja de pai ou mãe, filho/a, esposo/a, as pessoas adquirem suas virtudes privadas ao mesmo tempo em que contribuem para a sociedade, exercendo parte da sua cidadania. A consequência é o aperfeiçoamento das virtudes públicas, cujo impacto incide diretamente sobre a moral. Isso acontece porque, para Wollstonecraft, as relações familiares são como um microcosmo do que acontece em um Estado, capazes de comprometer o campo moral do espaço público (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 228). Nesse sentido, Wollstonecraft estabelece um vínculo entre política e moral, atribuindo ao Estado o papel de regular e impulsionar as virtudes de seus cidadãos, de modo a fazer com que seja um fluxo em duas vias: o privado impacta o público e vice-versa.

A importância do Estado para o desenvolvimento das virtudes se dá pelo motivo da função que Wollstonecraft atribui a ele. Para a filósofa, o Estado é uma instituição social e moral, cuja função é a de organizar a vida dos cidadãos por meio de leis que sejam baseadas na razão.

Outra importante função do Estado para contribuir com a virtude dos seus cidadãos, é a de assegurar que todos sejam livres. Para Wollstonecraft, para que um ser seja virtuoso é imprescindível que ele seja livre, o que caracteriza uma tautologia: ser virtuoso é ser livre. E, para Wollstonecraft, um ser livre é aquele que não se submete a qualquer autoridade que não seja a da própria razão. Sendo assim, é preciso que todos aqueles que compõem o Estado estejam em posição de igualdade em termos de sua liberdade. Portanto, se um indivíduo ou um grupo fica submetido a outro, a sociedade inteira está com a sua liberdade comprometida e, conseqüentemente, a virtude pública. Nesse sentido, Wollstonecraft afirma:

Os moralistas são unânimes em concordar que, a não ser que a virtude seja alimentada pela liberdade, nunca obterá a devida força – e o que eles dizem do homem eu estendo à humanidade, insistindo que em todos os casos a moral deve ser fixada sobre princípios imutáveis e que não se pode chamar de racional ou virtuoso o ser que obedece qualquer autoridade que não seja a razão (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 246).

A liberdade ganha tons especiais, justamente por Wollstonecraft ser uma mulher que identifica em sua sociedade as amarras que decorrem de sua condição. Ao vincular liberdade e virtude, Wollstonecraft reivindica os direitos naturais das mulheres, questionando os teóricos da época que excluía deliberadamente o sexo feminino,

reservado esses direitos apenas ao sexo masculino. Ao submeter as mulheres à razão e não à autoridade, Wollstonecraft abre um novo caminho a ser trilhado por elas.

Assim, sobre a questão das virtudes no caso das mulheres, Wollstonecraft assume uma posição contrária aos teóricos da época⁶. Das mulheres não era esperado que suas virtudes derivassem da razão, mas sim, do respeito ao decoro e à opinião alheia. A filósofa ressalta dois impedimentos fomentados pelos teóricos que afastam as mulheres da possibilidade de se tornarem virtuosas. O primeiro deles é a submissão à autoridade masculina, a qual são ensinadas a aceitar desde a mais tenra idade. O segundo são os contínuos obstáculos que a sociedade coloca para o desenvolvimento da razão nas mulheres. O que a filósofa conclui disso é que, ao aprenderem a se reprimir e a não usar a própria razão, as mulheres não se tornam livres e, muito menos, virtuosas. Esses obstáculos não apenas prejudicam a vida da própria mulher, mas impossibilitam também o progresso da humanidade como um todo. Como já argumentei, para Wollstonecraft, sem que a mulher compreenda seus deveres enquanto parte da espécie humana, mediante o desenvolvimento da razão, elas não podem contribuir positivamente para a sociedade. Assim, ela afirma:

Se esse é, de fato, o destino das mulheres, os argumentos podem ser tirados da razão e, assim, magnificamente sustentados; quanto mais conhecimento as mulheres adquirirem, mais elas se prenderão a seu dever – compreendendo-o –, pois, a menos que o entendam, a menos que sua moral seja fixada no mesmo princípio imutável que a dos homens, nenhuma autoridade conseguirá forçá-las a cumpri-lo de maneira virtuosa (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19).

Ao assinalar que as mulheres estão em uma posição de escravidão, pois são profundamente colocadas como dependentes dos homens, Wollstonecraft também aponta para as consequências disso para o sexo masculino. Uma das causas que impede que as mulheres adquiram virtudes está ligada a uma suposta superioridade natural masculina. A diferença que impera entre homens e mulheres na busca e fomento da virtude é resultado de uma difusão de preconceitos, tendo como consequência a relativização das virtudes, ao receberem rótulos sexuais.

A filósofa pergunta: “por que tal dependência deve ser ampliada por preconceitos que atribuem um sexo à virtude e confundem as verdades simples com devaneios sensuais?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 29). Opondo-se a essa

⁶ Alguns dos teóricos da época que aparecem na *Reivindicação* e que Wollstonecraft se posiciona contra são: o moralista John Gregory (1724-1773), o poeta John Milton (1608-1674) e o filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

constatação, Wollstonecraft afirma que a virtude não é relativa, ou seja, não depende do sexo. Assim, ela estabelece que como as virtudes são as mesmas, a conduta de homens e mulheres deve ser fundamentada nos “mesmos princípios e ter os mesmos objetivos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 46).

Um exemplo dessa igualdade entre homens e mulheres é a maneira como Wollstonecraft aborda o dever de castidade. Ela ressalta como é recorrente que a cobrança de castidade recaia apenas sobre as mulheres para que sejam respeitadas, porém, os homens também deveriam ser cobrados do mesmo modo. A sociedade atribui a castidade como responsabilidade exclusiva das mulheres, quando na verdade, as implicações são compartilhadas por ambos os sexos. Desse modo, para Wollstonecraft faz-se necessário que seja revisto como os homens se relacionam com essas virtudes (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 248).

Para a filósofa, ambos os sexos deveriam se empenhar para que a virtude da castidade seja respeitada, com o objetivo de adquirir a modéstia. A modéstia é uma virtude que é consequência da castidade e “fruto sagrado da sensibilidade e da razão!” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 159). A modéstia não só é um importante na relação entre os sexos, como também na relação entre mente e corpo, e de como eles interagem para o desenvolvimento mútuo. É o controle do corpo com o objetivo da expansão da mente. A filósofa define a modéstia de duas maneiras:

[1] a pureza da mente, que é a consequência da castidade, da simplicidade de caráter que nos leva a formar uma opinião justa de nós mesmos, igualmente distante da vaidade ou da presunção (...). [2] a modéstia é aquela sobriedade da mente que ensina um homem a não valorizar mais do que deveria e diferencia-se da humildade, porque esta é uma espécie de auto degradação (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 159).

A modéstia é uma virtude que se contrapõe à vaidade e à timidez, pois envolve reflexão, diferente da primeira que é fruto da presunção e, da segunda que é resultado da ignorância. O refinamento de mentes cultivadas é um efeito da modéstia e consiste em adquirir o poder do “coração bater mais em compasso com a humanidade, em vez de pulsar por amor” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 161), isto é, de colocar o coletivo acima dos desejos individuais. A autoconfiança de quem compreende um assunto e fala dele com propriedade, decorre da modéstia e impede que os indivíduos não se rendam a um falso acanhamento, fruto de uma censura social. Por exemplo, em nota, Wollstonecraft afirma que discute com médicos sobre assuntos de anatomia como que de “homem para homem” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 161). Em outras

palavras, uma vez que conversações técnicas não são da “ordem” do feminino, é preciso adquirir coragem em adotar uma postura supostamente masculina para discutir sobre assuntos como a anatomia. A modéstia, portanto, é uma virtude que fecunda uma racionalidade plena e perfectível e que independe dos construtos sociais associados aos sexos. Nesse sentido, Wollstonecraft afirma:

Purifique o coração, deixe-o expandir e sentir tudo que é humano, em vez de limitá-lo com paixões egoístas, e deixe que a mente com frequência reflita sobre assuntos que exercitem o entendimento, sem inflamar a imaginação, e a modéstia natural dará os toques finais à pintura (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 162).

De acordo com Wollstonecraft, as únicas *supostas* virtudes que a sociedade espera das mulheres são as negativas, a saber “paciência, docilidade, bom-humor e flexibilidade”, e essas são incompatíveis com o exercício do intelecto (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 84). Nesse caso, não são virtudes verdadeiras, pois apenas desempenham o papel de restringir a conduta feminina e não estão relacionadas com a razão, sendo apenas ditames de comportamento sexuais. Por isso, é problemático pensar em virtudes que sejam especialmente femininas.

Maneiras ou modos são da ordem do comportamento e nada têm a ver com as virtudes. Virgínia Sapiro (2019) destaca isso ao afirmar que apesar dos modos sociais serem importantes – pois são intermediários no processo de socialização e da aquisição de hábitos – eles não podem ser considerados virtudes. Os modos são apenas *performances* adquiridas com a finalidade de agradar à opinião pública. Não são atos conscientes, guiados para uma finalidade moral ou virtuosa (SAPIRO, 2019, p. 326). Para Wollstonecraft, no caso das mulheres, o comportamento é confundido com a virtude, e por isso dá-se a impressão de que haja virtudes sexuais. No entanto, a filósofa destaca que a questão da conduta deve ser importante não apenas para as mulheres, mas também para os homens. De acordo com Wollstonecraft, as mulheres, assim como os homens, “devem ter apetites e paixões próprios de sua natureza, que são brutais apenas quando não controlados pela razão; porém, o dever de controlá-los é da humanidade, não do sexo.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 166).

Embora Wollstonecraft defenda que não existem diferenças entre os sexos em relação à conduta virtuosa, é preciso destacar uma ambiguidade no texto da filósofa. Em alguns momentos do texto, ela se refere a deveres peculiares ou específicos às mulheres, especialmente aqueles relacionados com a maternidade. A discussão dessa ambiguidade é particularmente difícil, pois Wollstonecraft não explicita quais seriam

esses deveres específicos, nem explica qual seria o motivo para haver obrigações peculiares referentes às mulheres. Ainda que afirme constantemente que os deveres são responsabilidade de toda a humanidade, na nota em que abre a *Reivindicação*, a filósofa informa ao leitor que nessa edição ela irá tratar dos direitos das mulheres, sendo os deveres específicos delas uma empreitada a ser realizada em um segundo volume. Nas palavras da filósofa:

Muitos temas a que fiz alusão superficialmente requerem uma investigação particular, em especial, as leis relativas às mulheres e a consideração de seus deveres peculiares. Estes fornecerão ampla matéria para um segundo volume, que será publicado em seu devido tempo para elucidar alguns dos sentimentos e completar muitos dos esboços iniciados no primeiro volume. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 23).

Ainda que esse segundo volume não tenha sido publicado em razão da morte prematura da filósofa, é possível encontrar algumas pistas sobre quais seriam os deveres específicos das mulheres ao longo da *Reivindicação*. Com efeito, quais seriam esses deveres peculiares, exatamente? A partir da argumentação de Wollstonecraft, pode-se concluir que há dois deveres fundamentais a serem cumpridos pelas mulheres, que são reservados apenas àquelas que são mães: amamentar e educar seus filhos.

Seu afeto de mãe, de fato, raras vezes merece esse nome quando não a leva a amamentar os filhos, porque o cumprimento desse dever é igualmente calculado para inspirar tanto a afeição materna quanto a filial – e é tarefa indispensável dos homens e das mulheres cumprir as obrigações que propiciam o surgimento dos afetos, que são a proteção mais segura contra o vício (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 194).

Haja vista que a amamentação gera o afeto entre mãe e filho, conclui-se que, para Wollstonecraft, isso se trata de uma obrigação natural. A amamentação tem como consequência os afetos necessários e indispensáveis para o aperfeiçoamento moral mútuo: a mulher, enquanto mãe que cuida e fomenta a autonomia de seus filhos; os filhos, que aprendem com a mãe sobre a responsabilidade e o afeto familiar. Para Wollstonecraft, a tarefa da mãe é ensinar as crianças a direcionarem os seus afetos para as virtudes e não à reciprocidade baseada no interesse, pois, só assim, será possível o progresso moral.

Os afetos das crianças e das pessoas fracas são sempre egoístas; amam os pais porque se sentem amadas por eles, e não pelas virtudes deles. No entanto, até que a estima e o amor se misturem no primeiro afeto e a razão seja a base da primeira obrigação, a moralidade vacilará desde o início (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 199).

Por isso, é importante que a mãe reconheça a importância de seu papel não apenas enquanto progenitora, mas como uma pessoa, cuja razão e virtude dependem do

exercício do intelecto para se aperfeiçoarem (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 239). Ainda assim, é importante destacar que, apesar de Wollstonecraft conceder às mulheres a tarefa de amamentar e educar as crianças, ela não exime totalmente os pais do cuidado com a prole, os quais devem, inclusive, participar da criação dos filhos, uma vez que o cuidado com as crianças também depende deles (cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 21).

Para as mulheres que não são mães, independente se casadas ou solteiras, deve haver uma existência civil (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 189). Para que a virtude privada da mulher se torne um benefício público é preciso que elas tenham voz no Estado. Wollstonecraft atribui ao legislador o papel de integrar as mulheres. A função daquele que governa é a de fomentar a virtude não só nos indivíduos do sexo masculino, mas também, do sexo feminino. O principal objetivo do governante deve ser o de tirar proveitos dos aperfeiçoamentos individuais de absolutamente todos os seus componentes para garantir o progresso de sua sociedade.

Um legislador verdadeiramente benevolente sempre se esforça para fazer com que o interesse de cada indivíduo seja ser virtuoso; e, assim, a virtude privada torna-se o cimento da felicidade pública e, de modo ordenado, o todo é consolidado pelo rumo de todas as partes em direção a um centro comum. Mas a virtude privada ou pública da mulher é muito problemática, pois Rousseau e uma numerosa lista de escritores do sexo masculino insistem que ela deve ser submetida durante toda a vida a um severo controle – o do decoro (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 184).

Do ponto de vista da âmbito público, para Wollstonecraft, ao “confinar as meninas às agulhas” ao mesmo tempo em que as exclui de “todas as tarefas políticas e civis” o resultado é uma “estreiteza da mente” que as impede de “cumprir os deveres particulares que a natureza lhes atribuiu” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 216). Para a filósofa, para que as mulheres conheçam seus deveres e os cumpram, é preciso que o campo de ação permitido a elas seja maior, de modo que possam compreender como as incumbências as dirigem para as virtudes. Dessa forma, os deveres cívicos não atrapalham seus deveres domésticos, muito pelo contrário. Com a possibilidade de agir fora de casa, bem como com a razão desenvolvida, as mulheres teriam plena consciência de seus deveres.

Uma mente ativa abrange todo seu conjunto de deveres e encontra tempo suficiente para tudo. Sustento que não é uma tentativa ousada de emular as virtudes masculinas, não é o encantamento das atividades literárias nem a constante investigação dos assuntos científicos que desencaminham as mulheres do dever. Não, são a indolência e a vaidade – o amor ao prazer e o

amor ao domínio – que reinarão supremos em uma mente vazia (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 215).

Ainda sobre a ambiguidade na argumentação de Wollstonecraft, sobre os deveres relativos ao sexo, há duas maneiras de interpretar. A primeira, consiste em observar que é uma estratégia retórica, na qual Wollstonecraft busca deixar claro ao seu leitor que uma mulher ilustrada não deixará de ser mulher, isto é, não abandonará o papel de mãe ou será negligente com as responsabilidades familiares. A segunda interpretação reside em apreender que Wollstonecraft busca conciliar uma visão conservadora sobre a feminilidade com uma concepção de mulher que tenha direitos civis. Ambas as interpretações englobam as preocupações presentes no horizonte do público o qual Wollstonecraft se dirigia, que era predominantemente masculino e conservador.

Em suma, o esforço de Wollstonecraft de integrar as mulheres na humanidade passa por conceder a elas não apenas o direito de acessar e usar a própria razão, mas também o de se aperfeiçoarem contribuindo para o progresso da humanidade. Para a filósofa, é preciso que “ambos os sexos devem agir de acordo com os mesmos princípios” e o mais importante de tudo: o pacto social deve ser equitativo o suficiente para permitir que elas alicerçam suas virtudes no conhecimento (cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 224). Sobre a questão das mulheres e os seus respectivos deveres, Wollstonecraft utiliza-se de uma estratégia retórica, ainda que ambígua, para adereçar aos seus interlocutores e às preocupações que eles têm em relação às mulheres. Ela procura convencê-los de que as mulheres têm a capacidade de adquirir virtudes tanto quanto os seus pares do sexo masculino e que, ao adquirir hábitos virtuosos, elas não deixarão as suas famílias.

Alicerçar a virtude no conhecimento significa ter uma sólida base, capaz de permitir que as mulheres adquiram a sua liberdade. A seguir, analiso o conhecimento, o último princípio básico anunciado por Wollstonecraft. O intuito é o de compreender o quadro dos princípios metafísicos propostos pela filósofa – razão, virtude e conhecimento – para ter assim uma dimensão do alicerce teórico das críticas que compõem a sua *Reivindicação*.

1.3. Conhecimento: uma associação de ideias adequada e livre de preconceitos

Para completar o quadro metafísico como proposto por Wollstonecraft, o conhecimento é analisado, dentro do seu importante papel que desempenha ao lado da razão e da virtude. Diferente dos animais, os seres humanos possuem graus de conhecimento, cuja origem é as paixões, que garante experiência aos indivíduos, ensinando-os. Assim como a virtude, a solidez do conhecimento é fundada na razão. Desse modo, o que não for da ordem da razão é preconceito e não conhecimento.

Assim como para ser virtuoso é necessário ser livre, o mesmo ocorre para assegurar o conhecimento. A liberdade de uso da razão é essencial para a garantia de uma mente que almeja a perfeição. De acordo com Wollstonecraft, as ideias que vão se acumulando ao longo da vida dos indivíduos, suscitadas pelas paixões, constituem a experiência. Ao se consolidar e passar pelo crivo da razão, a experiência torna-se conhecimento.

O conhecimento possui um papel central no aperfeiçoamento da razão. Em outras palavras, é o acúmulo de conhecimento que permite aos indivíduos se aprimorar, guiando-se pela experiência. Diferentemente dos animais que não se aprimoram, os seres humanos permanecem em constante desenvolvimento. Para Wollstonecraft, o progresso significa um desenvolvimento moral que permite aos seres humanos uma constante elevação em direção a uma razão próxima àquela de um Ser supremo.

Em seguida, apresento como para Wollstonecraft a associação de ideias permite formar um conhecimento verdadeiro. Para ela, isso se dá através de uma associação que deve ser feita meticulosamente, com o objetivo de refinar as informações, para que não se torne preconceito. A filósofa descreve três tipos de associação. O primeiro é instantâneo, que pode ser confundido com intuição. O segundo é o habitual e acompanha os seres humanos nos primeiros estágios de desenvolvimento, produzindo as primeiras informações do mundo. O terceiro tipo é uma associação costumeira de ideias, mais maleável e progressiva. Ao ser estimulado, esse tipo de associação recebe diversidade e contraste, capaz de conduzir ao aperfeiçoamento da razão.

Por fim, analiso como Wollstonecraft identifica o caso das mulheres e o conhecimento. Conforme a filósofa identifica, as mulheres ficam presas à associação do tipo instantânea, que imprime fortemente as primeiras impressões. Por não receberem os

devidos estímulos, como prevê o terceiro tipo de associação, as mulheres recaem em preconceitos e não em conhecimentos. Melhor dizendo, por não desenvolverem bem a sua razão, as mulheres não possuem outra saída a não ser apegar-se a seus preconceitos e, impedidas de se desenvolverem e se aperfeiçoarem, impedem também o progresso humano e moral.

Wollstonecraft define o conhecimento como o “poder de generalizar ideias, de tirar conclusões amplas a partir de observações individuais” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 79). A busca pelo conhecimento acontece de acordo com a necessidade que é imposta ao percurso do indivíduo (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 80). Ao dizer que a necessidade é o que impele os indivíduos na busca pelo conhecimento, Wollstonecraft se refere à renúncia do prazer como motivação central para essa busca. O progresso moral e racional é o que diferencia os homens dos animais. Para Wollstonecraft, diferente dos animais que usam o instinto apenas para sobrevivência, as paixões nos seres humanos são pedagógicas no sentido de ensiná-los sobre o que se deve ou não fazer. Ao discutir sobre a educação dos jovens, a filósofa afirma que é na luta contra as paixões que se adquire conhecimento (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 145).

Paixões como amor, ambição, esperança e medo funcionam como caminhos para o aprendizado. Para Wollstonecraft, as paixões são essenciais no processo de se adquirir conhecimentos, uma vez que são essas experiências que vão moldar a racionalidade dos indivíduos. Ainda de acordo com Wollstonecraft, até o estágio da vida impacta no conhecimento e na busca pela virtude: os jovens têm experiências diferentes dos mais velhos, o que os faz encarar esse processo por ângulos diferentes. Assim, ela afirma:

Além disso, não é possível dar a um jovem uma visão justa da vida; ele deve lutar com suas próprias paixões antes de poder avaliar a força da tentação que arrasta seu irmão ao vício. Os que estão adentrando a vida e aqueles que estão partindo dela veem o mundo de pontos de vista tão diferentes que raramente pensam do mesmo modo, a não ser que a razão dos primeiros, desprovida de plumagem, nunca tente um voo solitário (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 141).

É por isso que a razão, principalmente nos mais jovens, merece atenção especial, pois, caso não derive da faculdade racional, o conhecimento perde seu status e passa a consistir apenas em preconceitos (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 31). E como

os conhecimentos são adquiridos, armazenados e processados pelos indivíduos? De acordo com Wollstonecraft, esse processo se dá através da associação de ideias.

Em poucas linhas, Wollstonecraft afirma que o conhecimento provém do mundo externo, a partir de associação de ideias, as quais ela divide em três tipos. O primeiro é a associação habitual e, de acordo com a filósofa, “as ideias e os fatos da realidade” são recebidos e armazenados pelo intelecto, até que haja um evento relevante e para que esses dados sejam revelados. O papel dessa revelação será o de permitir que o indivíduo acesse as informações recebidas, “em períodos muito diferentes da vida”. Essas informações têm a capacidade de vir à “mente com força ilustrativa” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 151). Esse tipo de associação depende mais da “temperatura original da mente” do que da vontade (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 151).

O segundo tipo é a associação instantânea, que decorre de uma “rápida percepção da verdade” sendo tão próxima da intuição que facilmente confunde a investigação “e faz com que não saibamos determinar se trata-se de reminiscência ou raciocínio, ao perdê-la de vista pela celeridade com que rompe a obscuridade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 151). Para Wollstonecraft, os indivíduos têm pouco poder sobre este tipo de associação, uma vez que quando a mente é ampliada, a matéria-prima deste tipo de associação facilmente se ordena.

O terceiro tipo de associação é o costumeiro. Ao receber diversidade e contraste através da educação, o entendimento se torna maleável e pronto a rumar para o progresso. Essa associação “progride ‘com o nosso progresso’” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 152) e “tem um grande efeito sobre o caráter moral da humanidade” capaz de proporcionar à mente uma transformação que permanece por toda a vida (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 152). Apesar de ser mais complexo que os outros tipos de associação, para Wollstonecraft este tipo depende muito dos outros dois. Dado que as associações feitas no período inicial da vida, quando não são bem gerenciadas, podem gerar nós que dificilmente serão desatados, pois, para a filósofa: “Uma ideia leva à outra, sua antiga associada, e a memória, fiel às primeiras impressões, em particular quando os poderes intelectuais não são empregados para esfriar nossas sensações recorda-os com exatidão mecânica” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 152).

Homens e mulheres são afetados no que Wollstonecraft chama de “escravidão às primeiras impressões”. No entanto, especialmente no caso das mulheres,

o efeito disso é maior. Diferente dos homens, nos quais as “ocupações áridas do entendimento” balizam essas impressões, as mulheres são mais suscetíveis a ficarem escravas dessa associação de ideias prematuras. Para Wollstonecraft, por não empregarem sua razão, as mulheres não passam as informações que recebem pelo crivo da razão, sendo este o motivo de serem presas fáceis do preconceito (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 152). Em razão disso, afirma Wollstonecraft, é que a mente das mulheres ganha um caráter sexual, pois é o processo enviesado a que estão submetidas que as faz receber as informações e tão logo transformar isso em meras impressões e emoções, ao invés de conhecimento (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 152).

Embora haja teóricos⁷ que argumentem que as mulheres são naturalmente emocionais e que possuem uma razão deficiente, para Wollstonecraft isso não passa de uma difusão de preconceitos baseados em costumes e não na razão. Conhecimento e racionalidade são da alçada feminina e de qualquer outro ser humano. Ao fazer essa defesa de acesso à própria razão e ao conhecimento, Wollstonecraft reivindica o direito de todos, com enfoque especial às mulheres, em se tornarem virtuosas e atentas às suas responsabilidades enquanto seres dotados de direitos e deveres.

Considerando a importância de uma associação de ideias que dê conta de balizar as ideias para que se tornem conhecimento e não preconceito, a educação se mostra essencial no sentido de ser o instrumento que fornece os elementos necessários para tanto. Wollstonecraft identifica na educação – e em seus teóricos – a solução a boa parte dos problemas que afligem as mulheres e sua condição na sociedade, de subordinação racional e social. Para ela, a educação seria o primeiro passo para a emancipação das mulheres. Sendo assim, no próximo capítulo analiso as obras educacionais de Wollstonecraft, destacando como ela constrói as suas obras para a educação das meninas, a saber *Thoughts on the Education of Daughters* e *Original Stories from Real Life*. Em seguida, analiso as críticas que ela dirige à Rousseau, em especial, à personagem Sofia da obra *Emílio ou da Educação*.

⁷ Nesse trecho os teóricos citados por Wollstonecraft são: o poeta Alexander Pope (1688-1744) e o escritor Jonathan Swift (1667-1745)

CAPÍTULO 2 - Educação para aperfeiçoar e emancipar

Na obra *Vindication of the Rights of Men*, escrita dois anos antes do que a *Reivindicação*, Wollstonecraft afirma que renunciaria a toda esperança de imortalidade, caso fosse provado que a virtude é da ordem dos instintos (cf. WOLLSTONECRAFT, 1993, p. 33). Ao se posicionar dessa maneira, ela descarta qualquer possibilidade de que a virtude não seja derivada da razão. Como salienta a comentadora Virgínia Sapiro (2019), além de ser o que caracteriza uma vida bem vivida, a busca pela virtude exige o desenvolvimento da razão perfectível (SAPIRO, 2019, p. 327). Para Wollstonecraft, essa busca seria intermediada pela educação, cujo intuito é o de formar seres emancipados e atentos aos seus deveres.

Wollstonecraft define a educação como um “exercício do entendimento, planejado o melhor possível para fortalecer o corpo e formar o coração” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 42). A educação é aquilo que possibilita que o indivíduo alcance “hábitos de virtude que o tornarão independente”, pois, segundo Wollstonecraft, é uma farsa chamar um ser de virtuoso quando suas “virtudes não resultam do exercício de sua razão” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 42).

O processo de educar uma mente consiste em ensiná-la a fazer associações corretas de ideias, ou seja, aquela associação que Wollstonecraft chama de costumeira. A escola tem como papel impedir que as mentes sejam tomadas de preconceitos, o que dificultaria o processo do conhecimento, pois este deve ser baseado unicamente na razão. Desde a infância, é preciso que a formação das crianças seja assistida para que aprendam a pensar por si mesmas (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 41). Desse modo, é indispensável o acesso universal, independentemente do sexo ou classe social, à escola.

Nesse sentido, Wollstonecraft reivindica que as meninas tenham acesso à mesma educação que a dos meninos. Ainda que reconheça que a educação dos meninos é, em certa medida, deficiente, ela considera que essa educação, mesmo que de forma básica, promove as faculdades e permite que os homens adquiram os hábitos de virtude. Quando Wollstonecraft estabelece os princípios básicos, vinculando razão, virtude e conhecimento, conforme analisei no primeiro capítulo, ela abre caminhos para a sua reivindicação quanto ao direito das mulheres terem a razão desenvolvida. O intuito do presente capítulo consiste em apreender como Wollstonecraft concebe a educação e

como esta contribui para o aperfeiçoamento da razão. Mais especificamente, procuro refletir acerca do papel da educação para o projeto reivindicatório de Wollstonecraft.

Ancorando-me nos princípios básicos, apresentados no primeiro capítulo, analisarei no presente capítulo as obras em que Wollstonecraft se refere à formação das meninas, com o intuito de destacar como a filósofa encontra em uma formação igualitária a possibilidade de mudança social.

Para Wollstonecraft, a educação é fundamental para colocar em prática os princípios propostos em seu arcabouço metafísico. É através da educação que os indivíduos têm a possibilidade de desenvolverem sua razão e, conseqüentemente, adquirirem hábitos de virtude. Por meio dos conhecimentos, estabelecidos e fundados na razão, a educação guia as pessoas no processo de aperfeiçoamento. Em suma, a educação é central para a reflexão filosófica proposta por Wollstonecraft, principalmente se considerarmos a sua filosofia política.

O resultado desta seria a formação de indivíduos autônomos e livres, capazes de construir uma sociedade que esteja em constante progresso. Como pontuado por Alan Richardson (2002), o tema da educação é importante para Wollstonecraft pelo motivo de sua posição como proponente dos direitos da mulher (RICHARDSON, 2002, p. 24) que deposita na educação a possibilidade de emancipação. Tendo isso no horizonte, fica compreensível a escolha de Wollstonecraft em optar pela educação para que esta promova uma “revolução nos modos femininos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 69).

A defesa que Wollstonecraft faz da educação como caminho para a emancipação não é feita apenas na *Reivindicação*. Antes da obra de 1792, a filósofa já havia publicado dois livros que inauguraram sua carreira como escritora. O primeiro deles é *Thoughts on the Education of Daughters*⁸, publicado em 1787, e o segundo é o *Original Stories from Real Life; with Conversations Calculated to Regulate the Affections, and Form the Mind to Truth and Goodness*⁹, publicado em 1788. Ambos já demonstram a predileção de Wollstonecraft pela formação humana como motor de uma transformação da sociedade, em direção a uma vida em comum mais justa e igualitária. O exame de ambas as obras será importante nesse capítulo para compreender de que

⁸ Daqui em diante, referir-me-ei à obra *Thoughts on the Education of Daughters* apenas como *Thoughts*.

⁹ Do mesmo modo, referir-me-ei a *Original Stories from Real Life; with Conversations Calculated to Regulate the Affections, and Form the Mind to Truth and Goodness* apenas como *Original Stories*.

modo Wollstonecraft se posiciona sobre a educação, em especial, sobre a educação das meninas.

O domínio da posição de Wollstonecraft sobre a educação, dado através do exame de *Thoughts* e *Original Stories* é importante por traçar um plano de investigação que parte da experiência para a teoria. Melhor dizendo, embora essas obras não tenham uma pretensão filosófica e, muito menos, contenham em si uma crítica sistematizada, como é o caso da *Reivindicação*, elas são importantes por marcar uma gênese da posição de Wollstonecraft. Ainda que tenham uma diferença de formato com relação à *Reivindicação*, são importantes por terem como mote a experiência de Wollstonecraft. Ao trabalhar como tutora de meninas e professora infantil, a filósofa sente a necessidade da discussão de determinados assuntos e a implementação de hábitos que mais tarde serviriam de norte para estabelecer seus princípios básicos. Além disso, essas obras figuram na biografia da filósofa como pequenas fagulhas da posição que ela adotaria na *Reivindicação*. Uma posição obstinada em apontar as contradições de Jean-Jacques Rousseau.

No entanto, é preciso apontar que Rousseau nem sempre foi *apenas* catalisador de críticas na trajetória de Wollstonecraft. O genebrino também serviu de motivador para a filósofa. Por exemplo, *Emílio* serve de mote para a escrita de *Thoughts*, e *Original Stories* é um experimento, no qual a filósofa busca tornar didática essa obra de Rousseau. Desse modo, é inegável que o filósofo desempenha um importante papel para Wollstonecraft, ou seja, o de formá-la enquanto uma pensadora da educação. Nota-se, aliás, que as posições adotadas por Wollstonecraft no modo de educar são similares às de Rousseau, a saber, a razão e a virtude são transmitidas por meio de exemplos. Sendo assim, a análise de determinados aspectos das obras iniciais de Wollstonecraft apontam para dois elementos importantes. O primeiro é o alcance que a teoria de Rousseau desempenha na trajetória de Wollstonecraft, cujo ponto de partida é a influência em *Thoughts*, passando por *Original Stories* e, por fim, transformando-se em uma robusta crítica na *Reivindicação*. O segundo é o seu amadurecimento enquanto escritora, que parte da prática para a teoria, ao estabelecer seus princípios básicos na *Reivindicação*.

Sendo assim, num primeiro momento do capítulo, examino *Thoughts*, destacando o modo como Wollstonecraft teoriza a razão, em especial, no caso das mulheres. Muito embora concordasse com Rousseau em alguns aspectos educacionais,

Wollstonecraft discorda da forma como o genebrino concebe a educação das meninas, tal como exposta no livro V do *Emílio*. Assim, a filósofa escreve a sua própria obra, no formato de uma literatura muito popular na Inglaterra do século XVIII: a literatura de conduta. Por se tratar de uma espécie de manual de comportamento, este tipo de livro buscava versar sobre um modelo ideal de atitude a ser desempenhada pelas mulheres. Ainda que esse tipo de literatura tenha um aspecto conservador, Wollstonecraft se aproveita justamente da popularidade dessa cartilha para poder difundir alguns valores progressistas. Mesmo que de modo tímido, em *Thoughts* já é possível reconhecer a gênese da posição assumida pela autora na *Reivindicação* quanto ao dever e ao direito das mulheres, assim como o dos homens, de desenvolver a sua razão.

Em um segundo momento, analiso *Original Stories*. Diferentemente de *Thoughts*, trata-se de uma obra de histórias, voltada para crianças. O enredo é sobre duas meninas, Mary e Caroline, que aos cuidados de sua tutora, a Senhora Mason, passam os dias aprendendo sobre virtude e a importância de refletir sobre as situações da vida. O intuito da análise dessa obra é o de examinar como os princípios básicos aparecem nela de um modo mais prático, isto é, aplicado às situações que Wollstonecraft forja para as personagens das crianças através da Senhora Mason, cujo papel sempre é o de guiar as meninas até que adquiram autonomia de pensamento e virtude.

A análise das duas obras consiste em destacar a abordagem de Wollstonecraft para a educação feminina, bem como o modo com que os princípios básicos já aparecem nessas obras, ainda que de maneira incipiente. No terceiro momento do capítulo, apresento o *princípio da interdependência* como figura nas primeiras páginas do livro V do *Emílio*, apresentando as consequências que Rousseau extrai de tal preceito. Em seguida, prossigo para as críticas que Wollstonecraft dirige à Rousseau, em especial nos trechos que a filósofa seleciona no quinto capítulo da *Reivindicação*. Ao criticar Rousseau, Wollstonecraft captura um importante movimento da argumentação do genebrino: a de que as mulheres possuiriam uma razão inteiramente voltada para a prática no âmbito doméstico, o que justificaria uma educação específica para elas. Para as mulheres, a educação tal como proposta por Rousseau desenvolve apenas as habilidades sociais, submetendo-as à razão dos homens para fazerem uso de sua própria razão. Ao apontar para esse plano de interdependência, Wollstonecraft salienta as falhas do projeto de igualdade instaurado por Rousseau, afirmando que essa

igualdade deve ser um direito de todos. A minha proposta de análise dessas críticas é dividi-las em dois eixos: “corpo” e “mente”. No primeiro eixo, destaco as passagens de Rousseau, presentes nas páginas iniciais do livro V do *Emílio*, em que o filósofo apresenta as justificativas de as mulheres serem diferentes dos homens. No segundo eixo, faço a análise dos aspectos da mente, enfatizando as citações de Rousseau que Wollstonecraft mobiliza no quinto capítulo da *Reivindicação*. Ao seguir esse percurso, destaco como Wollstonecraft aponta alternativas às assertivas de Rousseau sobre as mulheres e a suposta incapacidade delas de raciocínio abstrato, generalização e liberdade.

2.1. A formação das meninas

Mary Wollstonecraft não teve uma educação formal primorosa. No entanto, seu contato com os Dissidentes Racionais¹⁰ permitiu que seu autodidatismo aflorasse. É por influência dos Dissidentes que Wollstonecraft fez da educação a sua pauta. Alan Richardson (2002) salienta que os Dissidentes eram proibidos de frequentar as instituições educacionais anglicanas e, por isso, tiveram que criar as suas próprias. Assim, para esse grupo, a educação é uma questão política, pois para eles, através do processo educativo existe a real possibilidade de transformação social. Para esse grupo, um dos papéis da educação é o de confrontar ideias conformistas. Richard Price, pastor dissidente e mentor de Wollstonecraft, defendia essa ideia (RICHARDSON, 2002, p. 25).

No entanto, a educação das meninas do século XVIII não oferecia qualquer sinal de possibilidade de mudança efetiva. Diferentemente da educação dos meninos, que os guiava para várias questões importantes – tais como a ciência e a filosofia – a das meninas se resumia a aprender algum dote físico e a aprender afazeres domésticos (RICHARDSON, 2002, p. 27). As meninas tinham como escopo aprender coisas que lhes fariam melhores esposas, na medida em que essa era considerada a sua única função social. Wollstonecraft constata que é preciso rever a situação da educação das

¹⁰ Os Dissidentes Racionais era um grupo de republicanos que apoiava a igualdade, cuja pauta era a abolição da escravidão, a questão das mulheres e a educação (cf. BERGES, S. **The Routledge Guidebook to Wollstonecraft's A Vindication of the Rights of Woman**. New York: Routledge, 2013, p. 5). Figuras importantes para a carreira de Wollstonecraft, como Joseph Johnson e o pastor Richard Price, faziam parte desse grupo.

meninas, pois o modo de condução, os conteúdos ensinados e também a sua finalidade são problemáticos.

A começar pela infância, as meninas já estavam submetidas, segundo Wollstonecraft, a uma educação enviesada. Esta questão é central para a filósofa, pois ela considera a infância como um período crucial para o desenvolvimento humano, além de oportuno momento para estímulos racionais. Durante a infância não são estabelecidos apenas conhecimentos conscientes – tais como o aprendizado das ciências – mas também informações inconscientes, como os hábitos, os preconceitos e traços de caráter (RICHARDSON, 2002, p. 25). É nesse período que se formam as associações instantâneas e habituais.

Muito embora Wollstonecraft não sistematize essas questões de forma clara em suas obras iniciais, *Thoughts* e *Original Stories* já sinalizam por qual caminho Wollstonecraft deseja seguir. Tal como os Dissidentes, Wollstonecraft deposita na educação não só a possibilidade da realização dos princípios de seu quadro metafísico, isto é, de que todos atinjam o aperfeiçoamento racional, mas também, deposita no processo educacional a possibilidade de mudança social. Para a filósofa, essa mudança não aconteceria sem a participação das mulheres. Assim, ainda que de modo tímido, essas obras demonstram, não apenas um apurado senso crítico de Wollstonecraft sobre sua própria época, mas também, uma compreensão complexa sobre as relações sociais.

2.1.1. *Thoughts on the Education* e o um novo modelo de “Proper Lady”

Thoughts on the Education of Daughters, apesar de seguir uma proposta totalmente diferente da *Reivindicação*, compartilha com a obra de 1792 algumas das compreensões de Wollstonecraft acerca da educação feminina. A análise dessas concepções nesse capítulo é importante por três motivos. O primeiro, como já afirmado, é observar como Wollstonecraft trata de questões como razão, virtude e conhecimento. O segundo motivo é que, apesar de não ter a proposta de ser um tratado filosófico, *Thoughts* demonstra o gérmen da crítica que Wollstonecraft construiria mais tarde, na obra de 1792, através da contestação de um modelo da “Proper Lady”. O terceiro motivo, refere-se a um plano histórico: *Thoughts* sistematiza para a filósofa a sua experiência em uma sociedade que aparta as mulheres da esfera pública e as deixa dependentes dos homens. Assim, o percurso que a filósofa faz de *Thoughts* para a

Reivindicação é o da experiência para a teoria, o que torna sua crítica ainda mais potente.

Dividido em 20 seções, *Thoughts* discorre sobre assuntos como cuidado com as crianças, modos, artes, amor, casamento, tratamento dos empregados, dentre outros pontos que eram considerados de responsabilidade feminina. Enquadrado na literatura de conduta, *Thoughts* é uma obra que versa sobre o comportamento feminino, tendo a função de um manual. Muito popular na Inglaterra de meados do século XVIII e início do XIX, o pano de fundo dessa literatura consistia em difundir um modelo de “Proper Lady”, ou ainda, “Senhora Adequada”. De acordo com Mary Poovey (1984), a “Senhora Adequada” consiste em um estereótipo feminino, muito disseminado entre os séculos XVII e XVIII, no qual alguns comportamentos são considerados inerentemente femininos, como a modéstia, a obediência e a crença de que a mulher é um ser dotado de poucos desejos (POOVEY, 1984, p. 3-4). Além do mais, a essa “Senhora” cabia um código de moral e uma sensibilidade cujo controle estaria nas mãos de seu marido (cf. OLIVEIRA, 2015, p. 76). Para ilustrar o que seria uma “Proper Lady” tradicional, um livro bem conhecido na época, escrito por Dr. John Gregory (1724-1773) dizia que:

A inteligência é o talento mais perigoso que você [mulher] pode possuir. [A inteligência] [d]eve ser guardada com grande discrição e boa natureza, caso contrário, [você] criará muitos inimigos. A inteligência é perfeitamente consistente com suavidade e delicadeza; no entanto, raramente são encontradas unidas. O espírito é tão lisonjeiro para a vaidade, que aqueles que o possuem ficam intoxicados e perdem todo o domínio próprio (GREGORY, 1774, p. 7).

De acordo com o Dr. Gregory, as mulheres não deveriam demonstrar ou sequer cultivar a inteligência, uma vez que era algo incompatível com o que era esperado delas. A inteligência seria um caminho para a vaidade, desviando as mulheres de um “modelo ideal” a ser perseguido.

Diferentemente de Dr. Gregory, em *Thoughts*, Wollstonecraft afirma que as mulheres devem desenvolver a sua razão e que isso não afetará seus deveres de mãe e de esposa. Ao contrário do modelo de uma “Senhora Adequada” *mainstream*, que deveria estar atenta aos mandos de seu par masculino, para Wollstonecraft, o modelo é o da mulher que possui a capacidade de pensar por si mesma. De acordo com a filósofa, uma mulher racional não fugiria de seu papel, seja de esposa, mãe ou cuidadora. Assim, Wollstonecraft procura afirmar que a racionalidade otimiza a vida da mulher, não sendo, portanto, um entrave.

Nenhum emprego da mente tem desculpa suficiente para negligenciar os deveres domésticos, e não posso conceber que eles sejam incompatíveis. Uma mulher pode se preparar para ser a companheira e amiga de um homem sensato e, ainda, saber como cuidar de sua família. (WOLLSTONECRAFT, 2018a, p. 14)

Indo na contramão do que era esperado do manual de conduta, Wollstonecraft se atém menos às questões de aparência, dedicando-se mais a críticas sobre a situação social das mulheres. Por exemplo, no tocante às questões do desenvolvimento da razão, Wollstonecraft é categórica. Sempre que se refere ao aperfeiçoamento do entendimento, suas recomendações são acompanhadas de imperativos como “must to” [deve-se] e “the duty is” [o dever é]: “Melhorias intelectuais, como o crescimento e a formação do corpo, *devem* ser graduais” (WOLLSTONECRAFT, 2018a, p. 5, grifos meus). Já em outros momentos do livro, quando a autora está se referindo às questões mais ordinárias da vida, suas recomendações são seguidas de “should” e “may be”. Outro exemplo ocorre na seção “Leitura”, em que Wollstonecraft recomenda que as meninas devem ler de tudo, pois ler é a atividade racional que mais deve ser empregada por aqueles que desejam alimentar o entendimento (WOLLSTONECRAFT, 2018a, p. 13). O exercício da razão é imprescindível para que as mulheres formem uma opinião por si mesmas, sem que se repitam opiniões e elogios vagos aos grandes autores. Nesse sentido, ela afirma:

Eu gostaria que todos tentassem formar uma opinião de um autor, embora [fossem opiniões] modestas [o que] possa impedi-los de mencioná-la. Muitos estão tão ansiosos por ter uma reputação de bom gosto que apenas elogia os autores cujo mérito é incontestável. Estou farta de ouvir a sublimidade de Milton, a elegância e harmonia de Pope e o gênio original e inexplorado de Shakespeare. Essas observações superficiais são feitas por alguns que nada sabem da natureza e não podem [sequer] entrar no espírito desses autores ou entendê-los. (WOLLSTONECRAFT, 2018a, p. 13)

Sobre a virtude, Wollstonecraft afirma que a das mulheres é obliterada pelo motivo de substituírem o conhecimento pela astúcia desde cedo. Por não terem o amparo de uma razão bem desenvolvida, a astúcia se torna um meio de adquirir aquilo que o desejo pede. E o amor pela verdade, isto é, a busca por um raciocínio claro que as guie para o conhecimento, é esquecido – deixando-as afastadas do propósito de adquirir hábitos de virtude. Nas palavras de Wollstonecraft:

Elas aprendem a astúcia, a sabedoria daquela classe de pessoas, e o amor pela verdade, o fundamento da virtude, logo é apagado de suas mentes. É, em minha opinião, um fato bem provado que os princípios da verdade são inatos. Sem raciocinar, concordamos com muitas verdades; sentimos sua força, e sofismas engenhosos só podem embotar os sentimentos que a natureza implantou em nós como protetores instintivos da virtude. A dissimulação e a

astúcia logo conduzirão todas as outras boas qualidades diante deles, e privarão a mente daquela bela simplicidade, que nunca pode ser muito apreciada. (WOLLSTONECRAFT, 2018a,4)

Mais tarde, Wollstonecraft reiteraria na *Reivindicação* o que ela antecede em *Thoughts*: “tudo o que tende a tornar uma pessoa, em alguma medida, independente dos sentidos, é um suporte para a virtude.” (WOLLSTONECRAFT, 2018a, p. 7) Em outras palavras, o desenvolvimento do entendimento e a dominação das paixões pela razão permite que as pessoas adquiram hábitos de virtude que conduzam ao aperfeiçoamento da espécie. Ainda sobre concepções que se repetem nas duas obras, tanto em *Thoughts* como na *Reivindicação*, Wollstonecraft associa os obstáculos e adversidades impostos pela vida como essenciais na busca pela virtude e pelo conhecimento. Para ela, as dificuldades são como uma escola, pois preparam o indivíduo para uma vida mais próxima à perfeição.

Na escola da adversidade, aprendemos tanto o conhecimento quanto a virtude; ainda assim, lamentamos nosso difícil destino, pensamos em nossas decepções e nunca consideramos que nossas próprias mentes rebeldes e corações inconsistentes requerem esses corretivos necessários. (WOLLSTONECRAFT, 2018a, p. 27)

Diferente de outros autores que escreviam literatura de conduta, cujo propósito era o de tornar as mulheres seres dependentes integralmente dos homens, Wollstonecraft afirma que a razão das mulheres deve ser desenvolvida, bem como as suas virtudes, pelo bem da própria mulher, enquanto mãe e esposa. Além de que, ao se desenvolver, a mulher está contribuindo com a sociedade.

É importante ainda notar em *Thoughts* o modo como Wollstonecraft se posiciona enquanto autora. Além dos argumentos presentes no texto, a filósofa se utiliza ainda de um recurso textual mais sutil para demonstrar a capacidade racional das mulheres: a escrita em primeira pessoa. Jane Moore (1999) destaca esse fato: enquanto escritores como Jean-Jacques Rousseau e John Gregory afirmam que as mulheres ou seriam incapazes ou deveriam “performar” essa incapacidade quando em presença de homens, Wollstonecraft quebra esses dois padrões. Wollstonecraft não só demonstra eloquência e ironia, como também capacidade intelectual suficiente para construir pensamentos abstratos e raciocinar – *tal como um homem*. Ao escrever deste modo, a filósofa demonstra rebeldia em sua prosa autodidata (MOORE, 1999, p. 11).

Para além da sua prosa rebelde, outro objetivo audacioso de Wollstonecraft é o de promover pequenos comportamentos que fogem ao padrão esperado. A relevância de *Thoughts* para o estudo da importância da razão como elemento emancipador

feminino se dá no momento em que Wollstonecraft se utiliza da literatura de conduta como veículo para ideias mais progressistas. No entanto, é paradoxal porque há ideias antagônicas. Por exemplo, há um apelo religioso na obra, ensinando mulheres a se apegar aos dogmas religiosos como forma de conforto e esperança, o que ocasionalmente recai em resignação. Por outro lado, há também questionamentos e novas colocações que são provocativas ao *status quo*: seriam as mulheres diferentes dos homens aos olhos de Deus?

Outro exemplo, que vale ser destacado, é sobre o casamento. Na seção “Matrimônio”, a filósofa destaca que é importante que as mulheres não se casem muito jovens, pois o casamento precoce é empecilho para o aperfeiçoamento. Ela afirma que as mulheres não nasceram apenas para “nutrir, propagar-se e apodrecer” (WOLLSTONECRAFT, 2018a, p. 23), tal como os animais. As mulheres têm uma alma que deve ser alimentada (WOLLSTONECRAFT, 2018a, p. 23). Quando uma mulher se casa muito jovem, ela direciona seus esforços para agradar ao seu marido e enfraquece suas possibilidades de desenvolvimento.

Na juventude, uma mulher se esforça para agradar o outro sexo, a fim de (...) se casar, e esse esforço invoca todos os seus poderes. Se ela teve uma educação tolerável, o fundamento está apenas estabelecido, pois a mente não chega à maturidade e não deve ser absorvida pelos cuidados domésticos antes que quaisquer hábitos sejam corrigidos. (WOLLSTONECRAFT, 2018, p. 23)

Nessa visão, o matrimônio perde sua aura de instituição sagrada e necessária para as mulheres, tornando-se um projeto a dois, no qual ambos importam e não apenas a parte masculina, tal como era difundido na época. O casamento passa a ser também o espaço de desenvolvimento do orgulho próprio. É importante que esse orgulho seja um apreço por si, ou seja, que a mulher saiba impor suas vontades diante daquelas de seu companheiro, bem como diferenciar uma ofensa de um desacordo e não se ofender por pouco, sabendo dialogar consigo e com o outro (WOLLSTONECRAFT, 2018, p. 24).

Thoughts se trata de um ensaio porque Wollstonecraft não abandona certos padrões conservadores – como é o caso de optar por escrever uma *literatura de conduta*, e também por recorrer à religião como tema predominante no livro. Em suma, *Thoughts* pode ser lido como parte do processo de amadurecimento de Wollstonecraft enquanto escritora e teórica em constante aperfeiçoamento. Uma obra educacional que serve de treino para a filósofa enquanto crítica sensível às diferenças sexuais.

Outra obra educacional da filósofa que também deve ser considerada, é *Original Stories*. Nesta obra é que a filósofa baliza o seu quadro conceitual no que tange

a educação. Na seção a seguir, além de rastrear como Wollstonecraft lida com os princípios básicos em sua obra voltada para crianças, analiso também como a influência de Rousseau é tamanha, a ponto de servir de formação teórica para Wollstonecraft e funcionar como mote para a sua crítica.

2.1.2. *Original Stories from real life*: a virtude ensinada através de exemplos

O formato da segunda obra publicada por Mary Wollstonecraft, em 1788, é diferente de sua primeira publicação. Se *Thoughts* era voltado para jovens moças, com instruções de comportamento, *Original Stories* é um livro escrito para crianças, que narra o cotidiano das irmãs Mary e Caroline em companhia de sua tutora, a senhora Mason. A partir de situações que são ora provocadas ora espontâneas as meninas aprendem hábitos de virtude, a saber, caridade, paciência e generosidade. O exame desta obra é essencial para a composição da concepção de virtude e a importância da autonomia de pensamento desde a mais tenra idade – o que é fortemente defendido por Wollstonecraft na *Reivindicação*.

No entanto, se à primeira vista as duas obras – *Thoughts on Education* e *Original Stories* – parecem distintas em seus formatos – já que uma consiste em literatura de conduta e a outra em uma narrativa ficcional para crianças -, pode-se afirmar que elas mantêm um objetivo comum: o de disseminar determinados comportamentos e valores, como é o caso do desenvolvimento racional da mulher e, também, o de acoplar o coração à mente de modo a permitir que as paixões sejam controladas pela razão.

Apesar de se tratar de uma ficção, Wollstonecraft escreve no prefácio de *Original Stories* que a história se passa na sociedade de sua época¹¹ e que alguns dos fatos que lhes são recorrentes serão corrigidos pela razão, pela inadequação destes com a mente infantil (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 1). Segundo a filósofa, a infância é o momento ideal para difundir bons hábitos, mais até do que ensinar lições que envolvem

¹¹ A biógrafa Janet Todd (2000) faz uma aproximação entre a senhora Mason e Wollstonecraft, baseando-se na trajetória profissional da filósofa. Anos antes de lançar *Original Stories*, Wollstonecraft tinha trabalhado como tutora das filhas do Lord Kingsborough. Além da semelhança biográfica, Todd afirma que os valores de Mason e Wollstonecraft eram compartilhados. Por exemplo, em cartas Wollstonecraft escreveu aos seus, afirmando se diferenciar da aristocracia por seu amor e respeito aos animais, assim como a tutora fictícia (TODD, J. **Mary Wollstonecraft**: a Revolutionary Life. Nova Iorque: Columbia University Press, 2000, p. 467).

o raciocínio. São esses bons hábitos que permitem que as crianças desenvolvam formas saudáveis de raciocinar, permitindo que se livrem de preconceitos inculcados pela sociedade e pelo mau raciocínio. Em outras palavras, são hábitos que levarão à virtude.

Assim como na *Reivindicação*, o estilo de escrita que Wollstonecraft propõe é claro e direto. Ela busca refinar ao máximo o seu uso de palavras, ou seja, ela usa aquelas que tenham uma conexão verdadeira com os sentimentos honestos. Essa escolha faz parte de sua intenção de evitar a superficialidade dos modos e a violação da verdade (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 1). Para Wollstonecraft, o que permite que um ser humano seja polido não é a sua máscara social, isto é, a aparência, mas sim a polidez dos sentimentos. Melhor dizendo, a clareza e a exatidão com que os sentimentos podem ser expressos por palavras, cujo aprendizado provém dos exemplos que as crianças recebem. Contudo, a polidez deve ser ensinada com parcimônia às crianças, uma vez que só pode ser estabelecida com a maturidade do caráter. Caso não se tenha cuidado, Wollstonecraft afirma que a precocidade pode destruir a *verdadeira substância*, ou seja, a honestidade dos sentimentos (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 1).

As histórias de *Original Stories* têm o intuito de auxiliar tanto os professores quanto os seus pupilos. Para Wollstonecraft, uma objeção possível à sua própria obra se dá no modo como as crianças são retratadas no livro, que eventualmente possam ter sentimentos diferentes das crianças 'reais'. Quanto a isso, ela afirma que cada criança requer um tipo diferente de tratamento e que a função do professor é a de ter sensibilidade para adequar a história a seus alunos, uma vez que ela, enquanto escritora, só pode escolher apenas uma única forma de tratamento (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 1).

Wollstonecraft constrói as personagens de forma caricatural. Se as meninas são tidas como preconceituosas e superficiais, a senhora Mason, em alguns momentos da história, tem atitudes que causam estranhamento e desconforto ao leitor. As situações que são retratadas no livro também soam burlescas, porém, isso se justifica pelo objetivo didático do livro, à medida que se adequa a uma determinada sociedade e a um contexto histórico específico. Assim, a senhora Mason e as meninas podem não representar pessoas reais, mas o conjunto de características presentes em diversas pessoas nesta sociedade. Wollstonecraft sinaliza, ao longo da história, quais devem ser observados, repetidos ou evitados.

Na história, as irmãs Mary e Caroline foram educadas pelos empregados da família. A mãe das meninas morreu de repente, deixando-as apenas aos cuidados do pai. Ao perceber que elas estavam se tornando seres ignorantes e preconceituosos, além de problemáticos, o pai contrata uma tutora – uma mulher descrita como de discernimento e sensibilidade [tenderness] para educar suas filhas, a partir de uma relação que fosse próxima e que ensinasse às meninas, sobretudo, compaixão. A tutora contratada, a senhora Mason, percebe que terá um trabalho duro pela frente, uma vez que as garotas têm “capacidades toleráveis”. Enquanto “Mary tem uma tendência ao ridículo” (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 3), Caroline é vaidosa com a sua beleza exterior, o que faz dela uma criança pretensiosa.

Como ilustrado pela vontade do pai das personagens, o fio condutor desta obra consiste em ensinar às meninas bons hábitos de virtude, a qual, como tema geral, é recorrente em vários capítulos. Seja bondade, paciência, honra e moderação ou temperança, a virtude, em suas variações, ganha espaço, ilustrada pelas situações vividas. Nessa obra, a virtude é caracterizada como a “Alma da Beleza” [*Soul of Beauty*] e consiste na preparação para a eternidade, ou ainda, em “exibir graciosamente as emoções e as variações de uma mente informada” (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 23). Tal como Wollstonecraft faria na *Reivindicação*, a virtude só pode ser alcançada através da união entre a razão e as emoções, com a primeira regulando a segunda. A virtude é adquirida através do aperfeiçoamento racional, que acontece durante toda a vida. Entretanto, é na infância que se constituem as suas bases, que devem ser sólidas. É por esse motivo que a infância deve ser um período da vida bem assistido.

Quanto ao método ideal a ser empregado na educação, Wollstonecraft afirma que o “conhecimento deve ser transmitido gradualmente” (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 1) e essa transmissão para as crianças é mais exitosa através de exemplos do que do ensino propriamente dito. Isso se dá porque os exemplos se direcionam aos sentidos e ao coração, envolvendo as crianças mais profundamente. Cabe à educação aprimorar continuamente os modelos para que estes mantenham sua primorosa função de difundir conhecimento de acordo com a geração que educam. De acordo com Wollstonecraft, a geração à qual ela se endereça sofre de paixões internas que precisam ser controladas e, sendo assim, mesmo que isso vá contra sua ideia de educar, algum conhecimento precisa ser transmitido de forma mais direta para que a

virtude seja ensinada e a natureza do vício, compreendida e erradicada (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 1).

Sobre a questão do ensinar através de exemplos, Wollstonecraft observa que os animais são importantes para o aprendizado das crianças. Ela afirma que por meio das histórias, as crianças são capazes de aprender ainda mais se os personagens forem animais. Isso se dá em virtude de os animais serem os primeiros objetos de atenção das crianças. Ela observa que:

Os animais são os primeiros objetos que chamam [a] sua atenção; e acho que pequenas histórias sobre eles não apenas divertem, mas instruem ao mesmo tempo, e têm o melhor efeito em formar o temperamento e cultivar as boas disposições do coração (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 4).

Em *Reivindicação*, Wollstonecraft destaca o papel dos animais para o estímulo do raciocínio, do afeto e da humanidade. Nas palavras dela: “o raciocínio só pode ser obtido por meio da reflexão, o afeto, por meio das obrigações, e a humanidade, por meio do exercício da compaixão para com toda criatura viva.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 222) O exercício da compaixão, ao qual Wollstonecraft se refere, deve ser treinado nas crianças a partir do relacionamento com os animais¹², pois eles são subjugados pelos seus tutores e sofrem diversos tipos de violência.

É neste sentido que Wollstonecraft antecipa em *Original Stories* o protagonismo dos animais como ‘laboratórios’ de compaixão. Em uma das primeiras histórias, Mary e Caroline pisam em formigas e se divertem enquanto matam os insetos. Ao observar esse comportamento nas meninas, a senhora Mason explica que estas pequenas criaturas, tais como as meninas, foram criadas por Deus e não podem ser mortas em virtude da sua aparência. Aos animais é devido todo amor e respeito, pois são seres que não atingem o aperfeiçoamento da razão ao longo de suas vidas, diferentemente dos humanos. Aos animais, além disso, deve ser reservado o prazer e o cuidado. Assim, a senhora Mason ensina às meninas a virtude da bondade para com todas as criaturas:

Você sabe o significado de Bondade? (...) Primeiro, não machucar nada; e então, tentar dar tanto prazer quanto você puder. (...) O animal doméstico que eu tenho, eu forneço o melhor alimento, e nunca deixo que sejam atormentados; e essa cautela surge de dois motivos: - desejo fazê-los felizes;

¹² Na *Reivindicação*, Wollstonecraft afirma que o trato com os animais deveria ser uma questão de educação nacional, uma vez que culturalmente, o seu povo não cuida bem dos animais: “A humanidade em relação aos animais deveria ser particularmente inculcada como parte da educação nacional, pois não é no momento uma das nossas virtudes nacionais” (WOLLSTONECRAFT, op.cit., p. 222)

[no entanto], eu amo meus semelhantes ainda mais do que a criação bruta (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 5).

Seja mostrando que os animais são dignos de respeito ou ainda mostrando modelos de relações exitosas entre humanos e animais, Wollstonecraft explora as possibilidades de aprendizagem de virtudes e moral da relação com os animais. Por exemplo, outra questão que pode ser mencionada é que, para ela, o sofrimento é algo inútil para os animais, uma vez que o papel desse sentimento é fazer com que a criatura se aperfeiçoe. No caso dos humanos, o sofrimento possui um papel importante, pois é a partir dele que a Providência educa os indivíduos para a eternidade (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 59). No caso dos animais, que buscam sua autopreservação, o sofrimento não possui qualquer função: uma vez que não possuem razão, suas afecções são parecidas com as emoções inferiores dos seres humanos.

Em *Original Stories*, Wollstonecraft já dá sinais de que defende a emancipação feminina. A educação ganha destaque, pois é a partir dela que as mulheres não só alcançarão a virtude, bem como atingirão importantes objetivos, tais como a emancipação social e a independência.

A defesa pela emancipação feminina, em *Original Stories*, pode ser ilustrada pela história da professora da escola da região – a senhorita Anna Lofty¹³. Após o suicídio de seu pai, Anna Lofty fica aos cuidados de sua tia, que a trata com desdém. Dada sua situação, Anna visita seu avô materno, que apesar de zeloso, tem aos seus cuidados outros netos. Ao se ver nessa situação, não querendo depender dos outros, seja pelo tratamento recebido ou mesmo por não querer atrapalhar, Anna começa a buscar seu caminho de independência. Apesar de o pai possuir uma pequena fortuna, Anna não pode ter acesso a esse dinheiro pela sua condição de mulher. Assim, a menina começa a buscar soluções para sua situação. Ao procurar a senhora Mason para aconselhar-se, Anna chega à conclusão de que poderia ensinar na escola da região – trabalho que lhe garantiria um sustento e a tão desejada independência. Sobre ela, a senhora Mason fala para as meninas:

Ela realmente vive sozinha, e tem o dia todo apenas na companhia de crianças; no entanto, ela desfruta de muitos prazeres verdadeiros; a dependência de Deus é o seu apoio e a devoção o seu conforto. Seus afetos

¹³ Para Todd (2000), Anna Lofty é um retrato dos anseios de Wollstonecraft para si mesma. Se a senhora Mason é o que ela é, Anna Lofty é um espelho de seus valores – e o que ela deseja para si e para outras mulheres. A vontade de viver independente – mesmo com as adversidades – marca a vida de Wollstonecraft que batalhou para ser financeiramente independente e ajudar às mulheres de sua família (TODD, op.cit., p. 468).

vivos são, portanto, transformados em um amor pela virtude e verdade: e essas especulações exaltadas deram uma dignidade incomum às suas maneiras; (...) Ela tem coração terno e social (WOLLSTONECRAFT, 2018b, p. 51-2).

Anna, essa personagem apresentada por Wollstonecraft, é um modelo de mulher que não só é similar à biografia da filósofa, como também, um modelo a ser difundido por ela para que outras mulheres se reconheçam e busquem independência e emancipação. Diferentemente do que é proposto por autores como Rousseau e Dr. Gregory – analisados em *Reivindicação* – que propagam o ideal de mulher como uma pessoa dependente e limitada a determinadas regras sociais, Wollstonecraft defende que as mulheres cresçam livres e independentes – sendo submissas apenas a Deus e à razão.

É importante ressaltar que Rousseau não é apenas alvo de críticas de Wollstonecraft. De acordo com Richardson (2002), a influência que Rousseau desempenha na carreira de Wollstonecraft fica evidente em *Original Stories*. Apesar de Wollstonecraft considerar o texto do genebrino demasiado idealista, ela concorda que o melhor meio para se ensinar é através de exemplos e não por meio de grandes lições intelectuais. No entanto, ela apresenta esse método como um problema: como criar uma obra que ensinasse através de exemplos práticos e evitasse um texto teórico hermético?

O desafio que a filósofa se impôs nessa obra foi o de fazer com que *Emílio* se tornasse uma linguagem didática que permitisse experiências empíricas para as crianças – e não só teóricas e artificiais. Assim, *Original Stories* é permeada de diversas histórias de vidas de pessoas comuns, e em cada uma das situações, a Senhora Mason aponta uma conclusão. De acordo com Richardson:

Wollstonecraft tenta superar esse paradoxo, construindo o texto em torno de uma série de experiências ficcionalizadas, mas confiáveis - "histórias da vida real" - com os preceitos emergindo gradualmente de "conversas" simuladas, em vez de explicitamente descritos como rótulos morais (RICHARDSON, 2002, p. 29).

Outra característica que Wollstonecraft empresta de Rousseau é o método de difusão dos conhecimentos. Em *Original Stories*, por exemplo, o papel do tutor é ativo, pois são necessários o diálogo e o incentivo para a resolução de problemas. A forma preferida de instrução é o diálogo do tipo socrático (RICHARDSON, 2002, p. 36).

Richardson afirma que Wollstonecraft absorve do *Emílio*, de Rousseau, o fato de creditar à infância a responsabilidade pela implementação de hábitos que serão importantes na fase adulta. Wollstonecraft também adapta a concepção de Rousseau sobre uma educação que promova a cidadania ativa – estendendo-a para as mulheres

(RICHARDSON, 2002, p. 32-3). Para criar cidadãos ativos, é importante que a mulher – encarregada da criação das crianças – seja uma cidadã. Nas palavras do comentador:

A virtude deve ser "alimentada pela liberdade", tanto a liberdade positiva de investigação intelectual quanto a liberdade negativa, de restrição indevida. A mãe adequada não é uma escrava doméstica amável e elegante, mas uma intelectual razoável e com liberdade (RICHARDSON, 2002, p. 33).

Muito embora Rousseau seja um defensor da igualdade, para Wollstonecraft, o filósofo a restringe à metade da humanidade. Isso fica evidente no livro V do *Emílio*, obra que na mesma medida em que serve de inspiração a filósofa, também se torna objeto de crítica.

A seguir, apresento as críticas que Wollstonecraft faz ao texto de Rousseau, a partir de duas discussões: sobre o corpo e sobre a mente. Para a filósofa, Rousseau atua em dois planos. No primeiro, corrobora a ideia de que o corpo feminino é fraco, ao caracterizar como supostamente naturais os hábitos incutidos socialmente ao comportamento das meninas. Seus argumentos têm como resultado uma forma de educação das meninas que intensifica a sua dependência física, tornando seus corpos fracos e adoecidos e deixando suas mentes dependentes. No segundo plano, Rousseau contribui para a submissão das mulheres ao difundir que a dependência mental das mulheres é algo natural e necessário para a manutenção da sociedade.

2.2. Corpo e mente: as críticas de Wollstonecraft na *Reivindicação para Rousseau*

O esforço do projeto de Wollstonecraft em tornar didático o *Emílio* através de *Original Stories*, rende alguns frutos para a filósofa. Se por um lado, a admiração com que Wollstonecraft segue os passos de Rousseau a faz não só uma teórica, mas uma pensadora preocupada com a prática, por outro, é justamente pela via prática que a crítica a Rousseau se faz necessária. Wollstonecraft afirma que diferente do que o genebrino defende no *Emílio*, ela teve mais oportunidades em observar meninas na infância (cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 66) e, por isso, não acredita que haja inclinações naturais referentes ao sexo, mas sim, efeitos do hábito. Na mesma medida em que a teoria de Rousseau incentiva Wollstonecraft a escrever sobre educação, também dá força ao ímpeto crítico da filósofa, cuja precisão em identificar os problemas sobre a condição da mulher na obra do filósofo é inegável. Logo, o impacto da obra de Rousseau para Wollstonecraft é duplo: é formativo, dado a influência nos escritos

educacionais da inglesa; e, em razão do sucesso em ser formativo, fornece os ensinamentos necessários para que Wollstonecraft formalize sua crítica.

Na obra *Emílio, ou da Educação*, de 1762, Rousseau constrói um ideal de educação a partir de uma história de um garoto órfão homônimo ao título. Durante os quatro primeiros livros que compõem a obra, a personagem que intitula o livro é **educada** por meio de viagens, conhecimentos políticos e experiências. Sofia, a personagem que tem o papel de ser companheira de Emílio, no quinto livro é **treinada** para ser uma boa esposa, o que envolve controle do temperamento, docilidade e conhecimentos práticos. A diferença de formação entre as personagens, justificada pelo seu sexo, é o que motiva Wollstonecraft a tecer longas críticas ao genebrino.

Para Rousseau, “Sofia deve ser mulher como Emílio é homem” (ROUSSEAU, 2014, p. 515) e a implicação disso é que ela deverá ser formada com o mesmo esmero com que foi permeada a formação do menino. Portanto, a diferença entre Sofia e Emílio não se dá no plano da espécie, dado que o autor afirma que ambos possuem “os mesmos órgãos, as mesmas necessidades, as *mesmas faculdades*” (ROUSSEAU, 2014, p. 515, grifo meu) mas sim, no plano sexual, ou seja, no papel social a ser desempenhado enquanto *homem* e *mulher*. Sofia não é como Emílio, pois ela é do sexo feminino.

Tendo como mote essa diferenciação entre os sexos tal como proposta por Rousseau e a consequente oposição de Wollstonecraft, essa seção se divide em três partes. Na primeira, apresento o princípio de interdependência, como formulado por Rousseau nas primeiras páginas do livro V do *Emílio*. Esse princípio versa sobre como deve ser a relação dos sexos na sociedade, baseando-se em uma dependência desequilibrada, na qual as mulheres são colocadas em um lugar de dependência muito maior do que o dos homens. A seguir, analiso como o corpo feminino serve de justificativa para Rousseau para apartar as mulheres do aperfeiçoamento, ao colocá-las como seres frágeis demais e em constante conflito consigo mesmas. Nessa parte, apresento as observações de Wollstonecraft sobre a importância da formação do corpo e como essa formação atua em confluência com o aperfeiçoamento da mente. Na terceira parte, contraponho como o princípio de interdependência de Rousseau vai de encontro aos princípios básicos de Wollstonecraft. Essa oposição fica evidente no tocante à questão da mente e o desenvolvimento das mulheres. Nessa seção, destaco as críticas que Wollstonecraft faz a Rousseau, sobretudo aquelas que se encontram na primeira

seção do quinto capítulo da *Reivindicação*. Com essas críticas, Wollstonecraft questiona o que Rousseau chama de “natural” quando se refere às mulheres, isto é, como atribui a elas a astúcia e uma razão deficiente, porque apenas voltada à prática doméstica.

Embora todos os comentários de Wollstonecraft brotem dos “princípios básicos e poderiam ser deduzidos” do que ela já disse (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 107), suas explicações ainda são necessárias. Para a filósofa, a estrutura artificial que aprisiona a mulher em uma condição de submissão “tem sido suscitada com tanta engenhosidade” que ela considera imprescindível atacar essa estrutura de maneira minuciosa (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 107).

2.2.1. O princípio da interdependência

No livro V do *Emílio ou da Educação*, o que define a educação a ser recebida é o corpo. Isso se dá em decorrência do papel social a ser desempenhado por este corpo marcado pelo sexo biológico. Para Rousseau, a diferença entre os sexos têm influência sobre a moral e, segundo a experiência do genebrino, são vãs as discussões sobre preferências e igualdade entre os sexos. Com efeito, ainda que o filósofo reconheça dificuldades que surgem ao comparar homens e mulheres, “[a] única coisa que sabemos com certeza é que tudo o que eles têm em comum pertence à espécie e tudo o que têm de diferente pertence ao sexo” (ROUSSEAU, 2014, p. 516). Conforme Rousseau argumenta, a análise de homens e mulheres exige um duplo ponto de vista, do qual é possível inferir que a natureza os fez de forma muito parecida, porém, diferiu-os através de sua *constituição*. A mulher perfeita é diferente do homem perfeito, pois são as diferenças sexuais que farão com que eles tenham de preencher determinados requisitos sociais.

Considerando as diferenças sexuais que dividem os seres humanos, Rousseau estabelece seu princípio que consiste no seguinte: *um sexo que é forte e ativo e outro que é fraco e passivo*. Com base neste princípio, ele deriva as seguintes consequências: (a) um dos sexos é governado pelo desejo e pelo instinto, o outro, pela lei e pela razão; (b) o mais forte é o senhor e depende do mais fraco; (c) a honra e a reputação são virtudes essenciais para a manutenção e credibilidade do sexo mais fraco. Nas palavras dele:

Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco; é preciso necessariamente que um queira e possa; basta que o outro resista um pouco. Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher foi feita especialmente para agradar ao homem. Se, por sua vez, o homem deve agradar a ela, isso é de necessidade menos direta; seu mérito está na potência, ele agrada só por ser forte (ROUSSEAU, 2014, p. 517).

O princípio estabelecido por Rousseau, do qual ele deriva as outras consequências citadas acima, é baseado em um critério não muito claro de designação do papel do mais forte e do mais fraco. Para ele, ao homem cabe a audácia e a modéstia; à mulher, a timidez e a vergonha. A relação entre os dois sexos é necessária. Para Rousseau, é importante que um dos sexos seja recatado para que o outro possa conquistá-lo. Trata-se de uma relação de poder e dominação.

A primeira implicação que decorre do princípio de Rousseau é a de que a *vergonha*, ou melhor, o *pudor* é o que rege a conduta das *fêmeas* humanas (ROUSSEAU, 2014, p. 518). O genebrino compara as fêmeas com as mulheres com o intuito de investigar se o que as motiva é a mesma coisa. Para ele, as fêmeas do reino animal são movidas pelo desejo que provém da necessidade – e quando este último é satisfeito, o primeiro se extingue. Assim também seriam as *fêmeas* humanas. Ambas seriam guiadas pelos instintos, porém o que deteria as mulheres seria o pudor baseado na opinião alheia – diferentemente dos homens, que são regidos pela lei e pela razão. Desse modo, ele afirma:

O Ser Supremo quis honrar em tudo a espécie humana; dando ao homem inclinações desmesuradas, dá-lhe ao mesmo tempo a lei que as regula, para que ele seja livre e tenha domínio sobre si mesmo; entregando-o a paixões imoderadas, junta a tais paixões a razão para governá-las; entregando a mulher a desejos ilimitados, junta a esses desejos o pudor que os contenha (ROUSSEAU, 2014, p. 518).

Assim, a “fêmea do homem” (ROUSSEAU, 2014, p. 518), continua Rousseau, vive uma luta constante consigo mesma e com seus desejos repelindo-os, às vezes sem força e sem sucesso. Essa contradição presente na mulher seria o motor da relação heterossexual: os conflitos internos femininos fomentam ora a rejeição ao homem, ora a entrega a ele. Contudo, Rousseau defende que, mesmo com esses choques, não é admissível uma resposta violenta por parte do homem em relação à mulher. Nesta passagem, Rousseau trata de um ato sexual não consensual:

O mais livre e o mais doce de **todos os atos** não admite **violência real**, pois a natureza e a razão opõem-se a tanto; a natureza, por que dotado o mais forte de força suficiente para resistir quando quiser; a razão, porque uma violência real é não apenas o mais brutal de todos os atos, mas também o contrário de seu fim, quer porque assim o **homem declara guerra à sua companheira** e

a autoriza defender sua pessoa e sua liberdade até mesmo à custa da vida do agressor, quer porque só a mulher pode julgar o estado em que se encontra (ROUSSEAU, 2014, p. 519, grifos meus).

Para este acontecimento “mais livre e mais doce de todos os atos” não pode haver desequilíbrio de forças. A razão (masculina) deve se submeter à concordância da natureza (feminina). Entretanto, é importante ressaltar que a preocupação de Rousseau não reside no bem-estar das mulheres e em suas capacidades de escolha ou liberdade. O que o preocupa são as paternidades desconhecidas que seriam efeitos deste ato¹⁴, uma vez que “uma criança não teria pai se todo homem pudesse usurpar **seus direitos**” (ROUSSEAU, 2014, p. 519, grifos meus). “Seus direitos” são aqui compreendidos como o direito masculino de tomar o corpo feminino para si.

A segunda consequência do princípio de interdependência entre os sexos é a dependência do mais forte ao mais fraco. Em outras palavras, os homens dependem das mulheres no aspecto carnal tendo, portanto, o desejo como o motivo que os une. Todavia, nisso consistiria o grande desequilíbrio dessa relação. Os homens dependeriam das mulheres apenas por seus desejos; já as mulheres dependeriam deles por seus desejos e necessidades. Portanto, diz Rousseau, os homens podem subsistir melhor sem as mulheres do que “elas sem nós” (ROUSSEAU, 2014, p. 526).

O domínio das mulheres pertence aos homens, pois a **natureza** quis assim – diz o filósofo (ROUSSEAU, 2014, p. 520). Esse domínio se dá às custas do lugar de incapacidade a qual a mulher é colocada – como um ser dependente, relegado aos instintos. À mulher é negado o direito de ser regida pela lei e pela razão como ocorre com o homem. A mulher acaba por ficar dependente de sua honra e reputação, que são medidas através das opiniões alheias.

A terceira consequência se baseia no dever e na conveniência de a mulher provar seu valor. Não basta que ela *seja* fiel e honrada. Ela tem que fazer com que as pessoas a sua volta a vejam assim. A aparência, de acordo com Rousseau, é um dever das mulheres e é tão importante quanto a castidade (ROUSSEAU, 2014, p. 522). Ainda

¹⁴ Sobre isso, Nancy Hirschmann afirma que, para Rousseau, a família é importante para a manutenção social e, sendo a mulher a personagem principal desta instituição, sua sexualidade pode vir a ser um problema. “A sexualidade feminina, quando expressa publicamente, ameaça a estabilidade da monogamia e, junto com ela, a certeza da paternidade, à qual Rousseau tanto atribui: não a instituição da propriedade *per se*, no que se refere à herança, mas sim o investimento imediato que um o homem faz pela manutenção material de seus filhos e pelo cuidado emocional e amor que ele lhes dá.” (HIRSCHMANN, N. J. **Gender, Class & Freedom**. New Jersey: Princeton University Press, 2008, p. 147)

que haja exceções, diz Rousseau, a função principal da mulher é ser mãe. Por isso é importante que ela tenha uma boa reputação: é imprescindível que ela assegure a veracidade da paternidade ao pai de sua prole (ROUSSEAU, 2014, p. 522).

Wollstonecraft discorda que esse princípio que Rousseau apresenta seja verdadeiro. De acordo com ela, o propósito desse tipo de vida que Rousseau apresenta para as mulheres é “subvertido pelas regras práticas construídas sobre essa base ignóbil”, o que a faz duvidar de que a única função da existência feminina seja para servir aos homens (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 108). Ao levantar a hipótese de acusação de ateísmo por negar esse princípio de Rousseau – uma vez que o filósofo o justifica a partir de uma suposta ordem natural estabelecida por um criador – Wollstonecraft afirma: “Não tendo medo do demônio diante dos meus olhos, aventuro-me a chamar isso de uma sugestão da razão, em vez de apoiar minha fraqueza nos largos ombros do primeiro sedutor de meu frágil sexo” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 109).

Sobre as consequências extraídas do princípio de Rousseau, Wollstonecraft afirma que quando aplicado à educação, leva as mulheres a um sistema de “astúcia e lascívia” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 108). Esse princípio só seria aceitável se essas conclusões fossem *comprovadas*, isto é, fosse provado que as mulheres foram feitas *apenas* para agradar e serem subjugadas pelo homem.

2.2.2. O corpo e a importância na formação das jovens

De acordo com Wollstonecraft, a força física é a única justificativa aceitável para estabelecer alguma diferença entre homens e mulheres (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 62). No entanto, essa distinção deve ser vista com cautela, pois, se por um lado a fraqueza é uma suposta fonte de poder para as mulheres, por outro, no caso dos homens, é usada demasiadamente. Nesse caso, Wollstonecraft se refere à força muscular. A fim de caracterizar o que ela entende por força física, Wollstonecraft afirma que “não deve ser confundida com a resistência dos nervos e o vigor dos músculos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 61). Para a filósofa existe uma relação muito próxima entre uma mente forte e um corpo saudável e para uma boa composição da mente é indispensável uma “constituição naturalmente sã” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 61).

Logo, para a filósofa, a força que importa está diretamente relacionada com um corpo saudável.

Rousseau afirma que a fraqueza corporal é um “direito” das mulheres¹⁵. Em contraposição à Rousseau, Wollstonecraft argumenta que não se trata apenas de uma fraqueza natural dos músculos, mas antes de um impedimento de que as mulheres desenvolvam sua constituição de modo saudável. Para a filósofa, enquanto as mulheres forem fracas e dependentes, o progresso do conhecimento humano e da virtude “encontrarão contínuos obstáculos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 63). Wollstonecraft afirma ser tarefa dos pais e mães, que estão realmente preocupados com a educação de suas filhas,

senão fortalecer o corpo, pelo menos não destruir a constituição [das meninas] com noções equivocadas de beleza e de excelência feminina; nem deveria ser permitido que as meninas assimilassem o conceito pernicioso de que um defeito pode, por algum processo químico do raciocínio, tornar-se uma qualidade (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 63).

Para Wollstonecraft, o ideal é que todas as crianças tenham a liberdade de correr e desenvolver o corpo a partir de brincadeiras, sem que fiquem presas a atividades intelectuais que exigem uma maturidade ainda não adquirida por elas. A filósofa ressalta como as meninas sofrem os cerceamentos mais fortes, com a justificativa de desenvolver uma beleza pessoal, cuja implicação é a repressão de faculdades e membros. Assim, o que Rousseau concebe como uma inclinação natural feminina, Wollstonecraft afirma ser um hábito inculcado, fruto do ambiente em que estão inseridas. Em suas palavras:

Quanto aos comentários de Rousseau, que há muito têm encontrado eco em vários escritores, sobre a inclinação natural delas – ou seja, que existe desde o nascimento, independentemente da educação – para bonecas, trajes e conversa, são tão pueris que não merecem uma refutação séria. É, de fato, bastante natural que uma menina, condenada a permanecer sentada durante horas, ouvindo a tagarelice ociosa de amas débeis ou assistindo à toaleta de sua mãe, tratará de se juntar à conversação; e, sem dúvida, o fato de que ela imitará a mãe ou as tias e se entreterá enfeitando a boneca sem vida – como fazem com ela, pobre garota inocente! – é uma consequência natural. Porque os mais habilidosos homens raras vezes tiveram força suficiente para se desprender do ambiente à sua volta; e, se as páginas de gênios sempre foram borradas por preconceitos da época, alguma concessão deve ser feita a um sexo que, como os reis, sempre vê as coisas através de um meio falso. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 65)

¹⁵ “O espírito das mulheres corresponde nisso perfeitamente à sua constituição: longe de se envergonharem de sua fraqueza, vangloriam-se dela; seus músculos frágeis são sem resistência; elas fingem não poder erguer os mais leves fardos; teriam vergonha de ser fortes. Por quê? Não é apenas para parecerem delicadas; é por uma precaução mais hábil; arranjam de antemão desculpas e o direito de serem fracas se preciso.” (ROUSSEAU, JJ. **Emílio ou da Educação**. São Paulo: Martins Fontes, 2014, p. 307).

Wollstonecraft identifica como um preconceito esta suposta naturalidade atribuída por Rousseau às mulheres. Este preconceito teria sua origem na inversão da lei da natureza, o que vai de encontro à sabedoria suprema. Dito de outro modo, a filósofa argumenta que o genebrino supõe como característica inata aquilo que é unicamente efeito do hábito. A partir desse pressuposto equivocado sobre as inclinações das meninas, Wollstonecraft afirma que as consequências são prejudiciais não apenas para as meninas, mas também para a sociedade como um todo. Isso porque, ao invés de trabalharem para o aperfeiçoamento geral, as mulheres ficam sempre retidas em si mesmas – sujeitas às condições precárias que foram educadas.

As nefastas consequências da falta de atenção à saúde durante a infância e a juventude estendem-se mais do que se imagina: a dependência do corpo produz de forma natural a dependência da mente; e como pode ser boa esposa ou boa mãe quem emprega a maior parte de seu tempo em prevenir-se ou padecer da doença? Tampouco é possível esperar que uma mulher se esforce de maneira resoluta para fortalecer sua constituição e se abster de caprichos enervantes, já que desde cedo as noções artificiais de beleza e as descrições falsas de sensibilidade parecem emaranhadas a seu comportamento. A maioria dos homens às vezes tem de suportar riscos físicos e ocasionalmente aguentar a inclemência do meio social; mas as mulheres elegantes são escravas do próprio corpo e se vangloriam de sua sujeição. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 67)

A fragilidade feminina, portanto, é resultado do capricho masculino que coloca as mulheres em uma posição comprometida apenas com si mesmas, ainda assim, de maneira superficial, pois o cuidado é apenas com o corpo, negligenciando a mente. No entanto, caso o entendimento das mulheres fosse emancipado “da escravidão a que foram submetidos pelo orgulho e pela sensualidade do homem e por seu desejo míope de domínio (...) provavelmente leríamos com surpresa a respeito da fragilidade feminina” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 68).

Ao fazer uma análise de como as meninas são educadas em sua época, Wollstonecraft afirma que o corpo e a atuação delas socialmente carregam as marcas de um sistema parcial. A educação que é destinada às meninas as deixam em situação de “cansativo confinamento” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 212), pois elas são mais reprimidas do que os meninos. Aqueles que educam as meninas, negam a elas o livre movimento do corpo, como em caminhadas, pois creem que é preciso que elas marchem “com uma postura estável, estupidamente para frente e para trás” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 212). A naturalidade dos movimentos do corpo é tolhida em razão de um modelo que deixa as mulheres confinadas em determinadas

posições – que nada contribuem para seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, Wollstonecraft afirma:

A pura disposição animal, que faz com que ambos, mente e corpo, projetem-se e desenvolvam as ternas flores da esperança, torna-se ácida e dá vazão a desejos vãos ou murmúrios atrevidos que limitam as faculdades e prejudicam o caráter ou chega ao cérebro e, ao aguçar o entendimento antes que este ganhe força proporcional, produz aquela astúcia lamentável que vergonhosamente caracteriza a mente feminina – e que, temo, sempre a caracterizará, enquanto as mulheres permanecerem escravas do poder! (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 212–3)

O fortalecimento conjunto do corpo e da mente estabelece-se como essencial no processo de aperfeiçoamento e de liberdade das mulheres. Não é necessário que elas almejem a força física de um soldado, mas tenham a liberdade de movimentos e, conseqüentemente, de pensamentos. Wollstonecraft argumenta que o ideal não é seguir as supostas inclinações naturais que, segundo Rousseau, deveriam ser mantidas nas mulheres. Para ela, o corpo serve à razão e, conseqüentemente, é só à razão que as mulheres devem servir. Em suma, para Wollstonecraft o corpo é peça fundamental no processo de aperfeiçoamento da mente, funcionando em conjunto com ela, não configurando um impedimento para o aperfeiçoamento da razão.

O esforço empenhado por Wollstonecraft é o de garantir a autonomia das mulheres, isto é, a capacidade de guiarem-se por si mesmas, dependendo apenas de Deus e da sua razão. Diferentemente do que Rousseau argumenta sobre o que deve ser feito pelas mulheres, Wollstonecraft ressalta que é preciso educar a mente e o corpo conjuntamente. “‘Eduquem as mulheres como os homens’, disse Rousseau, ‘e quanto mais se parecerem com nosso sexo menos poder terão sobre nós.’ Isso é exatamente o que pretendo. Não desejo que tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 89).

Com base na posição de Wollstonecraft sobre o que seria um ideal de corpo e com o intuito de localizar melhor as críticas que dirige à Rousseau, a seguir, contraponho o princípio da interdependência com os princípios básicos. Com o intuito de compreender as diferenças entre os princípios, a mente se torna o tema central.

2.2.3. A mente, os princípios básicos e a interdependência

A comparação entre os princípios básicos de Wollstonecraft e o princípio de interdependência de Rousseau aponta para dois caminhos. O primeiro, deixa bem clara a posição de Wollstonecraft em reafirmar que as mulheres seriam tão capazes quanto os homens de se aperfeiçoarem e desenvolverem uma razão que abstrai e generaliza. O outro caminho guia para a diferente abordagem sobre o caráter feminino que ambos defendem. Se para Rousseau a mulher deveria ficar confinada no âmbito doméstico, para Wollstonecraft, a esfera pública também pode ser um espaço feminino. Assim, ao se deparar com o tema da mente, alguns pontos ficam evidentes e clarificam qual é a estratégia argumentativa de Wollstonecraft.

Uma dessas estratégias é destacar que ao se referir à mente ou, ainda, à capacidade intelectual das mulheres, Rousseau na verdade, endossa uma determinada imagem da mulher, ou ainda, o que Wollstonecraft chama de “caráter feminino” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 107). Isso implica não só na formação da razão específica, mas também na criação de um modelo, isto é, de expectativas forjadas em relação às mulheres, impactando, portanto, na condição social de dependência, servidão e fraqueza a que estão submetidas.

A perpetuação dos preconceitos da época referentes ao caráter feminino, na filosofia de Rousseau, cristaliza-se a partir do princípio da interdependência entre os sexos e é o que serve de justificativa para que homens e mulheres não sejam educados da mesma maneira¹⁶. Ao formalizar os preconceitos que imperavam na época, Rousseau abre espaço para que Wollstonecraft responda aos imperativos do filósofo a partir dos princípios básicos. Nessa seção, destaco as questões sobre educação, submissão e liberdade, astúcia e o relacionamento ideal que ambos os sexos devem estabelecer, traçando o ponto de vista de Rousseau em contraposição ao de Wollstonecraft.

Começando pela educação, para Rousseau, por exemplo, a educação das meninas deve ser relativa à dos homens, uma vez que, para o filósofo, elas concorrem ao mesmo objetivo que eles, porém, de modo diferente (ROUSSEAU, 2014, p. 516). Outra razão para que a educação das meninas deva ser um apêndice da educação masculina está no fato delas ficarem à mercê do julgamento deles. Nesse sentido, Rousseau afirma:

¹⁶ “Uma vez demonstrado que o homem e a mulher não são nem devem ser constituídos da mesma maneira, nem quanto ao caráter, nem quanto ao temperamento, segue-se que não devem ter a mesma educação” (ROUSSEAU, op. cit., p. 524).

Pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por si mesmas quanto por seus filhos, estão à mercê do julgamento dos homens; não basta que sejam bonitas, é preciso que agradem; não lhes basta ter bom comportamento, é preciso que seu comportamento seja reconhecido como tal (...). Segue-se daí que o sistema de sua educação deve ser a este respeito o contrário ao da nossa; a opinião é o túmulo da virtude entre os homens, e seu trono entre as mulheres (ROUSSEAU, 2014, p. 527).

Para o filósofo, as mulheres são socialmente distintas, dado que as diferenças emergem de um suposto lugar social determinado pelo sexo. Por isso, ele afirma que a educação delas deve ser relativa aos homens uma vez que a função delas está em gerá-los, agradá-los e servi-los. Nas palavras de Rousseau:

toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles, educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância (ROUSSEAU, 2014, p. 527).

Para Wollstonecraft, a proposta de Rousseau “é certamente apenas uma educação do corpo” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 110). Conforme a filósofa observa, Rousseau substitui a razão pela natureza em sua análise e compromete a situação das mulheres. Em outras palavras, o “efeito do hábito” é tido como uma “revelação da natureza” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 110) de forma a negligenciar o entendimento das jovens. Isso as deixa aptas ao tipo de sociedade vislumbrada pelo filósofo, na qual a autoridade masculina prevalecia. Wollstonecraft menciona o exemplo da França, onde desde criança há a impressão de um caráter sexual na mente e, em especial, as *meninas* são tratadas como *mulheres* desde o seu nascimento. A instrução dá lugar ao galanteio, de modo que as meninas cultivam desde cedo a ideia de se “estabelecer no mundo por meio do matrimônio” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 110).

De acordo com Wollstonecraft, quando a instrução é menos valorizada do que o cortejo, o entendimento é substituído pela autoridade. O tipo de relação alicerçado nessa substituição é perverso. Ao invés de se estabelecer um relacionamento saudável entre homens e mulheres, baseado no diálogo racional, constrói-se uma relação baseada na troca. Assim, contrariamente a aprenderem a raciocinar por si mesmas, as meninas aprendem apenas a submissão à autoridade, seguindo a justificativa de que assim serão supostamente valorizadas e cuidadas pelos homens. Nesse ponto, Wollstonecraft analisa o conselho que Rousseau confere às meninas, que consiste em recomendar que elas devem ser “submetidas às limitações” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 111).

Para Rousseau a submissão feminina é uma característica intrínseca ao sexo feminino, cuja representação se dá através do decoro. Se as meninas estão realizando alguma atividade, devem ser interrompidas para que aprendam a aprender a conviver com as restrições que lhes são impostas. Nas palavras de Rousseau: “Em nossas loucas instituições, a vida da mulher de bem é uma luta perpétua contra si mesma” (ROUSSEAU, 2014, p. 534).

Wollstonecraft questiona qual o motivo de manter as mulheres nesse constante conflito. As virtudes da modéstia, temperança e abnegação são provenientes da razão e as mulheres, pelo contrário, aprendem apenas a *sentir* ao invés de *raciocinar*. Nesse sentido, Wollstonecraft afirma: “Deem a sua atividade mental um alcance mais amplo”, diz Wollstonecraft, “e as mais nobres paixões e estímulos governarão seus apetites e sentimentos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 112).

A prisão aos sentimentos causa nas mulheres não apenas tais conflitos internos, como também a dependência. Conforme afirma Rousseau, tanto os conflitos quanto a submissão pertencem a um estado natural do sexo feminino. Tendo no horizonte essa afirmação de Rousseau, Wollstonecraft assegura que os efeitos de colocar a mulher nessa posição de dependência, cuja naturalidade não passa de uma falácia, são propagados para a posteridade, de modo que não é surpresa que as mulheres “abracem suas correntes e bajulam [os homens tal] como cães” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 112).

Ainda sobre a dependência feminina, Rousseau afirma que “as mulheres têm, ou deveriam ter, muito pouca liberdade” (ROUSSEAU 2014, p. 535). Para o filósofo, isso se justifica porque as mulheres ficam viciadas em extremos, não sabendo respeitar os limites. A resposta que Wollstonecraft oferece é de que “escravos e turbas sempre se entregam aos mesmos excessos ao se soltar da autoridade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 112). Do mesmo modo, dado que não são moderados pela razão, os desejos das mulheres se exacerbam e se perdem quando na ausência de autoridade. Nesse sentido, para Wollstonecraft, as paixões quando são moderadas pela razão, tornam-se conhecimentos. E deve ser a razão a guiar o comportamento e não a autoridade externa. Logo, para Wollstonecraft, essa relação entre liberdade e razão, não deve ser negligenciada para as mulheres.

Sobre a autoridade externa, Wollstonecraft afirma que no momento em que as mulheres abrem mão do seu senso de justiça para poderem apenas respeitar aos

homens, elas violam os “direitos sagrados da humanidade” ou ainda, o que é mais grave, isso é o mesmo que dizer que “os mais sagrados direitos pertencem *somente* ao homem” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 113). Um dos motivos da filósofa dizer isso é que, para Rousseau, a sujeição feminina é ensinada desde cedo e deve resultar de uma docilidade que será necessária por toda a vida das mulheres (ROUSSEAU 2014, p. 536). Nesse ponto, Rousseau afirma que em razão de as mulheres serem formadas “para obedecer a um ser tão imperfeito como o homem” (ROUSSEAU, 2014, p. 536), elas têm de aprender a suportar injustiças. No entanto, como argumentado na seção sobre aprimoramento, ao optar pela manutenção da mulher como “suporte de injustiças”, a virtude pública fica comprometida, bem como o aperfeiçoamento da espécie.

De acordo com Wollstonecraft, as falhas morais decorrentes da falta do desenvolvimento do entendimento são intensificadas por diferentes aspectos. Um deles está em atribuir a astúcia como um traço natural do caráter feminino. Por exemplo, Rousseau afirma que a astúcia é um traço inato das mulheres. O que se segue do argumento de Rousseau sobre a astúcia é que a mulher deve mantê-la e cultivá-la, uma vez que é a única coisa que tem a favor de si. De acordo com ele: “A astúcia é um talento natural das mulheres e, convencido de que as inclinações naturais são boas e justas por si mesmas, sou da opinião de que estas devem ser cultivadas tanto quanto as outras: basta prevenir os abusos” (ROUSSEAU, 2014, p. 537). Wollstonecraft opõe-se diretamente a essa afirmação. Para a filósofa, de maneira nenhuma a “grandeza da mente” pode “coabitar com a astúcia” e, caso uma grande parcela da humanidade seja criada apenas para seguir regras que não sejam dedutíveis da verdade, a virtude seria “mais do que uma convenção” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 115). Ela, por fim, questiona:

Como pôde Rousseau ousar afirmar, depois de dar esse conselho, que no grande fim da existência o objetivo de ambos os sexos deve ser o mesmo, quando ele bem sabia que a mente, formada por suas atividades, ou se atrofia, ou se expande por grandes considerações que engolem as pequenas? (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 115).

Em seguida, Wollstonecraft argumenta que dessa maneira um sistema de educação cria, na verdade, um sujeito com virtudes e qualidades secundárias, cuja inusitada habilidade possível seja a submissão. A única possibilidade para que um indivíduo desse tipo se sustente socialmente é se unindo a outro. Para suprir essa deficiência, a proposta de Rousseau é uma união que deve haver entre homens e mulheres, isto é, que constitua “um único ser moral” cuja característica é uma “vontade

cega, ‘olhos sem mãos’” (ROUSSEAU, 2014, p. 547). Neste caso, o casal é um único ser moral justamente porque a razão abstrata pertence ao homem e, uma razão voltada para a prática doméstica pertence à mulher. De acordo com Rousseau, o homem deve emprestar a sua razão abstrata à mulher quando necessário – e vice-versa. No entanto, Wollstonecraft assinala que essa interdependência é desequilibrada, uma vez que a razão que cabe à mulher só é indispensável em caso de frivolidades.

Uma vontade cega, “olhos sem mãos”, não iria muito longe; e talvez a razão abstrata dele, que deveria concentrar os raios dispersos da razão prática dela, seja empregada em julgar o sabor do vinho, discorrer sobre os molhos mais apropriados para os assados ou generalizar as suas ideias quando, profundamente absorto no jogo de cartas, ele aposta sua fortuna, deixando todas as minúcias da educação para sua companheira ou para a sorte. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 119)

Essa razão deficiente, a *quimera* de Rousseau tal como caracteriza Wollstonecraft, alija as mulheres da árvore do conhecimento, impedindo-as de alcançar a virtude e conhecimentos verdadeiros. Nesse sentido, Wollstonecraft afirma que a constância e a virtude, que Rousseau alega não serem da alçada feminina, de fato estará vetada às mulheres enquanto elas estiverem sujeitas a esse sistema de educação. Ela questiona: como “pôde Rousseau esperar que elas fossem virtuosas e constantes, quando não é permitido que a razão seja o fundamento de sua virtude nem a verdade o objeto de suas indagações?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 121). De acordo com Wollstonecraft, o erro de Rousseau foi deter-se entre os sentimentos, que ofuscaram suas virtudes e fizeram sua imaginação fértil demais, resultando na criação de um sistema que mais oprime do que promove as mulheres. Assim, ela afirma que:

Todos os erros do pensamento de Rousseau, porém, surgiram da sensibilidade, e as mulheres estão sempre prontas a perdoar a sensibilidade a seus encantos! Quando deveria ter raciocinado, ele tornou-se apaixonado, e a reflexão inflamou sua imaginação, em vez de iluminar seu entendimento. Até mesmo suas virtudes levaram-no a conclusões errôneas; tendo nascido com uma constituição calorosa e uma imaginação fértil, ele foi levado pela natureza até o outro sexo com uma inclinação tão ávida que logo se tornou lascivo. Se tivesse dado vida a esses desejos, o fogo teria se extinguido de maneira natural, mas a virtude e uma espécie romântica de delicadeza o fizeram praticar a abnegação; ainda assim, quando o medo, a delicadeza ou a virtude o restringiram, ele abusou de sua imaginação e, refletindo sobre as sensações às quais a fantasia deu força, ele as traçou com as cores mais resplandecentes e as afundou no mais profundo de sua alma. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 121)

Embora Wollstonecraft concorde com a educação intelectual que Rousseau propõe a Emílio, ela afirma que o filósofo não prepara o homem para as elevações após a morte. Nem tampouco age de maneira filosófica em relação às mulheres. Assim, a

filósofa conclama seus contemporâneos a superar os preconceitos estreitos que assolam os sistemas educacionais análogos aos de Rousseau, destacando as tarefas que são inerentes a um ser em constante aperfeiçoamento. Ela afirma:

Situemo-nos acima desses preconceitos estreitos, meus caros contemporâneos! Se a sabedoria é desejável por si só, se, para que a virtude mereça esse nome, deva fundamentar-se no conhecimento, esforcemo-nos para fortalecer nossas mentes por meio da reflexão, até que nossa cabeça seja um equilíbrio para nosso coração; não limitemos todos nossos pensamentos às insignificantes ocorrências diárias nem nosso conhecimento à convivência com o coração de nossos amantes ou maridos; subordinemos a prática de qualquer obrigação à mais importante delas, que consiste em aperfeiçoar nossa mente e preparar nossas afeições para um estado mais elevado! (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 122)

Wollstonecraft reitera que deseja “ver pelos ares” um sistema educacional que coloca a mulher comum nas mãos da fortuna, que pode ou não lhe sorrir, entregando-lhe um Telêmaco ou Emílio (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 123). O que a filósofa almeja é que as mulheres sejam recompensadas pela própria virtude, usando sua própria razão e capacitando a mente com conhecimentos. Apesar de haver mulheres que lutam para se sustentarem através de sua própria razão, muitas delas não serão *recompensadas* por uma figura masculina que seja justa. Desse modo, a autonomia das mulheres deve ser garantida e, o mais importante, os princípios básicos devem ser respeitados por todos os seres humanos.

Em suma, as críticas que Wollstonecraft dirige à Rousseau se concentram justamente nessa razão deficiente de abstração e generalização que o filósofo atribui às mulheres, cuja consequência é o estado de sujeição feminino. Para a filósofa esse esquema é gravíssimo, pois priva não apenas as mulheres, mas a sociedade toda do progresso que o aprimoramento garante. Ainda que Wollstonecraft reconheça a culpa dos governos civis, ela é mais incisiva com relação àqueles que pensam a formação humana. Deste modo, para a filósofa, a emancipação feminina só poderia ser alcançada por uma mudança na educação.

Até aqui, foram discutidas as aplicações práticas dos princípios básicos na concepção que Wollstonecraft apresenta sobre a educação das meninas desde suas primeiras obras até a *Reivindicação*. Trata-se agora de considerar os aspectos políticos do projeto filosófico e educacional, ou seja, trata-se de compreender como a filósofa propõe reformas políticas e institucionais que propiciem as mudanças necessárias no sistema educacional e tornem possível a emancipação das mulheres. No próximo capítulo, eu busco esquadrihar os questionamentos políticos que Wollstonecraft dirige

aos legisladores da época, sobre a situação da mulher, bem como destaco as sugestões para a inclusão das meninas na educação pública, que ela oferece no décimo segundo capítulo da *Reivindicação*. Ao final, procuro responder à questão: seria ela uma revolucionária ou uma reformista?

CAPÍTULO 3 - O projeto político na *Reivindicação*

Se Jean-Jacques Rousseau serviu de motivação para que Wollstonecraft voltasse seus olhos para a educação, foi a historiadora Catharine Macaulay¹⁷ que atribuiu lentes “gender-sensitive” à análise da filósofa. Conforme argumenta Wendy Gunther-Canada (2003) em “Cultivating Virtue: Catharine Macaulay and Mary Wollstonecraft on Civic Education”, Wollstonecraft foi largamente influenciada pela obra educacional de Macaulay. A obra em questão é *Letters on Education with Observations on Religions and Metaphysical Subjects*, publicada em 1790 e foi tema de uma resenha feita por Wollstonecraft para a *Analytical Review*, em novembro do mesmo ano. De acordo com Gunther-Canada, uma importante lição que Wollstonecraft absorve dessa obra de Macaulay é sobre a possibilidade de as mulheres serem educadas de uma maneira racional – tal como os homens.

As lições encontradas nas *Letters*, porém, ensinam a mulher a governar-se como um ser racional e a cultivar a virtude para obter força nas provações da vida e a se preparar para o julgamento após a morte. As lições de Macaulay são extraídas de seu próprio estudo intensivo de história, no qual ela aprendeu que os erros e vícios atribuídos às mulheres são produto de sua situação e educação. (GUNTHER-CANADA, 2003, p. 53)

A mudança de perspectiva sobre a situação da mulher oferecida por Macaulay a partir do estudo da história, isto é, que não se trata de uma situação de ordem natural, mas sim social, é um importante passo para que Wollstonecraft possa conceber a sua *Reivindicação*. Como busquei apresentar no capítulo anterior, do ponto de vista da biografia da filósofa, ao escrever *Thoughts* e *Original Stories*, Wollstonecraft já identificava que as mulheres não eram tratadas com justiça. No entanto, é apenas após a leitura e análise da obra de Macaulay que Wollstonecraft consegue nomear o que não estava certo e estruturar sua crítica, especificamente para o caso das mulheres. Macaulay também dirige críticas a filósofos e poetas, mas assim como Wollstonecraft, é a Rousseau que ela dedica a maior parte de seus argumentos.

É interessante notar como Wollstonecraft parte de um quadro metafísico muito similar ao proposto por Macaulay em *Letters*. Na obra de 1790, Macaulay se baseia no que ela chama de “Great-Chain”, ou seja, um grande plano da Criação, no

¹⁷ De acordo com Wendy Gunther-Canada (2003), Wollstonecraft e Macaulay são grandes autoras políticas do século XVIII, cuja característica compartilhada por ambas é o apeço pela liberdade. Essa afinidade entre Macaulay e Wollstonecraft pode ser estreitada ainda mais com o interesse compartilhado pela educação, além das críticas que ambas dirigem ao modo como Rousseau teoriza a educação feminina.

qual cada criatura teria seu papel a cumprir. E, no caso dos seres humanos, essa tarefa seria tornar-se virtuoso. Gunther-Canada destaca um trecho de *Letters*, no qual Macaulay afirma que as noções de virtude e razão são mantidas como um mistério para as meninas, o que tende a degradá-las. E os defeitos da educação não são devidamente explorados pelos moralistas.

Os princípios e a natureza da virtude, que nunca são explicados adequadamente aos meninos, são mantidos um mistério para as meninas. Eles [os meninos] são ensinados, de fato, que devem se abster dos vícios que são contrários à sua felicidade pessoal, ou eles serão considerados criminosos, tanto por Deus quanto pelo homem; mas todas as partes superiores da retidão, tudo o que enobrece nosso ser, e que nos torna inócuos e úteis, ou não é ensinado, ou é ensinado de maneira a não deixar uma impressão adequada na mente. Esta é uma verdade tão óbvia que os defeitos da educação feminina sempre foram um tópico fecundo de declamação para o moralista; mas nenhum desta classe de escritores estabeleceu quaisquer regras judiciosas para emendas. (MACAULAY *apud* GUNTHER-CANADA, 2003, p. 53)

Além disso, a influência de Macaulay para Wollstonecraft também passa por pensar em um plano de educação nacional. Diferente da historiadora, cuja obra retrata uma educação exclusiva entre uma tutora e uma pupila, Wollstonecraft amplia esse escopo, pensando em um projeto educacional cuja responsabilidade seria do Estado em oferecer escolas para a população. Macaulay prepara Hortênsia, sua personagem-pupila, para atuar ativamente na sociedade, Wollstonecraft democratiza essa máxima: a filósofa ressalta a importância de não criar alguns “homens” notáveis, mas sim, permitir que os cidadãos, incluindo as mulheres, tenham as mesmas oportunidades.

Assim, pode-se dizer que Catharine Macaulay oferece um duplo ensejo para a escrita de Mary Wollstonecraft. O primeiro é o de contribuir para o arcabouço filosófico de Wollstonecraft, ao apresentar um quadro metafísico que inspirou a filósofa. O segundo ensejo foi o de pensar em uma educação que não seja um privilégio. Isso se dá por uma questão muito simples: Macaulay era de uma classe social superior à de Wollstonecraft, o que permitiu que a historiadora tivesse uma formação muito mais distinta, com acesso à uma biblioteca pessoal e incentivo da família. Wollstonecraft, vindo de uma classe média em decadência, precisou traçar seu próprio caminho e tinha consciência que a democratização do acesso à escola ofereceria oportunidades singulares de aperfeiçoamento para todos.

O objetivo deste capítulo consiste em discutir essa tomada de consciência política por parte de Wollstonecraft. Desse modo, ele terá dois movimentos: o primeiro, será destinado a compreender a dedicatória da *Reivindicação*, direcionada à

Talleyrand-Périgord, legislador francês. A análise da dedicatória comparada à proposta de Périgord para a educação das meninas, permite entender melhor qual seria uma proposta política de Wollstonecraft, isto é, quais eram os desafios que a filósofa encontrava em um plano prático de educação, para além do embate com a teoria rousseauísta.

O segundo movimento consiste em analisar as propostas para a educação nacional que Wollstonecraft oferece no décimo segundo capítulo da *Reivindicação*. Nesse capítulo, a filósofa desenvolve algumas de suas ideias para as escolas, tendo como referência as escolas inglesas do século XVIII. Wollstonecraft censura alguns dos esquemas das escolas inglesas que mais contribuem para corromper do que para promover a virtude entre os seus estudantes. Pinceladas entre uma crítica e outra, as sugestões da filósofa passam por uma educação mista, que não seja totalmente apartada da família e seja igual para pobres e ricos, sem distinção.

Após a análise proposta por esses dois movimentos, é possível responder à questão acerca da posição de Wollstonecraft: seria ela reformista ou revolucionária? Sua dedicatória à Talleyrand-Périgord e suas sugestões para a educação indicam que ela seria uma reformista, cujo propósito estaria em incluir as mulheres nos mesmos moldes da formação propiciada aos homens. Ao fazer isso, Wollstonecraft abre um caminho que oferece às mulheres a possibilidade de reivindicar sua cidadania e seus direitos civis.

3.1. A dedicatória a Talleyrand-Périgord e os problemas políticos identificados

A *Reivindicação dos Direitos da Mulher* não foi escrita apenas com a intenção de ser um mero “tratado sobre os direitos e os costumes das mulheres” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 25) e direcionado a um debate apenas de cunho teórico. Wollstonecraft tinha um objetivo muito claro: o de introduzir-se no debate público acerca da educação feminina. Esse intuito se evidencia de duas maneiras: a primeira delas, é construir suas críticas aos famosos teóricos educacionais da época, que circulavam bastante na época. A segunda maneira é a quem Wollstonecraft dedica a sua obra. Charles-Maurice de Talleyrand-Périgord(1754-1838) que apresentou o seu *Rapport sur l’instruction publique* (1791) é a quem Wollstonecraft faz sua primeira dedicatória. No relatório de Talleyrand-Périgord, enviado para a assembleia constituinte francesa em 1791, era proposta a estruturação de um novo sistema educacional, cujo

lema seria o mesmo da Revolução que acabara de acontecer: liberdade, igualdade e fraternidade. O legislador inicia o relatório ressaltando a igualdade e a liberdade amparadas pela lei, contudo sem abrandar o poder do “Corpo Político” e a prosperidade geral. Nesse documento é definido como será organizado o sistema educacional, que se baseia, primordialmente, na universalidade do ensino.

No entanto, na seção em que se discute a educação das meninas, o legislador afirma que esta é uma responsabilidade da família. Aquelas que frequentarem as escolas públicas, terão como mote de aprendizagem apenas a “[se] preparar (...) para as virtudes da vida doméstica e para os talentos úteis no governo de uma família” (TALLEYRAND-PÉRIGORD, 1791, p. 212). De um documento que possui cerca de 220 páginas, a seção destinada para a educação das meninas possui 8 artigos, ocupa menos de 2 páginas e encontra instruções vagas e imprecisas, escondidas entre as últimas páginas do documento.

Atenta a essas distinções, Wollstonecraft dedica a sua *Reivindicação* ao autor desse relatório. A aposta da filósofa é a de que ela poderia convencer Talleyrand-Périgord de que as meninas têm a mesma capacidade de serem educadas do que os meninos. Além do mais, só assim seria realizado o caráter *universal* da educação – assim como almeja o relatório de Talleyrand-Périgord. Nas palavras dela:

E, perdão pela franqueza, mas devo observar que o senhor tratou o tema de maneira superficial demais, contentando-se em considerá-lo como sempre foi feito, quando os direitos do homem, por não aludirem aos da mulher, eram rebaixados como quiméricos. Por essa razão, agora recorro ao senhor a fim de avaliar o que proponho a respeito dos direitos da mulher e da educação pública; e o faço com um tom firme de amor à humanidade, porque meus argumentos, senhor, são ditados por um espírito desinteressado – eu advogo por meu sexo, não por mim mesma. Há muito tempo considero a independência a grande bênção da vida, a base de toda virtude; e tal independência quero garanti-la sempre, pela contenção de minhas necessidades, ainda que eu vá viver em uma terra deserta (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 17).

Ela escreve ao legislador na esperança de que possa estabelecer um diálogo justo, promovendo um debate isonômico, no qual os argumentos que ela apresenta em toda a *Reivindicação* sejam levados em consideração. Ela demonstra o desejo de ver a mulher colocada em uma posição que possa participar do “processo desses gloriosos princípios que dão substância à moralidade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 18). Em outras palavras, ela destaca que a razão, a virtude e o conhecimento deveriam ser da alçada feminina, assim como é da masculina. De acordo com a filósofa, é desses mesmos princípios que naturalmente brotam os direitos e deveres das mulheres, que

devem ser reconhecidos pelas constituições nacionais. E é nesse sentido que ela dedica sua obra a Talleyrand-Périgord, esperando que ele acolha os argumentos dela e incorpore aos documentos legais de sua responsabilidade.

O esforço que Wollstonecraft faz em toda a *Reivindicação* é o de convencimento sobre o quão injustas são as leis que existem em seu tempo, por excluírem deliberadamente as mulheres. Ela afirma que o seu principal argumento, na luta que empenha pelos direitos da mulher, é baseada no seguinte princípio:

Se a mulher não for preparada pela educação para se tornar a companheira do homem, ela interromperá o progresso do conhecimento e da virtude; pois a verdade deve ser comum a todos ou será ineficaz no que diz respeito a sua influência na conduta geral. Como se pode esperar de uma mulher que ela colabore, se nem ao menos sabe por que deve ser virtuosa? A não ser que a liberdade fortaleça sua razão, até que ela compreenda seu dever e veja de que maneira este está associado ao seu bem real. Se as crianças têm de ser educadas para entender o verdadeiro princípio do patriotismo, suas mães devem ser patriotas; e o amor à humanidade, do qual surge naturalmente uma série de virtudes, só pode nascer caso seja considerado o interesse moral e civil da humanidade; mas, hoje, a educação e a situação da mulher deixam-na fora de tais indagações (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 18).

Nesse sentido, Wollstonecraft afirma que caso as mulheres sejam deixadas de lado pelos governos civis, a própria formação do Estado ficará comprometida. O patriotismo, de acordo com ela, é aprendido em casa e, como já argumentei, Wollstonecraft afirma que, em geral, o papel de educar as crianças é da mãe. Embora a família como um todo desempenhe a função de educar as crianças, é a mãe que possui a maior parcela deste dever. Contudo, é importante ressaltar que, ao atribuir essa responsabilidade às mulheres, Wollstonecraft não é mandatória, isto é, não argumenta por uma maternidade obrigatória a todas as mulheres. Além disso, ela argumenta que esse não seria o único papel a ser desempenhado por uma mulher. As pessoas do sexo feminino não só podem como devem ocupar outros espaços na sociedade, independentemente de serem solteiras ou casadas e de terem ou não filhos.

Sobre os argumentos que se opõem à participação feminina no âmbito público, Wollstonecraft afirma que eles são “conclusivos para demonstrar que a noção a respeito do caráter sexual subverteu a moralidade” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19). Isso quer dizer que ela considera que há um senso comum que impera na sociedade, que é parcial e que age em detrimento da moralidade, que deve ser baseada na razão e, por isso, é imparcial. Dessa feita, as mulheres não podem ser excluídas do progresso racional e virtuoso pelo motivo de sua condição enquanto mulheres. Ademais, essa

exclusão não pode ser justificada por princípios abstratos, como o próprio Talleyrand-Périgord reconhece, em um trecho citado por Wollstonecraft:

Um lampejo dessa verdade pareceu surgir à sua frente quando observou “que ver metade da raça humana excluída pela outra metade de toda participação no governo era um fenômeno político impossível de explicar de acordo com princípios abstratos”. Se é assim, em que se apoia sua constituição? Se os direitos abstratos do homem sustentarão o debate e a explanação, os da mulher, por analogia, não serão submetidos à mesma análise, embora uma opinião diferente prevaleça neste país, baseada nos muitos argumentos que o senhor utiliza para justificar a opressão da mulher – a prescrição (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19).

Ao afirmar isso, Wollstonecraft ressalta um traço importante sobre o que rege as mulheres. Diferentemente dos homens, que são conduzidos pela razão e têm seus direitos e deveres, bem como a sua conduta, considerados por princípios racionais, as mulheres dependem de prescrições que não partem de algo razoável, isto é, da razão ou qualquer outro elemento que se justifique racionalmente. Pensando nisso, a filósofa acrescenta:

Considere – dirijo-me ao senhor enquanto legislador – se, no momento em que os homens lutam por sua liberdade e pelo direito de julgar por si mesmos sua própria felicidade, não é inconsistente e injusto subjugar as mulheres, ainda que o senhor creia firmemente estar agindo da melhor maneira para lhes promover bem-estar. Quem fez do homem o juiz exclusivo, se a mulher compartilha com ele o dom da razão? (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19)

Dessa maneira, Wollstonecraft questiona em quais bases reside a predominância masculina. Ela questiona o legislador sobre por quê os homens têm prioridade no que tange os assuntos da razão em detrimento das mulheres. Para a filósofa, essa é uma estratégia de “tiranos de qualquer espécie, do fraco rei ao fraco pai de família” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19). Em virtude de sua necessidade de poder, esses tiranos esmagam a razão para poder usurpar um trono que não lhes pertence. Dirigindo-se à Talleyrand-Périgord, Wollstonecraft pergunta: “Não agem vocês de maneira similar quando forçam todas as mulheres, ao negar-lhes os direitos civis e políticos, a permanecer confinadas na família, tateando no escuro?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19). Ela continua: “Porque certamente o senhor não afirmará que um dever não fundado na razão seja uma obrigação.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19).

Apresentando o quadro inverso, Wollstonecraft afirma que se os argumentos sobre a situação das mulheres forem derivados da razão, podem ser magnificamente sustentados. A responsabilidade das mulheres com seus deveres, para Wollstonecraft, é

proporcional ao conhecimento que elas recebem. É por isso que elas devem ser guiadas pelas mesmas leis que os homens. A moral é imutável e deve se assentar sobre as mesmas bases para ambos os sexos. Wollstonecraft resume, em poucas palavras, que “a menos que o entendam [o dever], a menos que sua moral seja fixada no mesmo princípio imutável que a dos homens, nenhuma autoridade conseguirá forçá-las a cumpri-lo de maneira virtuosa” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 20). A autoridade, em detrimento da razão, quando é o elemento central da relação entre os sexos e, sobretudo, o que dita os deveres femininos, não só degrada as mulheres – mas a todos aqueles que compõem essa relação. Nas palavras de Wollstonecraft: “[as mulheres] podem ser escravas convenientes, mas a escravidão terá seu efeito constante, degradando o senhor e o abjeto dependente” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 20).

Wollstonecraft acusa, então, Talleyrand-Périgord de injustiça e inconsistência, pois as mulheres são deliberadamente excluídas, sem que se ofereça provas que a razão delas é insuficiente. A consequência disso para elas é a perda da sua voz na participação “dos direitos naturais” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 20). E conclui:

Essa falha em sua NOVA CONSTITUIÇÃO sempre mostrará que o homem deve de alguma forma agir como um tirano, e a tirania, quando mostra sua face despudorada em qualquer parte da sociedade, sempre solapa a moralidade (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 20).

A moralidade é um dos pilares do aprimoramento e progresso social. É imprescindível que todos, homens e mulheres, tenham-na como referência. Nesse sentido, Wollstonecraft reafirma mais uma vez que, caso a mulher não seja preparada para seguir a moralidade, ela compromete o todo, pois os seus parceiros buscarão, também na imoralidade, a satisfação dos seus desejos. Ainda sim, ela afirma que a degradação social não é culpa unicamente da mulher, pois:

Tais seres ignorantes, de fato, serão bastante desculpáveis quando, não tendo sido ensinados a respeitar o bem público nem sendo considerados merecedores de quaisquer direitos civis, tentarem fazer justiça por si mesmos, mediante a retaliação. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 20)

Ao deixar de lado toda e qualquer coerção estabelecida na sociedade, Wollstonecraft argumenta que os sexos ocuparão os seus lugares e as leis equitativas farão do casamento a solidez da sociedade – e não a causa de sua ruína. Isso porque o casamento é o núcleo familiar que prepara os cidadãos para os cumprimentos de seus deveres no Estado. Wollstonecraft questiona: “Aberta, assim, na sociedade a caixa dos

males, o que preservará a virtude privada, a única segurança da liberdade pública e da felicidade universal?” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 20). O vigor da virtude privada depende da capacidade de cada um lidar com as suas paixões e dominá-las por meio da razão. E é a virtude privada que sustenta a moralidade pública.

Wollstonecraft conclui a dedicatória da seguinte maneira:

Desejo, senhor, suscitar na França algumas investigações desse tipo; e, se estas levarem à confirmação de meus princípios, quando sua constituição for revisada, pode ser que os Direitos da Mulher sejam respeitados, caso seja plenamente provado que a razão exige esse respeito e clama em voz alta por JUSTIÇA para metade da raça humana. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 21)

Ao escrever essa dedicatória, fica evidente o compromisso político de Wollstonecraft. Fica claro, também, que a filósofa tinha em mente a importância de apresentar argumentos contundentes, mesmo que a situação que ela enfrentava fosse algo artificial. Como ela mesmo destaca, a situação da mulher não é justificável por argumentos baseados em princípios abstratos. Ainda assim, ela oferece seus princípios básicos a Talleyrand-Périgord para que ele pudesse considerá-los e perceber a injustiça que seria deixar as mulheres de fora dos novos direitos que surgiam na França pós-revolução.

Com o objetivo de clarificar ainda mais a posição que Wollstonecraft quanto à situação das mulheres na educação, analiso na próxima seção o décimo segundo capítulo da *Reivindicação*, cujo conteúdo é sobre a educação nacional.

3.2. Uma educação nacional para todos

Embora Wollstonecraft projete uma educação para homens e mulheres, uma vez que ela defende que só o desenvolvimento de ambos os sexos conjuntamente pode garantir o aperfeiçoamento da espécie, ela volta sua atenção mais para o caso das mulheres. Isso se dá porque ela reconhece que esse é o sexo mais oprimido (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 229). Com o intuito de compreender como Wollstonecraft propõe uma alternativa ao plano proposto por Talleyrand-Périgord, essa seção possui dois movimentos. No primeiro, destaco as críticas de Wollstonecraft ao modelo educacional vigente, que orbita entre extremos: os internatos e a educação doméstica. Esses dois tipos de educação, para a filósofa, impedem que os afetos sejam desenvolvidos, o que é fundamental para que as crianças adquiram hábitos de virtude.

Além disso, Wollstonecraft ressalta o papel das escolas religiosas em corromper ainda mais as crianças com seus costumes hierárquicos e viciosos. A defesa de um ensino que aconteça tanto na escola quanto na família, marca a transição para o segundo movimento da seção, no qual sistematizo as recomendações da filósofa para a inclusão das mulheres na educação pública. Wollstonecraft recomenda desde qual seria a idade ideal para a entrada na escola até a maneira como as crianças devem ser educadas. Destaco ainda o papel do Estado nesse processo que, de acordo com a filósofa, deve ser integral, para garantir que a educação seja igual para todos os sexos e classes sociais.

Indo de encontro à recomendação de Talleyrand-Périgord para a educação das meninas, Wollstonecraft recomenda que elas recebam uma educação pública tal como a dos meninos. A filósofa estende algumas das ideias do projeto educacional do legislador francês para as meninas, reivindicando que elas ocupem o mesmo espaço que os meninos, pois é imprescindível que a educação seja um interesse nacional e destinado a todos.

Além disso, Wollstonecraft ressalta que a educação não pode ser uma tarefa privada, isto é, apenas das famílias. Deve, antes, consistir em um projeto coletivo, realizado com outras crianças que sejam ensinadas a buscar os mesmos propósitos. A possibilidade de desenvolvimento se dá com crianças da mesma faixa etária, em um espaço destinado para isso. Nas palavras de Wollstonecraft: “A fim de abrir as suas faculdades, elas [as crianças] deveriam ser estimuladas a pensar por conta própria, e isso só pode ser feito misturando-se algumas crianças e fazendo-as perseguir os mesmos objetivos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 205).

A importância da educação enquanto uma tarefa coletiva também é importante para o desenvolvimento dos afetos, que devem ser plurais. Os afetos desenvolvidos em casa são diferentes daqueles suscitados pelas relações que se dão na sociedade e ambos os tipos são importantes para o que Wollstonecraft descreve como a “felicidade da vida” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 205). Diferentemente dos afetos que nascem no ambiente doméstico, os afetos que nascem na comunidade são frutos da igualdade entre as relações que são estabelecidas e proporcionam um “intercâmbio de sentimentos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 205). A escola como uma arena desse intercâmbio é fundamental para que cada um conheça seu lugar no mundo, ou seja, saiba reconhecer em si e no outro a contribuição para a vida que se aprimora. Além disso, as crianças quando se relacionam umas com as outras, podem ousar “falar o que

pensam, sem medo de ser reprovadas por sua presunção nem ridicularizadas pelos seus disparates” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 206).

Para Wollstonecraft, a questão do desenvolvimento dos afetos a partir da educação é importante também, porque para ela é a partir desses afetos que os jovens criam um senso de responsabilidade com os seus pares e com a sociedade. De acordo com a filósofa, o “afeto pela humanidade” nasce das múltiplas relações que se estabelecem entre pais, irmãos, amigos, e até mesmo os “animais domésticos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 210). Como indiquei no capítulo anterior, para Wollstonecraft os animais são laboratórios da compaixão e devem ser tema da educação nacional. Para a filósofa, a relação que as classes estabelecem com os animais reflete como os humanos lidam entre si.

A crueldade com que geralmente os animais são tratados pode ser vista, segundo Wollstonecraft, já na escola, quando os meninos atormentam “os infelizes animais que cruzam seu caminho” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 222). A filósofa afirma que o tratamento dos animais é relevante, não apenas porque tais seres merecem respeito – tal como destaquei na seção sobre *Original Stories* – mas também porque o modo com que os homens lidam com os animais reflete o tratamento que eles direcionam para as mulheres, crianças e empregados.

A transição, quando eles crescem, da barbárie para com os animais à tirania doméstica sobre as esposas, as crianças e os empregados é muito fácil. A justiça, ou mesmo a benevolência, não será uma causa de ação eficaz, a menos que se estenda a toda criação; mais ainda, creio que possa ser considerado um axioma o fato de que aqueles que podem ver a dor sem se comover logo aprendam a infligi-la (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 222).

Para Wollstonecraft, o desenvolvimento do entendimento permite que as mulheres, e também os homens, desenvolvam afetos racionais e que eles possam amar a todos igualmente – desde seus familiares até o seu cão de guarda.

Essa atitude insensata mostra quão equivocados estão aqueles que, ao permitir que as mulheres deixem seus haréns, não cultivam seu entendimento, a fim de semear virtudes em seu coração. Porque, se elas tivessem bom senso, poderiam adquirir aquele gosto doméstico que as levaria a amar com subordinação racional toda sua família, desde o marido até o cão de guarda, e jamais insultariam a natureza humana na pessoa do mais humilde empregado por prestar mais atenção ao bem-estar de um animal do que ao de seu semelhante (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 223).

Essa educação a que Wollstonecraft se refere, ou seja, que fomenta o bom senso, não pode vir dos extremos, isto é, das escolas de modelo internato ou da educação em casa. Se, por um lado, os internatos deixam as crianças com suas cabeças

voltadas para as férias e para o seu tempo livre, por outro, a educação em casa é perdida pela ociosidade e pela ansiedade materna. Na busca por acelerar o desenvolvimento das crianças, as mães acabam por sufocar as possibilidades de virtude, impedindo que as crianças tenham um amadurecimento saudável.

Como alternativa, Wollstonecraft sugere um modelo que combine a educação pública com a educação privada. Para ela, isso seria bom por duas razões: o desenvolvimento de afetos domésticos bem como o desenvolvimento em igualdade com os seus semelhantes. Nesse sentido, ela afirma que:

duas providências naturais deveriam ser tomadas, as quais parecem conduzir diretamente ao ponto desejado, pois as afeições domésticas, que primeiro abrem o coração às várias modificações da humanidade, deveriam ser cultivadas ao mesmo tempo que às crianças seria permitido passar grande parte de seu tempo, em termos de igualdade, com outras crianças (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 206).

Além do tempo em que as crianças permanecem na escola, há outro agravante sobre o modo com que são educadas. Determinadas instituições religiosas que possuem escolas também são consideradas por Wollstonecraft um veneno para as virtudes. Ela destaca que muitos dos deveres que são realizados por sacerdotes não são deveres refletidos, mas sim, cumpridos sem qualquer ponderação. A hierarquia imposta pelas religiões, em especial a católica-romana, fomenta mais o vício do que um medo respeitoso. Assim, ela afirma que:

Nas escolas públicas, contudo, a religião, confundida com cerimônias enfadonhas e restrições irracionais, assume o mais desagradável aspecto: não aquele sóbrio e austero que impõe respeito e, ao mesmo tempo, inspira medo, mas um tipo grotesco que serve para fazer trocadilhos. Porque, de fato, muitas das boas histórias e das coisas inteligentes que dão vida ao entusiasmo daqueles que se concentram no jogo de baralho são elaboradas a partir de incidentes para os quais os próprios homens tentam dar uma veia de comicidade que autoriza o abuso de viver de espoliações (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 209).

Nesse sentido, Wollstonecraft salienta como as instituições religiosas não contribuem para uma educação que direciona os indivíduos para a virtude e para o aperfeiçoamento. Dessa maneira, pode-se inferir que, embora a filósofa tenha um plano metafísico que envolva uma noção criacionista e, portanto, cristã, ela não acredita que a religião enquanto estabelecimento possa atuar diretamente na educação. Outro ponto destacado por ela é que, em geral, as escolas religiosas dão prioridade para alguns alunos em detrimento de outros, com o intuito de enviar os escolhidos para os seminários. O resultado é uma educação com parcialidade, que não tem como pretensão

o universalismo, mas sim, a redução a um grupo privilegiado. Para a filósofa, o papel principal da escola é o de criar cidadãos e por isso, é central o dever de tratar a todos da mesma maneira, sem distinção. A isso, soma-se a questão de as escolas religiosas serem do tipo internato, que como já foi referido, não promovem as virtudes de uma maneira exitosa. Nas palavras de Wollstonecraft:

Não é para o benefício da sociedade que alguns poucos homens brilhantes devam ser estimulados às custas do povo. É verdade que os grandes homens parecem surgir quando ocorrem grandes revoluções, de tempos em tempos, para restaurar a ordem e afugentar as nuvens que toldam o rosto da verdade, mas, se mais razão e virtude predominassem na sociedade, tais ventos fortes não seriam necessários. A educação pública, de qualquer tipo, deveria ser dirigida para formar cidadãos, mas, se há o desejo de formar bons cidadãos, deve-se primeiro exercitar os afetos de um filho e de um irmão. Esse é o único caminho para expandir o coração, pois as afeições públicas, assim como as virtudes públicas, devem desenvolver-se sempre a partir do caráter privado, caso contrário serão simples meteoros que correm através de um céu escuro e desaparecem quando contemplados e admirados. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 210)

A fim de reverter esse quadro e oferecer igual oportunidade a todos, Wollstonecraft afirma que o Estado deve investir em escolas diurnas apropriadas. Os professores, devem ser funcionários estatais e não dirigido pelos pais. Wollstonecraft identifica que, quando os professores ficam sob o mando dos pais, aqueles tendem a desenvolver um trabalho enviesado, porque dependem dos caprichos paternos e maternos, de forma a danificar as rodas e deter “o progresso do aperfeiçoamento gradual” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 211). Essa educação que os pais exigem dos professores se baseia na memorização de informações, com o intuito apenas de “infundir as fibras da vaidade”, sem que se ensine verdadeiramente as crianças a falar e muito menos a se comportar com graça (cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 211). Ademais, quando os pais têm que pagar pela educação de seus filhos, além de cobrarem superficialidades dos professores, as famílias prezam por um baixo custo, o que implica diretamente na qualidade da educação. Para Wollstonecraft, esse é mais um motivo para que a escola seja responsabilidade do Estado e com gratuidade para as famílias.

Wollstonecraft também lança luz sobre como essas escolas de baixa qualidade são parciais no tocante ao sexo. A filósofa cita o caso de “mulheres sensatas” que ela conhece, que disseram sofrer mais reprimendas do que os meninos. O corpo delas recebe mais atenção do que a mente, e um simples passeio no jardim, que poderia ser de grande contribuição para o fortalecimento do corpo e do entendimento, torna-se, na verdade, um processo de limitação dos movimentos. As meninas são forçadas “a

caminhar com uma postura estável, estupidamente, para frente e para trás, erguendo a cabeça, com andar alinhado e os ombros esticados para trás” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 213). O resultado é negativo, promovendo a astúcia, que compromete as virtudes.

A pura disposição animal, que faz com que ambos, mente e corpo, projetem-se e desenvolvam as ternas flores da esperança, torna-se ácida e dá vazão a desejos vãos ou murmúrios atrevidos que limitam as faculdades e prejudicam o caráter ou chega ao cérebro e, ao aguçar o entendimento antes que este ganhe força proporcional, produz aquela astúcia lamentável que vergonhosamente caracteriza a mente feminina – e que, temo, sempre a caracterizará, enquanto as mulheres permanecerem escravas do poder! (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 213)

Como argumentei no capítulo anterior, o corpo é uma parte importante para o desenvolvimento integral e correto da mente. Se a educação comete tais falhas por não promover corretamente o corpo e a mente, a consequência é a corrupção da sociedade como um todo. A fim de corrigir esse problema, Wollstonecraft afirma que a única alternativa é que meninos e meninas, em casa e na escola, sejam educados juntos. A educação mista se mostra como um aspecto fundamental para o aperfeiçoamento mútuo. Nas palavras da filósofa: “para que ambos os sexos se aperfeiçoem, é necessário, não apenas na privacidade das famílias, mas também nas escolas públicas, que eles sejam educados juntos.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 214).

Ao se deter sobre esse assunto, Wollstonecraft considera que as relações entre os homens e mulheres são também centrais para o aperfeiçoamento. Ela afirma que o matrimônio é o cimento da sociedade e, por isso, “toda a humanidade deveria ser educada segundo o mesmo modelo” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 214). As mulheres devem ser educadas para serem companheiras dos homens, de modo que ambos atuem em conjunto para a construção da sociedade e o seu aperfeiçoamento.

Ainda sobre o ensino misto, Wollstonecraft afirma que à medida que as mulheres experimentarem compartilhar com os homens “as vantagens da educação e do governo”, a tendência é que a sabedoria e a liberdade aumentem juntos. Nesse trecho da argumentação, pode ser observado que Wollstonecraft faz um apelo aos legisladores franceses, tal como ela faz na dedicatória:

Deixemos que uma nação ilustrada [França] experimente que efeitos a razão teria ao devolvê-las à natureza e a sua obrigação; e, ao permitir-lhes compartilhar com os homens as vantagens da educação e do governo, vejamos se evoluem à medida que aumentam sua sabedoria e sua liberdade. O experimento não lhes pode ser prejudicial, pois não está em poder do

homem torná-las mais insignificantes do que são no presente (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 216).

Sendo assim, Wollstonecraft afirma que as mulheres devem ser educadas para que, cumprindo as “obrigações próprias de seu sexo”, tornem-se “cidadãs ilustradas” e, conseqüentemente, adquiram a liberdade e a capacidade de manter a “sua própria subsistência, independentemente dos homens” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 214). É importante ressaltar aqui que Wollstonecraft propõe uma emancipação feminina não apenas intelectual, mas também, financeira. Para ela, cuja origem remonta à classe média londrina, o trabalho é tema elementar na vida cotidiana.

No entanto, primeiro ela precisa convencer os seus contemporâneos de que um plano educacional que contemple as mulheres e conceda-lhes a oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento não as afasta de suas famílias. Ela pretende convencê-los de que o conhecimento e as investigações científicas não são os responsáveis por fazer as mulheres renunciarem aos seus deveres familiares. Justamente o contrário: é o afastamento delas da própria razão, ao impedi-las de compreender o seu papel na sociedade, que as fazem renunciar aos seus deveres e, conseqüentemente, às suas virtudes. Nas palavras de Wollstonecraft:

As mulheres têm sido mantidas na ignorância e na dependência servil por muitos, muitos anos, e ainda não ouvimos nada que não seja sobre sua inclinação ao prazer e ao domínio, sua preferência por libertinos e soldados, seu apego infantil às quinquilharias e a vaidade que as faz valorizar as realizações mais do que as virtudes. (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 216)

Neste sentido, Wollstonecraft apresenta as mulheres como escravas, porque na mesma medida em que o seu desenvolvimento da razão é impedido, elas são privadas de direitos civis e da participação política, e submetidas à condição de não possuir escolhas. A astúcia e manipulação se tornam estratégicas para que elas consigam aquilo que querem. O resultado é a corrupção por meio desses domínios ilícitos, tanto das mulheres, que os praticam, quanto dos homens – porque além de se permitirem ser levados pelas artimanhas femininas, ainda consentem com elas.

A seguir, ela faz uma série de recomendações que poderiam ser incorporadas ao plano francês de educação. Ela aconselha que o governo institua “escolas diurnas para idades específicas” e que não haja a separação de meninos e meninas (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 216). Além disso, para as crianças dos cinco aos nove anos, “a escola deve ser gratuita e aberta a todas as classes”

(WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 216). A educação mista entre os sexos e as diferentes classes sociais, para a filósofa, seria a oportunidade para que todos se vissem na mesma posição de igualdade. Ela recomenda ainda o uso de uniformes e a mesma disciplina aplicada a todos. Nessas escolas, deve ser dispensado o papel dos auxiliares, uma vez que para Wollstonecraft essa figura na escola naturaliza para as crianças o lugar do subordinado e, de acordo com ela, isso é “particularmente prejudicial para a moral dos jovens” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 217).

Quanto à abordagem educacional sugerida, Wollstonecraft salienta que o corpo deve ser trabalhado na mesma proporção que a mente. Nessas escolas, deveria ser permitido que as crianças corressem livremente, sem que ficassem presas às tarefas sedentárias por muito tempo. Quanto aos temas a serem estudados, a filósofa sugere que a botânica, a mecânica e a astronomia sejam ensinadas em momentos recreativos, para atuarem de maneira complementar ao ensino. Outros temas, como é o caso da leitura, a escrita, a aritmética e a história natural, quando combinados com alguns experimentos simples na filosofia natural podem preencher o dia, mas conforme argumenta Wollstonecraft, “essas tarefas nunca deveriam invadir os jogos de ginástica ao ar livre”. Sobre o ensinamento da religião, da história do homem e a política, a filósofa afirma que essas poderiam ser “ensinadas pelas conversações, ao modo socrático” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 217).

Após essa primeira etapa, isto é, dos cinco aos nove anos, Wollstonecraft propõe uma separação entre aqueles que precisam trabalhar e aqueles de famílias abastadas ou que tenham um intelecto que se destaque. No caso dos primeiros, meninas e meninos deveriam aprender tarefas domésticas ou ofícios mecânicos e ainda permanecer juntos durante parte do dia. Em especial, Wollstonecraft afirma que as meninas, durante um período determinado, deveriam ser enviadas a escolas que lhes ensinassem a fazer trabalhos simples como a confecção de itens de vestuário. Assim, a filósofa oferece a elas, alternativas e possibilidades de independência econômica. Para aqueles que podem se dedicar aos estudos, sem se preocupar com a subsistência, ou ainda, possuem faculdades superiores, Wollstonecraft recomenda que eles devem ter acesso às escolas que ensinem línguas, elementos da ciência, “além de continuarem o estudo de história e política em uma escala mais extensa, a qual não excluiria literatura refinada” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 218). Quanto a esse ponto, Wollstonecraft ainda mantém a educação mista, pois, de acordo com ela, confinar as meninas a

determinadas atividades não contribui para o aperfeiçoamento, deixando-as ainda mais limitadas pela “estreiteza mental” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 218).

Em suma, Wollstonecraft insiste nesses três pontos: a família deve ser parte do processo formativo no que tange o desenvolvimento dos afetos, a educação precisa ser mista e, também, um dever do Estado. Para ela, esses três pontos são imprescindíveis para que a “humanidade seja mais virtuosa” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 223). Só dessa forma, será possível que o pacto social seja respeitado de modo a promover todos os cidadãos da mesma maneira. Nas palavras de Wollstonecraft:

Para fazer com que o pacto social seja verdadeiramente equitativo e a fim de difundir esses princípios esclarecedores, os únicos capazes de melhorar o destino do homem, deve-se permitir às mulheres que lancem os alicerces de sua virtude no conhecimento, o que é muito pouco possível, a não ser que sejam educadas com as mesmas atividades que os homens. Pois, atualmente, elas são tornadas tão inferiores pela ignorância e pelos desejos mesquinhos que não merecem ocupar a mesma posição que eles; ou então, por meio dos contorcionismos serpentinos da astúcia, elas escalam a árvore do conhecimento e adquirem apenas o suficiente para desencaminhar os homens (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 224).

Um ponto que Wollstonecraft enfatiza no tocante à educação pública das mulheres consiste em ressaltar os aspectos positivos que esta teria para a maternidade. Assim, ela procura convencer seus oponentes no debate teórico sobre a educação feminina. Nesse sentido, a filósofa advoga que assuntos como a medicina e a anatomia deveriam ser da alçada das mulheres, para não só “capacitá-las a cuidar da própria saúde, mas também fazer delas enfermeiras racionais de filhos, pais e maridos” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 228). Ao possuírem conhecimento de assuntos específicos do corpo, as mulheres estariam muito mais capacitadas a atuarem como cuidadoras racionais, ao administrar medicamentos, por exemplo. De acordo com Wollstonecraft, o conhecimento da mente também é apropriado para os trabalhos domésticos, uma vez que permite que as mulheres se familiarizem com as relações sociais e o efeito do progresso humano. Assim, ela afirma:

É igualmente apropriado, apenas na perspectiva doméstica, fazer as mulheres se familiarizarem com a anatomia da mente, permitindo aos sexos que se associem em todas as tarefas e levando-os a observar o progresso do entendimento humano no aperfeiçoamento das ciências e das artes – nunca esquecendo a ciência da moralidade ou o estudo da história política da humanidade (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 228).

Além disso, Wollstonecraft sugere que as mulheres, ao se exercitarem física e mentalmente, obteriam a força de uma atividade mental necessária ao caráter maternal e também alcançariam uma força moral que sustentaria a conduta. Não é esperado que

as mulheres alcancem essa força e autonomia em um sistema que as faz meras dependentes. Todos os resultados que sejam positivos para as mulheres, esperados por Wollstonecraft, fluem de uma educação pública que as inclui e as prepara para a vida da mesma forma que o faz com os homens. Assim, a filósofa apresenta seu fecho: “A conclusão que desejo traçar é óbvia. Façamos das mulheres criaturas racionais e cidadãs livres, e elas rapidamente se tornarão boas esposas e mães – isto é, se os homens não negligenciarem os deveres de maridos e pais.” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 229).

Quando Wollstonecraft recorre à maternidade como argumento para que as mulheres recebam uma educação pública igual à dos homens, ela está se utilizando de uma estratégia política. Se naquela época a maternidade e o casamento eram os únicos espaços que as mulheres poderiam ocupar, que esses sirvam de prerrogativa para que as mulheres sejam educadas. Ademais, Wollstonecraft vincula sua estratégia política com o seu quadro metafísico: dado que as mulheres possuem determinados deveres – como é o caso da maternidade - e o cumprimento desses as conduzem pelo caminho da virtude, é imprescindível que elas cumpram esses deveres corretamente. Para tanto, elas precisam ter como base um conhecimento que seja derivado da razão. Logo, elas devem ser educadas do mesmo modo que os seus pares masculinos.

Após a análise da dedicatória à Talleyrand-Périgord e as recomendações de Wollstonecraft para que a educação pública inclua as mulheres, somado ao contexto histórico em que a filósofa escreve, a questão que permanece é a seguinte: ela seria uma reformista ou uma revolucionária?

3.3. “Reformar a si para reformar o mundo”

É hora de efetuar uma **revolução nos modos das mulheres** – hora de devolver-lhes a dignidade perdida – e fazê-las, como parte da espécie humana, trabalhar **reformando** a si mesmas para **reformar** o mundo. É hora de separar a moral imutável dos modos locais (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 67, grifos meus).

Este excerto é parte da argumentação de Wollstonecraft, presente no segundo capítulo da *Reivindicação*, sobre como as mulheres precisam ser incluídas no processo de aperfeiçoamento da razão. No mesmo excerto, ela fala em *revolução* e *reforma*. No entanto, durante o livro a filósofa não estabelece claramente sua posição no tocante às questões políticas, ou seja, se ela adotaria uma posição reformista ou revolucionária. Consoante com o que argumentei nas seções anteriores, defenderei que Wollstonecraft é uma *reformista* em virtude do que ela reivindica na obra de 1792.

Em primeiro lugar, é importante notar que Wollstonecraft pretende acrescentar as mulheres em um sistema educacional que já vem sendo desenhado nos moldes pós-Revolução Francesa. Isso fica evidente quando ela dedica sua obra a Talleyrand-Périgord. Seguindo as críticas e as orientações que Wollstonecraft dispõe no décimo segundo capítulo da *Reivindicação*, o objetivo da filósofa é incluir as mulheres como cidadãs, fazendo-as sujeitos ativos do Estado. Entretanto, isso só seria possível no momento em que as mulheres se tornassem verdadeiramente racionais, tendo como consequência direta a emancipação da dominação masculina e a observância das virtudes. Só assim as mulheres poderiam ser consideradas verdadeiramente cidadãs. Todo esse processo, de ensiná-las a usar a sua razão, teria como ponto de partida a educação. Desse modo, não seria possível designar Wollstonecraft propriamente como uma revolucionária, pois ela não defende uma mudança brusca nos moldes sociais e uma imediata inclusão das mulheres em postos de poder. Para a filósofa, isso seria uma resposta natural de uma educação pública que incluísse as mulheres.

A opção de Wollstonecraft em dedicar a sua obra a um legislador, cujo poder consistia em redigir um importante documento que moldaria o sistema educacional público francês, demonstra o esforço da filósofa em ser levada em consideração como uma proponente de direitos. Além disso, a obra não é escrita para convencer as mulheres a tomarem partido da situação e a buscarem por si um meio de garantirem seu espaço na arena social. Na verdade, Wollstonecraft assume um lugar de porta-voz e demanda que os direitos de todo o seu sexo sejam levados em consideração: “reivindico, em nome de meu sexo, alguma simpatia em seu coração. Eu lhes suplico que ajudem a emancipar suas damas de companhia, a fim de que se tornem suas *companheiras!*” (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 193). Desse modo, ela se dirige aos homens, sobretudo aos legisladores e teóricos, buscando convencê-los de que as mulheres *precisam* ser contempladas pelos novos direitos que surgem da Revolução. Para isso, ela faz uso de dois recursos que explorei nesta dissertação: o primeiro são os princípios básicos, que servem para lançar as bases teóricas, cuja intenção é pleitear um lugar na humanidade para as mulheres através de argumentos metafísicos. O segundo é uma estratégia política, que consiste em incentivar as mulheres a apurar as suas habilidades a serem empregadas em seus deveres de mães e esposas, ou seja, de cuidadoras. Como já argumentei, Wollstonecraft não impõe a maternidade como

necessária, mas faz dela uma estratégia para que a razão nas mulheres ganhe suficiente atenção.

Além disso, outro ponto a ser ressaltado sobre a posição reformista de Wollstonecraft é de que não adiantaria reivindicar, imediatamente, um lugar de poder para o seu sexo. Como ela afirma na citação que abre essa seção, é preciso que as mulheres reformem a si para reformarem o mundo. Este é outro ponto em comum entre Wollstonecraft e Catharine Macaulay. Caso as mulheres não recebam uma educação que as prepare para serem cidadãs ativas, para usarem sua razão e para exercerem as suas virtudes, elas não contribuirão para o progresso social. Primeiro, é preciso que elas desenvolvam as suas faculdades para ocupar o lugar de cidadania. Só depois de terem a sua faculdade racional bem desenvolvida e aperfeiçoada a ponto de conseguir abstrair e generalizar – elementos que até então eram negligenciados na educação feminina – é que elas poderiam pleitear a participação política. No momento em que Wollstonecraft escreve, as mulheres são consideradas como escravas, sujeitadas aos seus pares masculinos.

A compreensão de Wollstonecraft de que o Estado funcionaria como um macrocosmo da família reforça a ideia de que existe a possibilidade de as mulheres serem mais ativas em ambas as esferas – a pública e a doméstica. Ao capacitar as mulheres através da educação pública para desempenharem melhor a maternidade, tornando-as seres capazes de fazer uso de sua razão, o Estado oferece a elas a oportunidade de contribuir com o progresso humano, além de promover a compreensão feminina como parte colaboradora disso. No entanto, essa integração ao espaço público demandaria tempo, uma vez que as mulheres precisam, além de entender a sua importância, saber como cumprir os seus deveres adequadamente, de modo a sustentar a moralidade que deve ser o pilar da virtude pública. Como ela afirma:

Um homem é definido como microcosmo, e toda a família poderia ser chamada de Estado. Estados, em sua maioria, têm sido governados por meio de estratégias que desonram o caráter do homem, é verdade; e a falta de uma constituição justa e de leis igualitárias confunde as teorias de sabedoria universal, que fazem mais do que questionar se é razoável lutar pelos direitos da humanidade. Desse modo, a moralidade, contaminada no reservatório nacional, envia correntes de vício para corromper as partes que constituem o corpo político; mas, se princípios mais nobres, ou melhor, mais justos, regulassem as leis, que devem ser a orientação da sociedade, e não daqueles que as executam, o dever poderia se tornar a regra da conduta privada (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 228).

Sobre a inclusão das mulheres na educação pública, as sugestões que Wollstonecraft elabora no décimo segundo capítulo da *Reivindicação* demonstram que a filósofa fez exigências bastante moderadas. Ela só estende para as meninas o que Talleyrand-Périgord fizera, especialmente para os meninos, em seu *Rapport*. É a elaboração dos princípios básicos que oferece os argumentos abstratos necessários para que Wollstonecraft pudesse advogar pelo lugar das meninas nos bancos das escolas e não no confinamento das agulhas de costura. Como a própria filósofa ressalta, Talleyrand-Périgord não compreendia como a divisão sexual poderia ser justificada em termos abstratos, porém, o fez mesmo assim (cf. WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 19). A saída encontrada por Wollstonecraft consistiu em oferecer argumentos que pudessem provar que afastar as mulheres da educação pública era, na verdade, uma posição fundada em preconceitos e não na razão ou na natureza.

Por fim, embora Wollstonecraft pudesse ser considerada uma revolucionária, em virtude de sua posição acerca da Revolução Francesa - dado que ela se mudou para Versalhes para acompanhar o desenrolar dos acontecimentos de 1789 -, seus argumentos tendem mais para o reformismo, incorporando elementos do que já estava sendo formulado no período pós-revolução e estruturação da nova república francesa. Se a filósofa tivesse tido tempo de lançar o seu segundo volume da *Reivindicação* como ela indica na nota que abre a edição de 1792, talvez seria possível localizá-la mais no espectro revolucionário. No entanto, sua morte prematura impediu que ela elaborasse essa obra, que teria como conteúdo os direitos da mulher em sua especificidade (WOLLSTONECRAFT, 2016, p. 23).

Conclusão

A proposta inicial desta dissertação era responder à questão do papel da razão como elemento da emancipação feminina. No entanto, ao longo do percurso da pesquisa, muitos tópicos derivaram desse problema, a saber, “o que significaria emancipação para Wollstonecraft?”, “qual seria a concepção de liberdade em suas obras?”, “como ela arquiteta o plano da emancipação feminina?”, “emancipação seria a mesma coisa que liberdade?”, dentre tantas outras questões. Como alternativa aos diversos temas que surgiram, o caminho traçado inicialmente foi alterado.

Ao invés de investigar integralmente a relação entre razão e emancipação, que era o que o título inicial sugeria, a alternativa foi me dedicar a apenas um dos temas. E o que se mostrou mais elementar foi o conceito de razão. Desse modo, pode-se dizer que esta dissertação responde, ainda que parcialmente, ao tema da razão como componente essencial para a emancipação feminina, o que permite a elaboração da seguinte conclusão: Wollstonecraft estabelece uma relação intrínseca e necessária entre razão e liberdade, pois apenas um ser racional pode ser capaz de ser virtuoso e, conseqüentemente, livre. No entanto, até alcançar essa liberdade, há um longo caminho a ser percorrido pelos seres humanos. O desenvolvimento da razão precisa ser adequado e todos, sem exceção, precisam estar incluídos nesse processo. No caso das mulheres, Wollstonecraft identifica que elas têm sido excluídas de aperfeiçoarem a sua razão, o que configura um grave problema, não só para o sexo feminino em si, mas para toda a humanidade.

Desse modo, tendo apenas o tema da razão como horizonte principal, foi possível compreender a sua dimensão nas obras de Wollstonecraft. Como apresentei no primeiro capítulo, os princípios básicos servem de mote para que Wollstonecraft estabeleça a sua reivindicação sobre pilares filosóficos. Ao adotar uma abordagem metafísica, a filósofa pleiteia não apenas os *direitos das mulheres*, mas o lugar delas na *humanidade*. Razão, virtude e conhecimento são intrínsecos à natureza humana e, portanto, não podem ser negados às mulheres. Como parte da criação divina, as mulheres possuem os mesmos direitos que os homens e, sendo assim, eles não podem definir a condição delas, decidindo o que cabe a elas ou não.

Já no segundo capítulo, ao apresentar outras obras da filósofa, que são anteriores à obra de 1792, foi possível observar a importância que tais princípios básicos possuem na antologia da filósofa, ainda que não de modo sistematizado. Em *Thoughts*, a jovem Wollstonecraft já sabia da importância do desenvolvimento da faculdade racional nas mulheres. Embora seja uma literatura de conduta, cujo conteúdo, em geral, é conservador, Wollstonecraft se apropria desse gênero literário para difundir ideias que ganhariam ainda mais força na *Reivindicação*. Diferente de outros autores da época, a filósofa recomenda que as mulheres leiam e busquem se ocupar de outras questões da vida, para além do casamento. Já em *Original Stories*, o objetivo de Wollstonecraft é mostrar que a infância é o momento ideal para que as crianças aprendam hábitos que as tornem adultos virtuosos. Nessa mesma obra, Wollstonecraft apresenta a importância da boa elaboração do conhecimento e da ordenação desses. Embora não tenham um estatuto filosófico, essas obras mostram a elaboração dos princípios básicos e como Wollstonecraft vislumbrava a aplicação deles na prática. Ademais, é possível observar através da análise de partes específicas dessas obras que Wollstonecraft amadurece enquanto escritora, de modo a modelar sua crítica e torná-la cada vez mais robusta.

Outro destaque do segundo capítulo, as críticas que Wollstonecraft elabora ao *Emílio* de Rousseau, que se referem não apenas ao que o genebrino escreve sobre a educação das meninas, mas também à construção do caráter feminino que o filósofo faz na introdução do livro V. O amadurecimento de Wollstonecraft fica evidente através dessas críticas, pois a filósofa é capaz de responder à altura do que o filósofo propõe. Embora ela reconheça que Rousseau é o efeito de uma sociedade que aparta as mulheres, ainda assim, para a filósofa, além de preconceituosa, a argumentação do filósofo promovia injustiças, uma vez que excluía as mulheres da possibilidade de aperfeiçoamento da razão.

Posto o quadro metafísico e a apresentação do que Wollstonecraft concebe por educação, no terceiro capítulo fiz um recorte de uma das questões políticas que permeiam a *Reivindicação*. Partindo do que Wollstonecraft almeja com os princípios básicos, isto é, incluir as mulheres no processo de aperfeiçoamento, começando pelo desenvolvimento da razão, somado às suas críticas ao modelo educacional formulado por Rousseau, a pergunta que fiz foi a seguinte: seria Wollstonecraft uma reformista ou uma revolucionária? Para respondê-la, examinei a dedicatória que Wollstonecraft faz ao legislador francês, responsável por elaborar o novo sistema de ensino, pós-Revolução.

Também recorri ao capítulo da *Reivindicação* em que Wollstonecraft elabora críticas e alternativas para a educação pública. Ambos ofereceram ensejos para que a filósofa seja considerada uma reformista, pois ela pleiteia a integração das mulheres na sociedade, através dos moldes políticos que surgem das agitações políticas na França, sem que faça exigências para além do que já está posto em debate. O que Wollstonecraft reivindica é que as mulheres sejam incluídas nesses planos.

Em suma, as contribuições de Wollstonecraft para que os direitos da mulher sejam garantidos passam por dois pontos: o primeiro deles é oferecer argumentos metafísicos que demonstrem a capacidade da mulher, bem como evidenciem as falácias que buscam justificar o afastamento do sexo feminino do âmbito público. O segundo ponto é que, mesmo que Wollstonecraft tenha sua atenção voltada para a situação das mulheres, ela não deixa de constatar que existem outros grupos que precisam ser incluídos no processo de aperfeiçoamento. Para a filósofa, é imprescindível que todos os seres humanos tenham a sua razão desenvolvida, pois, só assim, o progresso da humanidade, tanto do ponto de vista do conhecimento, quanto da virtude, seria possível.

Bibliografia

Obras de Wollstonecraft:

WOLLSTONECRAFT, M. **A Vindication of the Right of Men and A Vindication of the Rights of Woman**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

_____. **Reivindicação dos Direitos da Mulher**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. **Thoughts on the Education of Daughters**. Altenmuster: Jazzy Bee, 2018a.

_____. **Original Stories from Real Life; with Conversations Calculated to Regulate the Affections, and Form the Mind to Truth and Goodness**. Altenmuster: Jazzy Bee, 2018b.

Obras sobre Wollstonecraft:

BERGES, S. **The Routledge Guidebook to Wollstonecraft's A Vindication of the Rights of Woman**. New York: Routledge, 2013.

BOTTING, E. H. **Wollstonecraft, Mill, & Women's Human Rights**. New Heaven & London: Yale University Press, 2016.

BRODY, M. **Mary Wollstonecraft: mother of women's rights**. Oxford & Nova York: Oxford University Press, 2000.

GREGORY, J. **A Father's Legacy to his Daughters**. Digital ed. Londres: W. STRAHAN; T.CADELL, 1774.

GUNTHER-CANADA, W. Cultivating Virtue: Catharine Macaulay and Mary Wollstonecraft on Civic Education. **Women and Politics**, v. 25, n. 3, p. 47–70, 2003.

HIRSCHMANN, N. J. **Gender, Class & Freedom**. New Jersey: Princeton University Press, 2008.

RICHARDSON, A. "Mary Wollstonecraft on Education". In: JOHNSON, C. L. **The Cambridge Companion to Mary Wollstonecraft**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. Cap. 3, p. 24-39.

ROUSSEAU, J.-J. **Emílio ou da Educação**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. **A origem da desigualdade entre os homens**. 1. ed. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

SAPIRO, V. Virtue. In: BERGES, S.; BOTTING, E. H.; COFFEE, A. (Eds.). **The Wollstonecraftian Mind**. New York: Routledge, 2019. p. 323–337.

TALLEYRAND-PÉRIGORD, C.-M. **Rapport sur l'instruction publique, fait au nom du Comité de Constitution à l'Assemblée nationale, les 10, 11 et 19 septembre 1791.**

Paris: [s.n.].

TAYLOR, N. F. **The Rights of Woman as Chimera: the Political Philosophy of Mary Wollstonecraft.** Nova York & Londres: Routledge, 2007.

TODD, J. **Mary Wollstonecraft: a Revolutionary Life.** Nova Iorque: Columbia University Press, 2000.